

C E E J A



MUNDO DO
TRABALHO

HISTÓRIA

CADERNO DO ESTUDANTE

ENSINO MÉDIO
VOLUME 2

Nos Cadernos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho/CEEJA são indicados sites para o aprofundamento de conhecimentos, como fonte de consulta dos conteúdos apresentados e como referências bibliográficas. Todos esses endereços eletrônicos foram verificados. No entanto, como a internet é um meio dinâmico e sujeito a mudanças, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação não garante que os sites indicados permaneçam acessíveis ou inalterados após a data de consulta impressa neste material.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias do País, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas neste material que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

História : caderno do estudante. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI) : Secretaria da Educação (SEE), 2015.
il. - - (Educação de Jovens e Adultos (EJA) : Mundo do Trabalho modalidade semipresencial, v. 2)

Conteúdo: v. 2. 2ª série do Ensino Médio.

ISBN: 978-85-8312-115-2 (Impresso)

978-85-8312-093-3 (Digital)

1. História – Estudo e ensino. 2. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio. 3. Modalidade Semipresencial. I. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. II. Secretaria da Educação. III. Título.

CDD: 372.5

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiane Silva Massucato Arias – CRB-8 / 7262



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin

Governador

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação**

Márcio Luiz França Gomes

Secretário

Cláudio Valverde

Secretário-Adjunto

Maurício Juvenal

Chefe de Gabinete

Marco Antonio da Silva

*Coordenador de Ensino Técnico,
Tecnológico e Profissionalizante*

Secretaria da Educação

Herman Voorwald

Secretário

Cleide Bauab Eid Bochi

Secretária-Adjunta

Fernando Padula Novaes

Chefe de Gabinete

Ghisleine Trigo Silveira

Coordenadora de Gestão da Educação Básica

Mertila Larcher de Moraes

Diretora do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Adriana Aparecida de Oliveira, Adriana dos Santos
Cunha, Durcilene Maria de Araujo Rodrigues,
Gisele Fernandes Silveira Farisco, Luiz Carlos Tozetto,
Raul Ravanelli Neto, Sabrina Moreira Rocha,
Virginia Nunes de Oliveira Mendes
Técnicos do Centro de Educação de Jovens e Adultos

Concepção do Programa e elaboração de conteúdos

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Coordenação Geral do Projeto
Ernesto Mascellani Neto

Equipe Técnica
Cibele Rodrigues Silva, João Mota Jr. e Raphael Lebsa do Prado

Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap

Wanderley Messias da Costa
Diretor Executivo

Márgara Raquel Cunha
Diretora Técnica de Formação Profissional

Coordenação Executiva do Projeto
José Lucas Cordeiro

Coordenação Técnica
Impressos: Dilma Fabri Marão Pichoneri
Vídeos: Cristiane Ballerini

Equipe Técnica e Pedagógica
Ana Paula Alves de Lavos, Carlos Ricardo Bifi, Elen Cristina
S. K. Vaz Döppenschmitt, Emily Hozokawa Dias, Fabiana
de Cássia Rodrigues, Fernando Manzieri Heder, Herbert

Rodrigues, Jonathan Nascimento, Laís Schalch, Liliane
Bordignon de Souza, Maria Helena de Castro Lima, Paula
Marcia Ciacco da Silva Dias, Rodnei Pereira, Selma Borghi
Venco e Walkiria Rigolon

Autores
Arte: Roseli Ventrella e Terezinha Guerra; *Biologia*: José Manoel
Martins, Marcos Egelstein, Maria Graciete Carramate Lopes
e Vinicius Signorelli; *Filosofia*: Juliana Litvin de Almeida e
Tiago Abreu Nogueira; *Física*: Gustavo Isaac Killner; *Geografia*:
Roberto Giansanti e Silas Martins Junqueira; *História*: Denise
Mendes e Márcia Juliana Santos; *Inglês*: Eduardo Portela;
Língua Portuguesa: Kátia Lomba Brakling; *Matemática*: Antonio
José Lopes; *Química*: Olímpio Salgado; *Sociologia*: Dilma Fabri
Marão Pichoneri e Selma Borghi Venco

Gestão do processo de produção editorial

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Mauro de Mesquita Spínola
Presidente da Diretoria Executiva

José Joaquim do Amaral Ferreira
Vice-Presidente da Diretoria Executiva

Gestão de Tecnologias em Educação

Direção da Área
Guilherme Ary Plonski

Coordenação Executiva do Projeto
Angela Sprenger e Beatriz Scavazza

Gestão do Portal
Luis Marcio Barbosa, Luiz Carlos Gonçalves, Sonia Akimoto e
Wilder Rogério de Oliveira

Gestão de Comunicação
Ane do Valle

Gestão Editorial
Denise Blanes

Equipe de Produção
Editorial: Carolina Grego Donadio e Paulo Mendes
Equipe Editorial: Adriana Ayami Takimoto, Airton Dantas
de Araújo, Alícia Toffani, Amarilis L. Maciel, Ana Paula S.
Bezerra, Andressa Serena de Oliveira, Bárbara Odria Vieira,
Carolina H. Mestriner, Caroline Domingos de Souza, Cíntia

Leitão, Cláudia Letícia Vendrame Santos, David dos Santos
Silva, Eloiza Mendes Lopes, Érika Domingues do Nascimento,
Fernanda Brito Bincoletto, Flávia Beraldo Ferrare, Jean Kleber
Silva, Leonardo Gonçalves, Lorena Vita Ferreira, Lucas Puntel
Carrasco, Luiza Thebas, Mainã Greeb Vicente, Marcus Ecclissi,
Maria Inez de Souza, Mariana Padoan, Natália Kessuani Bego
Maurício, Olivia Frade Zambone, Paula Felix Palma, Pedro
Carvalho, Polyanna Costa, Priscila Risso, Raquel Benchimol
Rosenthal, Tatiana F. Souza, Tatiana Pavanelli Valsi, Thaís Nori
Cornetta, Thamires Carolline Balog de Mattos e Vanessa Bianco
Felix de Oliveira

Direitos autorais e iconografia: Ana Beatriz Freire, Aparecido
Francisco, Fernanda Catalão, José Carlos Augusto, Larissa Polix
Barbosa, Maria Magalhães de Alencastro, Mayara Ribeiro de
Souza, Priscila Garofalo, Rita De Luca, Roberto Polacov, Sandro
Carrasco e Stella Mesquita

Apoio à produção: Aparecida Ferraz da Silva, Fernanda Queiroz,
Luiz Roberto Vital Pinto, Maria Regina Xavier de Brito, Natália
S. Moreira e Valéria Aranha

Projeto gráfico-editorial e diagramação: R2 Editorial, Michelangelo
Russo e Casa de Ideias

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Caro(a) estudante

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, apresenta os Cadernos do Estudante do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs). A proposta é oferecer um material pedagógico de fácil compreensão, que favoreça seu retorno aos estudos.

Sabemos quanto é difícil para quem trabalha ou procura um emprego se dedicar aos estudos, principalmente quando se parou de estudar há algum tempo.

O Programa nasceu da constatação de que os estudantes jovens e adultos têm experiências pessoais que devem ser consideradas no processo de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de experiências, conhecimentos e convicções que se formou ao longo da vida. Dessa forma, procuramos respeitar a trajetória daqueles que apostaram na educação como o caminho para a conquista de um futuro melhor.

Nos Cadernos e vídeos que fazem parte do seu material de estudo, você perceberá a nossa preocupação em estabelecer um diálogo com o mundo do trabalho e respeitar as especificidades da modalidade de ensino semipresencial praticada nos CEEJAs.

Esperamos que você conclua o Ensino Médio e, posteriormente, continue estudando e buscando conhecimentos importantes para seu desenvolvimento e sua participação na sociedade. Afinal, o conhecimento é o bem mais valioso que adquirimos na vida e o único que se acumula por toda a nossa existência.

Bons estudos!

Secretaria da Educação

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Estudar na idade adulta sempre demanda maior esforço, dado o acúmulo de responsabilidades (trabalho, família, atividades domésticas etc.), e a necessidade de estar diariamente em uma escola é, muitas vezes, um obstáculo para a retomada dos estudos, sobretudo devido à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho. Nesse contexto, os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) têm se constituído em uma alternativa para garantir o direito à educação aos que não conseguem frequentar regularmente a escola, tendo, assim, a opção de realizar um curso com presença flexível.

Para apoiar estudantes como você ao longo de seu percurso escolar, o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Mundo do Trabalho produziu materiais especificamente para os CEEJAs. Eles foram elaborados para atender a uma justa e antiga reivindicação de estudantes, professores e sociedade em geral: poder contar com materiais de apoio específicos para os estudos desse segmento.

Esses materiais são seus e, assim, você poderá estudar nos momentos mais adequados – conforme os horários que dispõe –, compartilhá-los com sua família, amigos etc. e guardá-los, para sempre estarem à mão no caso de futuras consultas.

Os Cadernos do Estudante apresentam textos que abordam e discutem os conteúdos propostos para cada disciplina e também atividades cujas respostas você poderá registrar no próprio material. Nesses Cadernos, você ainda terá espaço para registrar suas dúvidas, para que possa discuti-las com o professor sempre que for ao CEEJA.

Os vídeos que acompanham os Cadernos do Estudante, por sua vez, explicam, exemplificam e ampliam alguns dos assuntos tratados nos Cadernos, oferecendo informações que vão ajudá-lo a compreender melhor os conteúdos. São, portanto, um importante recurso com o qual você poderá contar em seus estudos.

Além desses materiais, o Programa EJA – Mundo do Trabalho tem um site exclusivo, que você poderá visitar sempre que desejar: <<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br>>. Nele, além de informações sobre o Programa, você acessa os Cadernos do Estudante e os vídeos de todas as disciplinas, ao clicar na aba **Conteúdo CEEJA**. Já na aba **Conteúdo EJA**, poderá acessar os Cadernos e vídeos de Trabalho, que abordam temas bastante significativos para jovens e adultos como você.

Os materiais foram produzidos com a intenção de estabelecer um diálogo com você, visando facilitar seus momentos de estudo e de aprendizagem. Espera-se que, com esse estudo, você esteja pronto para realizar as provas no CEEJA e se sinta cada vez mais motivado a prosseguir sua trajetória escolar.

TENHO DÚVIDAS JÁ ESTUDEI **Unidade 1 – A Idade Moderna e o Antigo Regime 9**Tema 1 – A formação dos Estados modernos e o capitalismo comercial10 Tema 2 – As reformas religiosas na Europa23 **Unidade 2 – Descoberta de outros mundos..... 32**Tema 1 – Por mares nunca antes navegados33 Tema 2 – Impérios ultramarinos e as colônias na América 41 **Unidade 3 – O mundo em revolução:
transformações sociais e políticas nos séculos XVIII e XIX 61**Tema 1 – A Revolução Industrial62 Tema 2 – A independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa 70 Tema 3 – Lutas dos trabalhadores no século XIX.....85 **Unidade 4 – E o Brasil se torna um país independente 95**Tema 1 – As Américas independentes.....95 Tema 2 – Independência ou morte!..... 104

Caro(a) estudante,

O Volume 2, que você tem em mãos, faz parte de uma coleção, estruturada em três Volumes e voltada ao ensino de História para estudantes de Ensino Médio do CEEJA.

Este Volume está dividido em quatro Unidades, organizadas em grandes temas, que dão continuidade àqueles explorados no Volume anterior e abrem novas discussões, tratando também da história do Brasil.

Na Unidade 1 – A Idade Moderna e o Antigo Regime, você estudará a formação dos Estados modernos, com a centralização do poder das monarquias nacionais e a consolidação do Antigo Regime, bem como as reformas religiosas ocorridas na Europa e suas consequências políticas e sociais. Esse período situou-se entre os séculos XV e XVIII e foi marcado economicamente pelo mercantilismo, politicamente pelo absolutismo e socialmente pelo crescimento do proletariado e da burguesia.

Na Unidade 2 – Descoberta de outros mundos, você estudará as consequências da expansão marítima e comercial no período em que a Europa expandiu seus domínios territoriais para outros continentes, em especial para a América. Também terá a oportunidade de estudar a história de grandes nações africanas antes da colonização europeia. Por fim, você verá o período colonial da história do Brasil, com as principais características do funcionamento do sistema colonial imposto pela metrópole portuguesa.

A Unidade 3 – O mundo em revolução: transformações sociais e políticas nos séculos XVIII e XIX abordará as grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa entre os séculos XVIII e XIX, bem como as consequências delas para o mundo.

A Unidade 4 – E o Brasil se torna um país independente, tratará sobretudo da história brasileira concentrando-se no período em que as antigas colônias na América declararam sua independência. Assim, você estudará tanto o Brasil independente como os processos de libertação das colônias espanholas, ao longo do século XIX. Verá também aspectos do Primeiro Reinado no Brasil.

As Unidades contam com textos didáticos, acompanhados de textos acadêmicos e jornalísticos, imagens variadas, documentos de época e mapas que buscam estabelecer relações significativas entre os acontecimentos abordados, apresentando diferentes pontos de vista sobre o passado e visando despertar em você o senso crítico e o desejo de saber mais.

Acompanhando o Volume 2, você encontra dois vídeos que vão ajudá-lo a compreender alguns dos temas tratados e a ampliar seus conhecimentos sobre os períodos históricos estudados: *Os bandeirantes* e *Legados da Revolução Francesa*.

Bons estudos!

TEMAS

1. A formação dos Estados modernos e o capitalismo comercial
2. As reformas religiosas na Europa

Introdução

Na Unidade 1, você dará início ao estudo da Idade Moderna (1453-1789), período da história ocidental marcado por transformações econômicas e culturais e pelo poder das monarquias nacionais.

No século XVI, a Europa já não mais vivia como na Idade Média (476-1453). Como você estudou no Volume 1, as transformações ocorridas a partir do século XI abriram caminho para o desenvolvimento de um novo sistema econômico – o capitalismo, que possibilitou o surgimento de um grupo social, a burguesia – e permitiram a inovação da produção cultural e artística nas cidades, no período que ficou conhecido como Renascimento. Essas mudanças levaram a Idade Média ao fim e inauguraram uma nova etapa da história europeia.

Assim, no início da Idade Moderna, as monarquias consolidaram seu poder e centralizaram-se, formando, com o apoio da burguesia, os Estados nacionais, ou Estados-nação, que deram origem aos países atuais.

Na economia, o comércio expandiu-se para além do continente europeu, e as rotas comerciais estabeleceram contato com regiões cada vez mais distantes. Essas atividades mercantis enriqueceram os Estados-nação que surgiam e contribuíram para o fortalecimento do poder dos reis.

Entre os séculos XV e XVIII, estabeleceu-se na Europa o Antigo Regime: sistema político, econômico e social caracterizado pelo mercantilismo e pelo absolutismo.

Culturalmente, a unidade cristã, formada ao longo de séculos na Europa e até então sob o comando da Igreja Católica, sofreu uma divisão interna. A Igreja foi questionada por pensadores que não concordavam com muitas das suas práticas naquele período. Assim, novas religiões cristãs, conhecidas pelo nome geral de protestantismo, foram criadas.

A organização do mundo em países é relativamente recente e remonta à Idade Moderna (séculos XV ao XVIII). Nesse período, houve a construção dos Estados nacionais, com governos monárquicos centralizados e apoiados pela burguesia comercial que crescia.

Na Antiguidade e na Idade Média não se falava em países, tal como se entende hoje. Os povos dos diferentes continentes se organizavam em tribos, reinos, impérios, cidades-estado, ou, como na Europa medieval, em feudos, ducados, marquesados, condados e baronatos. Ou seja, havia outras formas de delimitar a área de abrangência de um governo ou de organização territorial e política de uma sociedade.

O objetivo deste tema é, então, apresentar a você o processo de formação e as principais características dos Estados-nação modernos. Os textos procurarão associar esses novos Estados às transformações da economia capitalista, ocorridas durante o chamado Antigo Regime, entre os séculos XV e XVIII.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

No Volume 1, você estudou o surgimento do Estado na Antiguidade. Se preciso, retome essa leitura. Com base no que você estudou e na sua experiência, responda: Quais são as características de um Estado?

Registre a seguir suas ideias sobre esse assunto.



VOCÊ SABIA?

A nobreza medieval era proprietária das terras, e os nobres tinham uma hierarquia de acordo com os seus domínios. Dessa forma, quanto maiores fossem as terras de um nobre, mais importância ele tinha nas relações sociais. Os castelos eram proprietários das terras em torno dos seus castelos; os barões dominavam pequenos territórios, com um ou mais castelos, chamados baronatos; a seguir vinham os condes, senhores dos condados, terras de grandes extensões, que incluíam até cidades; os marqueses comandavam os territórios de fronteira, os marquesados; depois, vinham os duques, com autonomia administrativa nas grandes extensões territoriais que possuíam, os ducados. Acima de todos estavam os **soberanos**.



O capitalismo comercial e o mercantilismo

Durante a Alta Idade Média (séculos V a X), apesar de existir o comércio, essa atividade não era o centro da vida econômica. A economia feudal estava baseada, predominantemente, na atividade rural para subsistência do feudo. Mas, no início da Baixa Idade Média (séculos XI a XIII), quando a produção agrícola passou a crescer, foi possível gerar excedentes que podiam ser comercializados em mercados e fora dos feudos. Isso fortaleceu o comércio e impulsionou a transformação do sistema feudal. Desde o final da Baixa Idade Média (séculos XIII a XV), apontava-se para a formação de um novo sistema econômico, baseado não mais na agricultura de subsistência, mas nas relações mercantis e na circulação de moedas.

Nesse contexto, os comerciantes passaram a assumir uma importância cada vez maior na organização econômica da sociedade. A maioria deles vivia em função das feiras, em torno das quais novos centros urbanos surgiam, unindo-se às antigas cidades em processo de expansão. Essas cidades eram também chamadas de **burgos**, e seus habitantes, de **burgueses**.

No início da Idade Moderna, esse momento de grande desenvolvimento comercial, iniciado no final da Idade Média, foi acompanhado e também impulsionado por transformações no terreno político. Isto é, em um processo que durou do século XII até o século XVIII, as monarquias foram centralizando seu poder político na unificação do governo em determinado território, possibilitando a origem dos **Estados-nação** – assunto que você estudará no texto *O absolutismo*.

Para colocar em prática essa centralização, foi essencial que os monarcas desenvolvessem formas de acumular riquezas para sustentar esses Estados. Para isso, eles começaram a associar-se aos comerciantes (burgueses), procurando alternativas de expansão econômica e enriquecimento, via comércio. Assim, neste período, os Estados nacionais adotaram o absolutismo como sistema político e o mercantilismo como sistema econômico, com o objetivo de concentrar o poder político e gerar mais riqueza por meio do comércio.

Mas o que era o mercantilismo? Qual era seu objetivo? Como ele era praticado? O sistema mercantilista era composto de um conjunto de práticas econômicas, marcadas pela forte interferência dos Estados nacionais, que buscavam se fortalecer e enriquecer praticando atividades comerciais.

Assim, o sistema mercantilista se organizou no período de transição do feudalismo para o capitalismo, momento em que houve o surgimento da burguesia, o fortalecimento das cidades como entrepostos comerciais e o renascimento comercial na Europa, quando as moedas voltaram a intermediar as trocas entre produtos

e serviços. O ato de comprar e vender tornou-se a principal atividade econômica e o caminho para o enriquecimento da burguesia mercantil, isto é, aquela que tinha sua fonte de renda baseada no mercado ou no comércio.

O mercantilismo é compreendido por alguns economistas como a fase inicial do **capitalismo**, caracterizada pela acumulação de riquezas que possibilitaram o posterior desenvolvimento industrial. Por isso, esse sistema econômico é conhecido como **capitalismo comercial**.



A pintura representa a burguesia mercantil que prosperou na Idade Moderna por meio do crescimento das atividades comerciais. As moedas de ouro e de prata eram a principal riqueza móvel daquela época. [Marinus van Reymerswaele. *O contador e sua mulher*, 1539.]



Glossário

Capitalismo

Sistema de organização econômica da sociedade que começou a se desenvolver no século XV e que continua existindo até o presente. A origem da palavra capitalismo está relacionada com o termo “capital”. O capital é a riqueza acumulada pelo trabalho humano. Por isso, o capitalismo é o sistema social no qual o capital ganha uma importância central. A sociedade capitalista se organiza de maneira a tornar possível o crescimento contínuo da quantidade de capital acumulado, ou seja, busca-se aumentar cada vez mais a quantidade de riqueza acumulada.

No capitalismo, os meios de produção (as terras, as ferramentas para trabalhá-la e tudo que sirva para produzir o que é consumido) são de propriedade privada, ou seja, têm um dono (um proprietário, também chamado de capitalista). Nesse sistema, todos os bens produzidos pela sociedade são transformados em mercadoria, em algo que se possa vender e comprar, gerando lucros para os proprietários.

No capitalismo, aquele que não é proprietário depende da venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração (o salário) que lhe permita comprar as mercadorias necessárias para sua sobrevivência. Dessa forma, o próprio trabalho se transformou em mercadoria a ser comprada pelos proprietários capitalistas.

Por isso, no capitalismo, a organização econômica da sociedade se constitui em função dos interesses dos proprietários dos meios de produção (também chamados patrões, capitalistas ou burgueses), que têm o poder de decidir sobre os produtos ofertados, seus preços e os salários pagos aos trabalhadores, de acordo com a oferta e a procura de produtos e serviços no mercado.

Capitalismo comercial

Considerado por muitos estudiosos como a primeira fase do capitalismo, que se deu com o suporte das grandes navegações. Por meio da expansão marítima europeia (que será estudada ainda neste Volume), a burguesia e os monarcas procuravam produtos fora da Europa, a fim de comercializá-los nesse continente, acumulando riquezas.

Por estarem em processo de consolidação do poder, as monarquias que governavam os novos Estados nacionais precisavam de uma economia forte, que lhes garantisse o sustento da burocracia estatal e do exército, a participação em novos empreendimentos de exploração comercial e o financiamento de guerras.

A ideia de riqueza que vigorava naquele contexto estava baseada no acúmulo de metais preciosos (especialmente ouro e prata). Quanto mais moedas um Estado tivesse circulando em seu território ou guardadas no tesouro nacional, mais rico e forte ele era considerado. Conhecida como **metalismo**, essa ideia norteava a política econômica implantada pelas monarquias absolutistas, que interferiam diretamente na maneira como o comércio deveria acontecer.

Para atingir seu objetivo de acumulação de riquezas, os Estados tinham de adotar práticas mercantilistas que favorecessem a entrada de moedas em seu território. Para conseguir isso, vendiam muitos produtos para o mercado externo. Surgia, então, a concepção de exportar para outros locais o máximo de mercadorias possível, evitando, ao mesmo tempo, a importação, ou seja, a compra de produtos vindos de fora.

A ideia principal dessa relação entre importação e exportação era fazer entrar no território mais moedas do que saíam. Com isso, o Estado teria uma **balança comercial favorável**, que o levaria ao acúmulo de metais preciosos. Uma das formas de influenciar a balança comercial era taxar os produtos importados, tornando-os mais caros que os nacionais e desestimulando a importação. Essa prática é chamada de **protecionismo**.

Mas como conseguir vender muito para outras regiões se todos os Estados tinham o mesmo objetivo? Criando **monopólios** comerciais. Os Estados europeus passaram a dominar outros territórios – as colônias – e as inseriram na lógica mercantilista. Nessa relação, as colônias só podiam fazer comércio com suas metrópoles, isto é, tanto a venda de matérias-primas coloniais quanto a compra de manufaturas deveriam ser feitas apenas entre a colônia e a sua respectiva metrópole.



FICA A DICA!

Assista ao filme *O mercador de Veneza* (direção de Michael Radford, 2004). É uma adaptação da obra original do escritor inglês William Shakespeare, escrita entre o final do século XVI e início do XVII para o teatro. O filme se passa no século XVI, na cidade italiana de Veneza, em meio à consolidação da mentalidade capitalista, e conta a história de um mercador endividado cobrado por seu agiota.



Monopólio

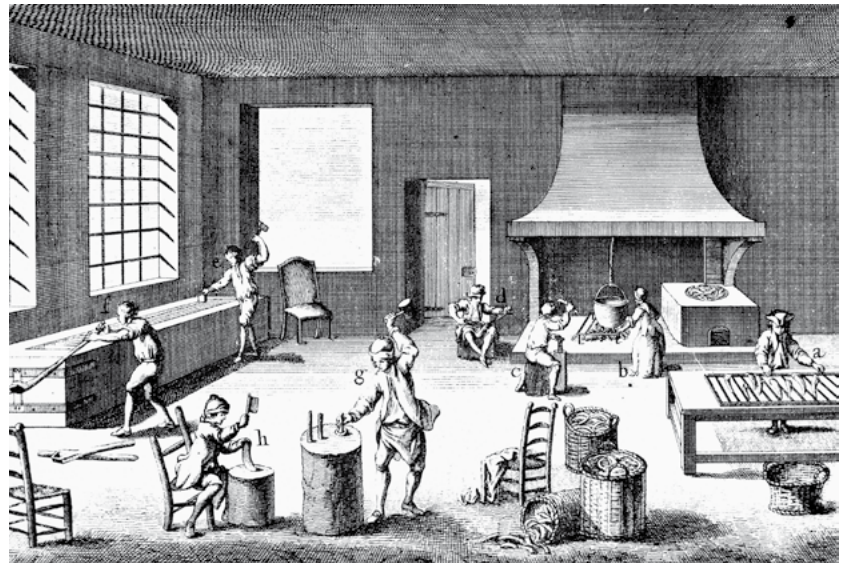
Privilégio concedido a um indivíduo, grupo, empresa, ou mesmo a um governo, para explorar um determinado tipo de atividade econômica, como a fabricação ou a venda de uma mercadoria, a realização de um tipo de serviço, entre outras atividades. O monopólio se tornou um elemento importante para o desenvolvimento do capitalismo e o enriquecimento da burguesia.

Era o **exclusivo comercial metropolitano**. As colônias abasteciam os mercados metropolitanos, que revendiam os produtos aos mercados estrangeiros na Europa por preços muito mais altos, assunto que você vai estudar com mais detalhes na Unidade 2.

Outra estratégia do Estado-nação para influenciar a balança comercial era incentivar a produção manufatureira, voltada a abastecer o mercado interno e, desse modo, diminuir a dependência de produtos provenientes do exterior. Esse processo se aliava ao protecionismo, que criava barreiras à entrada de bens importados.

Mas o que era a **manufatura**? Como ela transformou o modo de produção e a vida dos trabalhadores na Europa?

A manufatura apareceu no século XV e, segundo muitos historiadores, foi a primeira forma de produção capitalista. Foi construída a partir de uma nova forma de organização do trabalho, em que artesãos, anteriormente isolados em suas oficinas,



Oficina de fabricação de recipientes de pólvora. [Gravura, c. 1750.]

foram reunidos em um mesmo local, trabalhando juntos, de forma padronizada e em série, sob as ordens do proprietário das ferramentas e das matérias-primas.

Essa nova forma de organização da produção desenvolveu-se muito com o surgimento da divisão do trabalho nos estabelecimentos manufatureiros. Essa divisão do trabalho em diversas atividades mais simples possibilitou a especialização dos trabalhadores em determinadas partes do processo de produção, viabilizando a introdução de novas ferramentas que agilizavam o trabalho. Como resultado, a **produtividade** cresceu – passou-se a produzir mais em menos tempo –, mas aos trabalhadores couberam tarefas mais repetitivas e simplificadas.

Produtividade

Eficiência na utilização dos recursos necessários para se produzir algo, de forma a se produzir o máximo no menor tempo possível e da forma mais econômica.

Uma das consequências dessa nova organização da produção é que o artesão, que antes conhecia todas as etapas da fabricação do produto, passou a conhecer apenas uma, pois as demais tarefas passaram a ser atribuídas a outros trabalhadores. O trabalhador deixou, portanto, de ter a compreensão do processo de trabalho em seu conjunto. Ele se tornou parte de uma engrenagem mais ampla,

na qual a produção e o produto final não eram mais seus e não dependiam mais somente dele, mas representavam o resultado de um trabalho coletivo e organizado pelo proprietário.

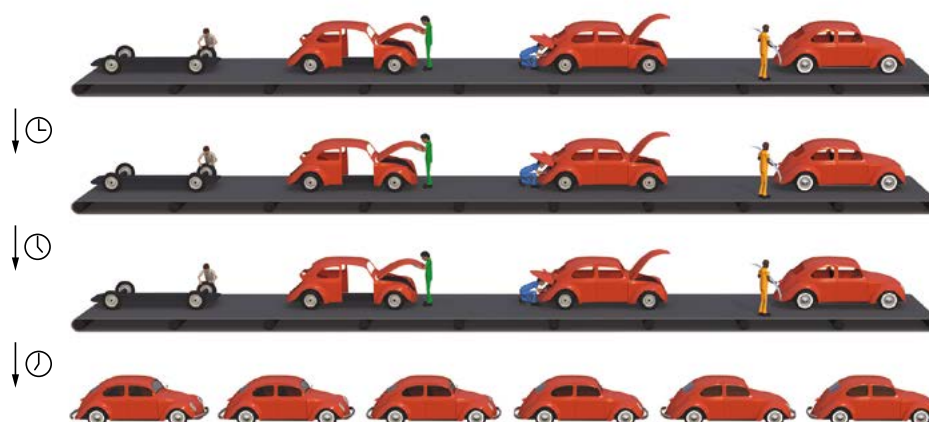
Por exemplo, se anteriormente o artesão deveria deter o conhecimento para produzir um sapato desde a concepção até a execução final, depois o trabalhador se tornou um “especialista” apenas em colocar pregos na sola do sapato. Com isso, ficou mais fácil substituir um trabalhador por outro, devido à simplicidade da tarefa a ser executada, possibilitando a diminuição do seu pagamento.

Uma pessoa trabalhando sozinha em todas as etapas só pode fabricar uma unidade de cada vez.



© Daniel Beneventi

Várias pessoas especializadas em apenas uma etapa podem fabricar várias unidades ao mesmo tempo.



Um exemplo de como a divisão do trabalho levou a um ganho de produtividade.



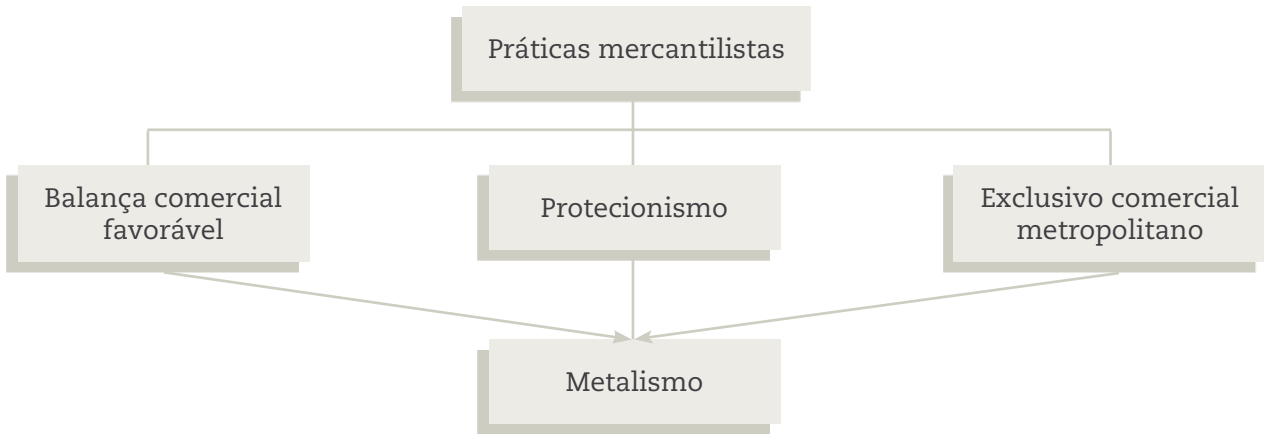
**PENSE
SOBRE...**

Antes do desenvolvimento do capitalismo, sistema em que toda a produção e a organização do trabalho passaram a ser organizadas em função das demandas do mercado, os homens produziam para a sua subsistência e a de sua comunidade. Com as mudanças introduzidas nessa fase inicial do capitalismo, o capitalismo comercial, o mercado passou a ser o centro da existência humana. Em nome dele, demissões em massa, conquistas de territórios e exploração de trabalhadores, entre outras injustiças, foram praticadas. Será que tudo vale a pena em função do sucesso no mercado de trabalho ou para se inserir de forma ativa no mercado de consumo?

ATIVIDADE 1 Sistema mercantilista

No texto sobre o mercantilismo, você leu sobre cada uma das práticas adotadas pelos Estados modernos para conseguirem enriquecer.

1 Com base no esquema a seguir, descreva as práticas mercantilistas utilizadas pelos Estados para acumular metais.



2 No texto sobre o mercantilismo, você leu sobre a importância da manufatura para o capitalismo comercial. Descreva nas linhas a seguir como se organizava a produção manufatureira e suas consequências para os trabalhadores.



O absolutismo

A Europa, durante a Antiguidade e a Idade Média, esteve organizada de diferentes maneiras – em cidades-estado (a pólis grega), em impérios (como o Romano e o Carolíngio), em reinos (como os dos francos e dos anglo-saxões) e em divisões menores, como os ducados, condados e marquesados, que eram territórios governados por nobres feudais. Portanto, não havia os países como existem hoje.

Atualmente, o mundo está organizado em países, que também podem ser chamados de Estados nacionais. Esses Estados, por meio de seus diferentes governos, desempenham várias funções e atividades, como: zelar pelo direito de seus cidadãos, organizando a justiça e a segurança; investir em infraestrutura pública (transporte, comunicação, energia); oferecer saúde, educação e saneamento básico à população; preservar o meio ambiente; manter as fronteiras seguras; cuidar das relações diplomáticas com outros países; e discutir e elaborar as políticas públicas.

Os países, ou Estados nacionais, são compostos de um Estado (poder político), uma nação (determinada pelos grupos sociais que vivem no país) e um território (espaço determinado). Mas essa forma de organizar o Estado e essa definição atual de suas funções são, de uma perspectiva histórica, bastante recentes. Foi na Idade Moderna que nasceram os Estados nacionais, que mais tarde formaram países, como França, Inglaterra, Portugal e Espanha.

Antes disso, ao longo do período medieval, o poder político permaneceu nas mãos da nobreza. Ela governava suas propriedades, e seu poder poderia ser mais abrangente ou mais fragmentado, dependendo das disputas sucessórias que dividiam os territórios entre os nobres.

A partir do século XII, as monarquias, com o apoio da burguesia, foram centralizando seu poder e unificando o governo em territórios cada vez maiores. Foi esse processo que deu origem aos Estados nacionais.

Como visto no Volume 1, a terra deixou de ser o centro da vida econômica, dando lugar ao comércio, que se expandia e se tornava uma grande fonte de riqueza. A burguesia, que ficava cada vez mais poderosa economicamente por causa do comércio, necessitava de transformações políticas para continuar sua expansão. E por quê?

Durante o feudalismo, havia muitas guerras entre a nobreza, o que gerava insegurança para a livre circulação de mercadorias e prejudicava, portanto, o comércio. Além disso, cada senhor feudal cobrava uma série de impostos sobre as mercadorias dos burgueses e cunhava a sua própria moeda, atrapalhando o comércio. Nesse sentido, interessava à burguesia que houvesse um governo centralizado, capaz de proteger a propriedade e dar segurança à circulação de mercadorias em todo o território sobre o qual governasse. Além disso, para a burguesia era importante que existisse uma unificação da economia com uma única moeda válida e somente uma instituição cobradora de impostos em um mesmo território.

Foi assim que a burguesia passou a usar seu poder econômico para fortalecer o rei, ajudando-o a centralizar seu poder político, de forma a unificar a economia por meio da unificação político-territorial, que acabaria por dar origem ao Estado nacional. O rei, então, passou a exercer seu poder de forma independente dos senhores feudais, tornando-se o soberano absoluto do território que governava. Para isso, ele passou a contar com um exército permanente e com uma **burocracia** estatal que o auxiliava a colocar em prática suas resoluções.

Diferentemente da forma de exercer o poder político no período medieval, o Estado moderno passou a organizar regras mais gerais de aplicação das leis e das medidas de governo, isto é, passou a criar leis que valiam para todo o território. Esse processo se consolidou de forma bastante lenta, mas possibilitou a ampliação do poder do governo para controlar as relações entre pessoas dentro dos limites geográficos do Estado. Com isso, o monarca passava a governar para todos os seus súditos, não apenas de acordo com os interesses dos nobres.

Outra mudança se deu em relação ao exército. Se antes as forças militares eram particulares e dependiam dos cavaleiros nobres, agora o exército era do rei, pago pelo Estado, e devia proteger todos que viviam no seu território. O poder da Igreja também passou a se subordinar ao poder do rei. Houve a implantação de um **sistema fiscal e tributário**, com crescente arrecadação de impostos, imprescindíveis à manutenção da estrutura estatal, como o pagamento dos funcionários públicos e dos soldados.

A consolidação dos Estados-nação na maior parte da Europa durou oito séculos e contou com a criação de leis e símbolos para cada nação. Desse modo, esses Estados forjaram suas próprias identidades. Fazem parte desse processo a adoção dos idiomas nacionais e a criação de bandeiras, hinos, moedas e sistemas de pesos e medidas.

Os primeiros Estados modernos foram organizados com base nas monarquias nacionais, tendo o **absolutismo** como forma de governo, no qual o rei governava de forma soberana e absoluta. Ele não dividia seu governo nem devia satisfações a ninguém; o rei era a lei.



Glossário

Burocracia

Estrutura formada pelos órgãos públicos e seus funcionários, responsáveis pela administração estatal.

Sistema fiscal e tributário

Conjunto de instituições e regras criadas para fazer a administração do tesouro público (meios financeiros do Estado), com o objetivo de aplicar os tributos (taxas e impostos) em diversos serviços públicos (segurança, infraestrutura, justiça etc.).

As monarquias absolutistas marcaram o período denominado Antigo Regime (séculos XV a XVIII). O absolutismo não se instalou da mesma maneira em todos os Estados modernos europeus – como Portugal, Espanha e França. No entanto, apesar das particularidades de cada Estado, havia características comuns a essas monarquias absolutistas. Inicialmente, o poder dos reis foi justificado como sendo uma “vontade de Deus”. O rei era, portanto, a maior autoridade na sociedade. O poder real era hereditário, soberano e, na maioria dos casos, não dependia de um parlamento, embora o monarca pudesse indicar um para auxiliá-lo.

As monarquias absolutistas garantiram a continuidade do poder da nobreza, como no período medieval. Os principais cargos e funções do Estado eram ocupados pela nobreza, gerando o fortalecimento político desse grupo. Porém, os reis não governavam apenas pensando na manutenção dos privilégios da aristocracia feudal, pois, como já visto antes, a burguesia tornara-se um grupo social com importante poder econômico, concedendo suporte ao poder centralizado do rei. Isso obrigava os reis a contemplar também os interesses burgueses, ainda que os burgueses não tivessem poder político nem os privilégios concedidos somente à nobreza.



VOCÊ SABIA?

Portugal foi o primeiro Estado nacional moderno. No final do século XIII, o reino já havia conquistado grande parte de seu atual território, na Península Ibérica, e caminhava para uma centralização política. Esse processo teve início no século XII, quando nobres locais batalharam para reconquistar regiões que estavam sob o domínio muçulmano desde o século VIII. O monarca que unificou o Reino de Portugal foi d. Afonso Henriques, pertencente à dinastia de Borgonha, em 1139.

Após a Reconquista, como ficou conhecida a tomada dos territórios sob domínio muçulmano pelos lusitanos e espanhóis, o poder monárquico forte e centralizado do rei passou a ser reconhecido em Portugal. Porém, disputas dinásticas ameaçaram a autonomia lusitana, que só se consolidou após a Revolução de Avis (1383-1385), que deu início à segunda dinastia portuguesa, com o reinado de d. João I. No restante



Rei português d. João I empunhando espada e o escudo de Portugal. [Gravura, século XVII.]

da península, onde hoje se localiza a Espanha, vários reinos cristãos fundiram-se por meio de casamentos entre casas reais. Em 1469, ocorreu a união dos reinos de Castela e de Aragão, com o casamento de Isabel (rainha de Castela) e Fernando (rei de Aragão), os chamados Reis Católicos. O processo de unificação do território espanhol terminou em 1492, ano em que o Reino de Granada, último reduto muçulmano na região, foi derrotado e conquistado pelos espanhóis.

Além do mais, as necessidades da burguesia interessavam igualmente ao Estado. Em um contexto econômico de consolidação do capitalismo – e de crise do feudalismo –, os reis tornaram-se, ao lado da burguesia, financiadores de empreendimentos comerciais, buscando participar dos lucros que as atividades mercantis proporcionavam e, assim, favorecer o fortalecimento do poder real e o enriquecimento do Estado nacional.



Apresentação dos membros da Academia de Ciências para o rei francês Luís XIV, que está sentado ao centro. [Henri Testelin. *Colbert apresentando a Luís XIV os membros da Academia Real de Ciências em 1666*, século XVI.]

Um exemplo dessa parceria foi a realização das grandes navegações, viagens comerciais financiadas pelo Estado. Assim, o rei garantia os privilégios aristocráticos e, ao mesmo tempo, contemplava os interesses econômicos da classe burguesa mercantil e manufatureira. Com o tempo, a burguesia exigiria não só que seus interesses econômicos fossem contemplados, mas que também pudesse governar e deter o poder político, assunto que você estudará na Unidade 3.

ATIVIDADE 2 Os reis absolutistas

1 No texto *O absolutismo*, você estudou as características das monarquias nacionais e as ideias que justificavam o poder dos soberanos. Com base nos estudos que fez, analise o trecho a seguir, de um discurso do rei francês Luís XV, proferido em 1766, e identifique os elementos que expressam o poder absolutista.

“É somente na minha pessoa que reside o poder soberano [...], é somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade, a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim [...] voltado; é unicamente a mim que pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha”.

MARQUES, Adhemar et al. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2008. p.58.

2 Descreva com suas palavras o processo de centralização e fortalecimento do poder do rei, que deu origem aos Estados nacionais, tendo em vista os interesses da burguesia e seu apoio ao rei.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - Sistema mercantilista

1 O diagrama é uma representação esquemática do conteúdo que você estudou. Os Estados modernos adotavam a política econômica mercantilista para enriquecerem e fortalecerem seu poder político. O objetivo era acumular metais preciosos (metalismo) por meio de práticas mercantis. Para estimular a entrada de moedas em seus territórios, os Estados deveriam sempre exportar mais do que importar (balança comercial favorável). Para evitar importações, a produção manufatureira interna deveria ser estimulada e protegida por meio da taxaço de produtos estrangeiros que concorressem com os produtos nacionais (protecionismo). Para aumentar as exportações, os Estados criavam monopólios comerciais em suas colônias, que passavam a fazer comércio apenas com as metrópoles europeias (exclusivo comercial metropolitano).

2 Sobre o desenvolvimento do capitalismo, você viu que a primeira forma de produção considerada capitalista foi a manufatura. Ela era baseada em métodos artesanais, mas com uma nova organização da produção, concentrando vários artesãos em uma mesma oficina para produzir de maneira padronizada e em série, na qual os artesãos se especializavam em apenas uma parte do produto a ser feito, ganhando em velocidade e escala. No fim, juntavam-se todas as partes feitas por diferentes artesãos para montar o produto inteiro. A consequência disso para o trabalhador é que ele deixou de conhecer todas as etapas da montagem do produto, perdendo a compreensão do trabalho em seu conjunto. Com sua atividade simplificada, ficou fácil substituir esse trabalhador por outro ou diminuir o valor do seu trabalho.

Ao longo do período medieval, a Europa foi se tornando o grande território da cristandade. A religião cristã conferia unidade aos reinos e às regiões que se organizavam politicamente no continente. O pensamento cristão interferia na política, na cultura e na sociedade; reis e imperadores eram consagrados pelo papa, as **escolas monásticas** dominavam a formação intelectual, as escolas urbanas confirmavam a fé no Deus cristão e a sociedade era regida pelas regras de conduta moral da Igreja.



Escolas monásticas

Voltadas à formação do clero, ficavam nos mosteiros, geralmente nas áreas rurais.

Entretanto, ao longo da Idade Média, parte do clero passou a ser acusada de não cumprir com suas obrigações religiosas, como rezar missas, atender aos necessitados e acompanhar os fiéis. Também foi acusada de ter condutas censuráveis do ponto de vista cristão e viver situações que condenava em seus sermões, como os prazeres mundanos, tendo relações sexuais, gerando filhos, frequentando festas, cobrando favores políticos etc. Isso gerou descontentamentos em muitos cristãos. No início do século XVI, teve início um movimento que questionava as práticas desses membros da Igreja e que resultou na Reforma Protestante.

Neste tema, você estudará a formação das primeiras religiões protestantes.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Para você, o que é ser cristão? Você sabe as diferenças e as semelhanças entre católicos e protestantes? Registre suas ideias iniciais nas linhas a seguir.



Movimentos protestantes

O cristianismo se expandiu a partir da Palestina, no Oriente Médio, durante o período de dominação romana (do século I ao V), para outras regiões, graças ao trabalho de evangelizadores que divulgaram a doutrina cristã juntamente a ações de caridade e de auxílio espiritual. A religião ganhou muitos adeptos em sua expansão

pelos antigos territórios do Império Romano, pois se propunha universal – aberta a todos, sem distinção – e igualava todos os seguidores, qualquer que fosse sua origem social. No século IV, mais de trezentos anos depois da morte de Jesus Cristo, o imperador romano Constantino converteu-se ao cristianismo, que, em 391, tornou-se a religião oficial do Império. A partir de então, a Igreja começou a assumir feições imperiais, com hierarquia, territórios e exércitos próprios. Desse modo, ela se aproximou, cada vez mais, dos poderes mundanos (relativos ao mundo material e sensorial, e não ao mundo religioso) e começou a se espalhar por toda a Europa, muitas vezes por meio da força e não só da caridade e da ajuda espiritual. Com a queda do Império Romano do Ocidente e o início da Idade Média na Europa, a Igreja, graças ao trabalho de conversão dos povos germânicos que haviam invadido o Império, não só sobreviveu como passou a ser a principal instituição espiritual do continente, perseguindo e eliminando as demais crenças e religiões.

Entre o final do século XV e no início do XVI, no contexto do renascimento comercial e urbano (que você estudou no Volume 1), muita riqueza foi produzida, mercadorias de luxo e produtos exóticos podiam ser comprados, e a elite burguesa e a nobreza reuniam-se em torno de interesses comuns. Nesse cenário de luxo e riqueza, havia dentro da Igreja uma parcela de religiosos do clero que foi acusada de se distanciar dos fundamentos da religião cristã, preocupando-se mais com os prazeres mundanos e em interferir na política e na economia dos diferentes Estados, de maneira a privilegiar os interesses do alto clero. Muitos nobres e comerciantes (a burguesia) estavam descontentes com essa interferência da Igreja. Além disso, as ideias humanistas desenvolvidas durante o Renascimento ofereciam subsídios para a crítica à **teologia** cristã, tal como pregada na época.



Teologia

Ciência que estuda a religião e assuntos relacionados a ela.

Foi nesse contexto que aconteceu a **Reforma Protestante**, iniciada por **Martinho Lutero**, um monge e professor de teologia da Saxônia (parte da atual Alemanha). As opiniões defendidas por Lutero propunham uma reforma interna da Igreja Católica e, por causa de seus protestos contra o que vinha ocorrendo na Igreja, acabou rompendo com a instituição e criando uma nova corrente cristã, o protestantismo.

Martinho Lutero

Fundador do luteranismo, em 1517. Nasceu na cidade de Eisleben (na atual Alemanha), em 1483. Entrou para a vida religiosa em 1505, estudou na Universidade de Erfurt e formou-se em Teologia em 1509. Como monge católico agostiniano, atuou na cidade de Wittenberg, onde deu início à Reforma Protestante.

Com esse rompimento, foi dado o primeiro passo para a liberdade religiosa de interpretação das escrituras sagradas e do próprio dogma cristão. A partir de então, inúmeras religiões protestantes surgiram pela Europa. Entre as mais importantes estão o luteranismo (fundada por Lutero) e o calvinismo (fundada por **João Calvino**).

João Calvino

Fundador do calvinismo, em 1530, na cidade Suíça de Genebra. Nasceu em Noyon, no norte da França, em 1509. De família humilde, estudou Teologia na Universidade de Paris, mas nunca se ordenou sacerdote. Foi um pensador humanista, estudou também Direito e publicou livros em que abordava as questões morais e religiosas, o que o aproximou do pensamento de Lutero.

BIOGRAFIA

As religiões protestantes defendiam algumas ideias em comum, como a oposição à venda do perdão aos pecados. Essa prática era chamada de indulgência e era feita frequentemente pela Igreja Católica na época. Além disso, as religiões protestantes defendiam que os cristãos eram iguais, portanto negavam a santidade do papa e de membros do clero e diziam que não havia necessidade de intermediários entre Deus e seus fiéis, o que significava retirar o poder da Igreja em traduzir a palavra divina. Dessa forma, cada um poderia interpretar livremente as sagradas escrituras, mas isso não dispensava, em muitas religiões protestantes, a existência de um sacerdote.

Apesar dessas características em comum, as religiões protestantes tinham diferenças importantes entre si. Os luteranos, por exemplo, defendiam que a salvação da alma era obtida sem a necessidade de boas ações; bastava acreditar na própria fé. Já os calvinistas entendiam que a salvação da alma era predestinada por Deus, ou seja, os seres humanos já nasciam destinados a serem salvos ou condenados – o sucesso pessoal e profissional seria o sinal da escolha divina. Essa ideia tornou possível o desenvolvimento de uma nova ética (novos valores) em relação ao mundo do trabalho. Para os calvinistas, a prosperidade era bem vista, e o lucro e a riqueza não eram condenados, ao contrário do que acreditavam os católicos. Portanto, trabalhar muito e prosperar era também uma maneira de se aproximar da benção divina.

É importante destacar que, para os calvinistas, trabalhar e ter sucesso eram situações diferentes e opostas à “vida mundana” que criticavam em relação a alguns sacerdotes da Igreja Católica. Isto é, os calvinistas defendiam o trabalho como forma de louvar a Deus e praticar a fé, mas se opunham ao luxo e à ostentação.

Muitos católicos, no entanto, não acolhiam os protestantes, vistos como hereges por questionarem os dogmas da Igreja Católica. Além disso, na medida em que países em guerra aderiam a religiões protestantes, reforçava-se a intolerância entre os diferentes tipos de cristãos. Com isso, muitos embates religiosos aconteceram na Europa, como o Massacre da Noite de São Bartolomeu na França, em 1572, quando católicos dizimaram milhares de protestantes (chamados na França de huguenotes), ou a perseguição aos católicos na Inglaterra pelo rei Henrique VIII, que rompeu com a Igreja Católica em 1534, criando sua própria igreja protestante, a Igreja Anglicana. Essa ruptura resultou em morte e fuga de muitos católicos, confisco de terras da Igreja Católica e dos nobres católicos e destruição de templos e bibliotecas monásticas.



VOCÊ SABIA?

O protestantismo foi adotado por muitos burgueses daquela época. Como essa religião não condenava o lucro e a riqueza material, louvava a devoção ao trabalho e via a prosperidade como uma revelação da salvação predestinada por Deus, a burguesia europeia se sentiu contemplada e acolhida por essas ideias, que estavam bem alinhadas com o “espírito capitalista”. Por isso, em regiões da Europa nas quais havia uma burguesia mercantil estabelecida e ricos artesãos, houve o crescimento da fé protestante. Um exemplo foi a região dos Países Baixos (que inclui, além dos atuais Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), em que um forte comércio com as regiões nórdicas se desenvolveu. Com o surgimento do protestantismo no contexto de expansão do capitalismo, o estímulo ao trabalho ganhou força entre a burguesia.

© De Agostini Picture Library/C. Dagli Orti/Bridgeman Images/Keystone



François Dubois. *O massacre de São Bartolomeu*, c. 1572-1584.

O século XVI marcou, então, uma ruptura interna na cristandade, com religiões que traçaram caminhos diferentes (protestantes e católicos) a partir de uma base cristã comum.



FICA A DICA!

Veja duas sugestões de filme sobre a questão religiosa na Idade Moderna.

O filme *A rainha Margot* (direção de Patrice Chéreau, 1994), baseado no romance homônimo do escritor francês Alexandre Dumas, narra os conflitos entre católicos e protestantes, em Paris, incluindo o Massacre da Noite de São Bartolomeu, em 24 de agosto de 1572. Após a tentativa de casamento da católica Marguerite de Valois (Margot) com o protestante Henrique de Navarra, a França foi tomada pela violência religiosa.

Lutero (direção de Eric Till, 2003) é um filme dedicado à vida de Martinho Lutero, líder que desafiou as autoridades políticas e religiosas de seu tempo, pois acreditava que algumas atividades praticadas pela Igreja Católica eram imorais.

ATIVIDADE 1 A ética protestante

De acordo com o texto *Movimentos protestantes*, responda às questões.

1 Quais foram os motivos que levaram Lutero e outros líderes protestantes a romper com a Igreja Católica?

2 Quais são as principais ideias defendidas pelos diferentes grupos protestantes? Qual a relação dessas ideias com o mundo do trabalho?

A Contrarreforma ou Reforma Católica

A Igreja Católica reagiu à Reforma Protestante com uma reforma interna. Esse movimento de repensar algumas práticas dos religiosos e reafirmar os fundamentos católicos ficou conhecido como **Contrarreforma**, ou Reforma Católica.

Entre 1545 e 1563, ocorreu o Concílio de Trento, uma reunião das autoridades católicas que decidiu impor medidas moralizantes que renovassem a imagem da Igreja e a reaproximasse de seus fiéis. Incapaz de conter a adesão às novas religiões, os católicos buscaram reforçar a disciplina dos padres – exigindo que cumprissem o celibato e o voto de pobreza – e tentaram impedir os abusos que alguns deles cometiam, como a venda de indulgências, que foi, então, proibida. Também foi reafirmada a autoridade do papa e o caráter sagrado do clero católico.

Criada no século XIII, a Inquisição, como ficaram conhecidos os Tribunais do Santo Ofício, buscava reprimir práticas consideradas heréticas, isto é, não católicas. Assim, no contexto da Contrarreforma, ela voltou a agir em nome da fé católica. Muitas vezes, os acusados eram interrogados e, a fim de confessarem seus pecados, eram torturados. Além de sofrerem castigos físicos e psicológicos, podiam ser banidos da sociedade (excomungados) ou até mesmo condenados à morte na fogueira.



Inquisição na Espanha. Representação de um local em que hereges protestantes eram torturados pelos membros do Tribunal do Santo Ofício. [Gravura do *Livro dos Mártires*, de John Foxe, c. 1865.]

MOMENTO
CIDADANIA



Apesar de a prática da tortura ser muito antiga, a legislação que a combate, no Brasil, é bastante recente.

Desde 1997, há uma lei específica sobre crimes de tortura – a lei federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Segundo seu artigo primeiro, incisos I e II, constituem crime de tortura:



DESAFIO

A Reforma foi um movimento religioso ocorrido no século XVI, marcado pelo surgimento de novas religiões cristãs. Dentre suas consequências, observamos:

- a) uma grande ruptura na Igreja Católica, levando ao retrocesso de práticas, como a usura e os juros nas regiões onde foi adotado o luteranismo.
- b) o aumento da interferência da Igreja Católica em questões políticas, nos países que se tornaram calvinistas.
- c) o surgimento da Igreja Anglicana na Inglaterra, que adotou o calvinismo e criou um novo papa, para se tornar o chefe da nova igreja.
- d) a reação da Igreja Católica, para tentar acabar com o avanço do movimento, promovendo guerras religiosas contra os países protestantes e revendo alguns de seus dogmas.
- e) a tentativa da Igreja Católica de se fortalecer novamente, promovendo uma reorganização da Instituição e reafirmando princípios tradicionais.

Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Espcex), 2010.

Disponível em: <http://www.espcex.ensino.eb.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=69&Itemid=64&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - A ética protestante

1 Na leitura do texto, você pôde conhecer as etapas que levaram ao surgimento do protestantismo no século XVI. O que levou Lutero e outros líderes protestantes a romper com a Igreja Católica foi o fato de eles terem entendido que uma parcela de sacerdotes católicos havia se distanciado dos fundamentos da religião cristã, aproximando-se mais dos prazeres mundanos e da vida política e econômica para privilegiar os interesses do alto clero. Além disso, contribuíram para esse rompimento o descontentamento de muitos nobres e burgueses que não gostavam da interferência da Igreja em seus negócios e o avanço das ideias humanistas. Essas ideias davam subsídios para a crítica à teologia cristã pregada pela Igreja Católica.

2 Você estudou que as principais ideias defendidas pelas diferentes igrejas protestantes eram: a oposição à venda do perdão aos pecados e a defesa da ideia de que todos os cristãos eram iguais e de que não havia necessidade de intermediários entre Deus e seus fiéis – cada um poderia interpretar livremente as sagradas escrituras; e a ideia de que a salvação da alma era predestinada por Deus. No caso do luteranismo, ainda havia a crença de que a salvação da alma era obtida pela fé e não pelas boas ações; e o calvinismo considerava o sucesso pessoal e profissional como sinal da escolha divina à salvação.

Em relação ao mundo do trabalho, o protestantismo trouxe uma nova ética (novos valores), pois a prosperidade era bem vista por algumas igrejas protestantes, e o lucro e a riqueza não eram considerados pecados, como acreditavam os católicos. Portanto, trabalhar muito e prosperar seria também uma maneira de se aproximar da benção divina.

Atividade 2 - A Contrarreforma: a reação católica

Os objetivos da Contrarreforma eram combater o avanço do protestantismo, reaproximar a Igreja Católica de seus fiéis, reforçar a disciplina dos padres e reafirmar a autoridade do papa. A principal forma de reprimir os não católicos era por meio da Inquisição, que julgava os crimes de heresia. Os acusados eram interrogados e torturados, castigados e, às vezes, banidos (excomungados) ou condenados à morte na fogueira.

Desafio

Alternativa correta: e. Você viu que a Reforma protestante causou uma ruptura interna na Igreja Católica, originando novas religiões cristãs. Uma consequência foi a reação da Igreja Católica, que, a partir do Concílio de Trento, promoveu reformas morais e comportamentais entre o clero, julgou suspeitos de heresia nos tribunais da Inquisição e buscou expandir a fé católica com novas ordens religiosas, como a ordem dos jesuítas.



Registro de dúvidas e comentários

TEMAS

1. Por mares nunca antes navegados
2. Impérios ultramarinos e as colônias na América

Introdução

Na medida em que o capitalismo se desenvolvia na Europa, os primeiros Estados nacionais que se consolidavam, Portugal e Espanha, procuraram expandir suas atividades comerciais para além de suas fronteiras. Esse movimento ficou conhecido como **Grandes Navegações** ou **Expansão Marítima**.

Os séculos XV e XVI foram marcados pela conquista de novas terras, pela dominação de outros povos e pelo contato com culturas diversas. A Europa ultrapassou suas fronteiras e conquistou territórios em terras distantes, que ainda não conhecia. Como resultado, a visão dos europeus sobre o mundo foi ampliada.

Um acontecimento que impulsionou os europeus a navegar por outros mares foi a conquista da cidade de Constantinopla, em 1453, pelos turcos, que eram muçulmanos e, portanto, inimigos dos cristãos europeus. Essa cidade, hoje chamada Istambul (Turquia), era um importante entreposto comercial entre as rotas comerciais que vinham do Oriente – das Índias e da China, por exemplo – e as rotas do Mar Mediterrâneo, então dominadas, em especial, pelas cidades de Gênova e Veneza. A tomada de Constantinopla é o marco usado tradicionalmente para separar a Idade Média da Idade Moderna. Esse episódio teve repercussões sobre a Europa porque exigiu que os europeus buscassem novos caminhos para a região das Índias, de onde vinham as especiarias que garantiam o lucro dos comerciantes.

Foi a partir do século XV que comerciantes aliados às monarquias passaram a investir na navegação pelo Oceano Atlântico, em busca de rotas alternativas para o comércio com o Oriente e de novos mercados fornecedores de mercadorias para o comércio europeu. Ao final desse século, os europeus haviam percorrido toda a costa africana, chegando até as Índias e a América. No século seguinte, os europeus ampliaram seus domínios territoriais e começaram a explorá-los, extraindo suas riquezas naturais ou fazendo-os produzir novas riquezas de acordo com os interesses mercantilistas da burguesia europeia.

Você viu que os europeus, desde a Antiguidade, navegavam pelo Mar Mediterrâneo. Ao longo de séculos, a região mediterrânea foi palco da ascensão e queda de impérios e de rotas comerciais. Por sua vez, o Oceano Atlântico permaneceu inexplorado até o século XV. Estudar a expansão marítima europeia pelo Oceano Atlântico, as conquistas de territórios por todo o mundo e a ampliação de conhecimento que elas propiciaram será o objetivo desta Unidade.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já deve ter estudado ou ouvido falar sobre a chegada de Pedro Álvares Cabral aos territórios do que viria a ser o Brasil. Com base no que você já sabe, registre aqui quais você acha que foram os interesses que levaram os europeus a enfrentar mares nunca antes navegados.

Portugal conquista novos mares

Os primeiros movimentos da expansão marítima portuguesa já ocorriam desde antes de 1415. Mas foi a partir de 1453 que esse movimento se fortaleceu. Nesse ano, as tradicionais rotas de comércio pelo Mar Mediterrâneo foram interrompidas pela tomada da cidade de Constantinopla, e o comércio com o Oriente (principalmente com a Índia e a China) ficou sob domínio dos turcos (povos islâmicos e inimigos dos cristãos europeus). O Oriente era a terra das **especiarias**, produtos desejados pelos europeus e que rendiam muitas riquezas aos seus comerciantes. A procura por esses produtos foi um dos fatores que estimulou a busca por outros caminhos para chegar ao Oriente. A alternativa encontrada foi contornar a África navegando pelo Oceano Atlântico.



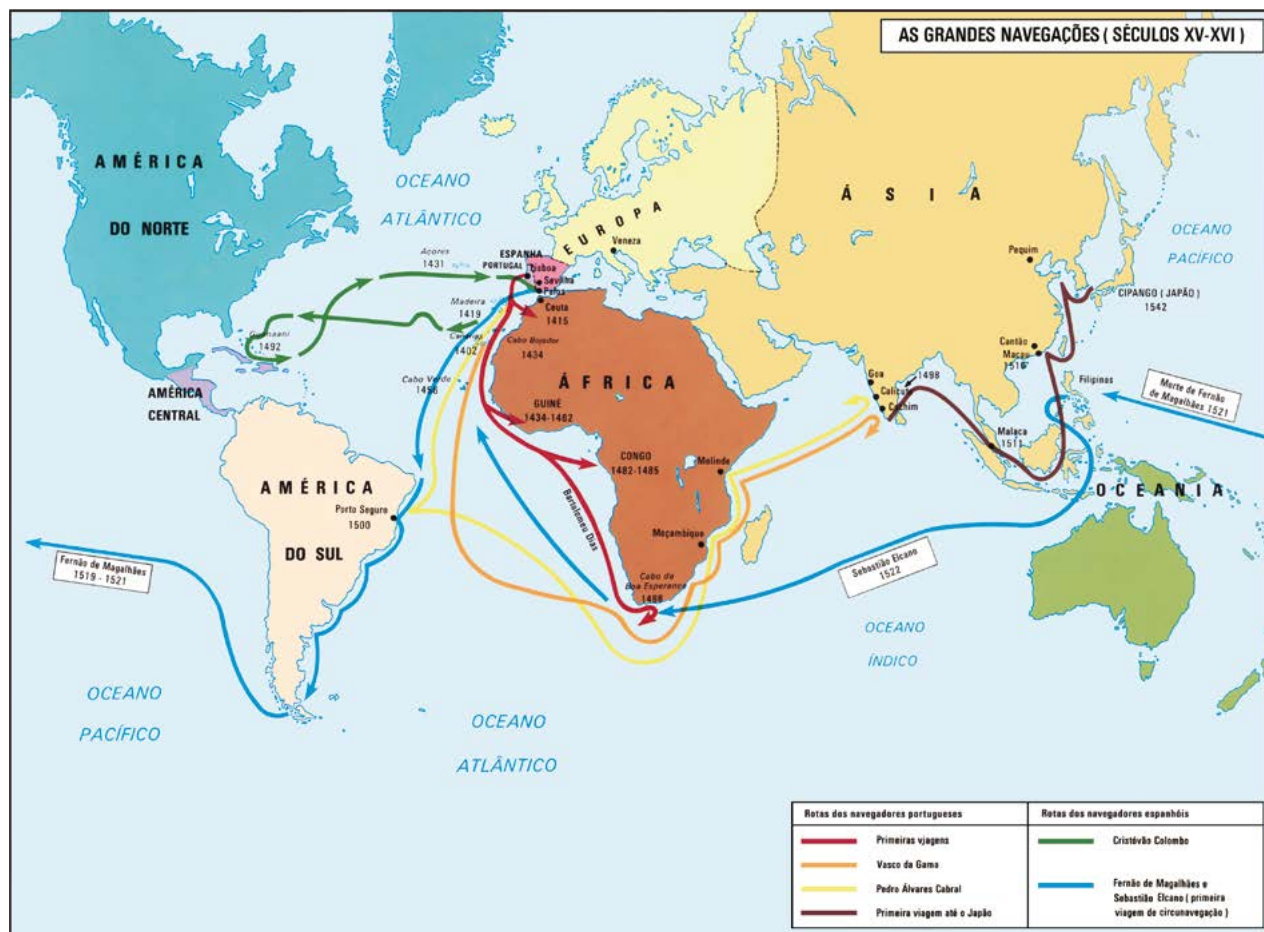
Especiarias

Produtos de origem vegetal que servem como tempero ou condimento, e até mesmo como medicamento. Na Idade Moderna, também eram muito usadas na preservação de alimentos, e por isso eram tão valiosas. Alguns exemplos são a canela, o gengibre, o cravo, a noz-moscada e a pimenta.

Como foi estudado na Unidade 1, a monarquia de Portugal foi a primeira a constituir, já no século XIII, um Estado nacional moderno. Esse processo de unificação territorial e centralização política possibilitou aos portugueses investirem recursos na exploração de novas rotas comerciais antes que as outras monarquias o fizessem.

O desejo em expandir o comércio para outras regiões criou um interesse comum entre a nobreza e a burguesia lusitanas. Aos comerciantes de Portugal interessava o financiamento real para os empreendimentos comerciais. Por sua vez, à nobreza interessava participar do enriquecimento trazido pelo crescente comércio. Portanto, o processo de expansão marítima está diretamente relacionado com o avanço do capitalismo comercial (como visto na Unidade 1), e a chegada dos europeus a terras distantes significou a imposição da lógica capitalista a esses territórios e seus povos.

Assim, navegadores portugueses, durante o século XV, partiram em direção ao continente africano, navegando por um oceano desconhecido. Apesar de muitos naufrágios e mortes, as expedições portuguesas exploraram o litoral da África até que, em 1488, alcançaram o Cabo da Boa Esperança, ponto extremo no qual os oceanos Atlântico e Índico se encontram. Em 1498, o navegador português Vasco da Gama chegou à cidade de Calicute, na atual Índia, o que deu a Portugal, por algum tempo, o monopólio do comércio direto com o Oriente por via marítima.



Mas por quais motivos os portugueses foram os primeiros a navegar pelo Atlântico Sul? A Espanha enfrentava problemas internos com disputas pelo poder, que envolviam a centralização política e territorial. A Inglaterra e a França, entre os séculos XIV e XV, estiveram envolvidas em conflitos entre si, que ficaram conhecidos como a Guerra dos Cem Anos. Ingleses e franceses, portanto, não podiam destinar os mesmos recursos à exploração dos mares, mas sim à guerra e à manutenção da segurança interna de seus Estados.

As descobertas de novas rotas por navegadores a serviço de Portugal, a ampliação da tecnologia náutica – que contou com o auxílio de astrônomos árabes – e a organização do reino em torno de um projeto de navegação e expansão territorial pelo Atlântico conferiram a Portugal o pioneirismo nas navegações oceânicas da Era Moderna.

Já a Espanha, por causa dos tratados firmados com Portugal, estava impedida de navegar pela costa africana. Por isso, dedicou-se ao patrocínio de outras rotas de navegação, como você estudará no Tema 2 desta Unidade, *Impérios ultramarinos e as colônias na América*.



PARA SABER MAIS



Tratado de navegação entre Portugal e Espanha

A disputa pelo monopólio comercial, durante o século XV, envolveu as monarquias lusitana e espanhola. Seus reis queriam garantir o poder na Península Ibérica e estabelecer relações com reinos africanos e com entrepostos no Oceano Índico, a fim de comercializar as especiarias. Esse confronto foi travado por meio de tratados assinados entre as duas coroas, que estabeleciam as regiões que cada uma podia explorar e navegar.

Um desses tratados, acertado em 1479, afirmava que o direito à posse de terras localizadas ao sul das ilhas Canárias, no Atlântico, era de Portugal. Assim, com o Tratado de Alcáçovas, como ficou conhecido, os espanhóis ficaram de fora da exploração do litoral africano e da busca de um caminho para as Índias pelo Atlântico sul.

Por isso, em 1492, os reis espanhóis, Fernando e Isabel, financiaram uma viagem que propunha uma nova rota para o Oriente. O navegador genovês Cristóvão Colombo apresentou um plano de navegação pelo oeste, com o objetivo de chegar às Índias dando a volta ao globo. Tal façanha jamais havia sido tentada. Como Portugal já havia conquistado a rota para o Oriente em 1488, a Coroa portuguesa não mostrou interesse por esse plano. A viagem de Colombo não alcançou a Ásia, mas acabou chegando a outro continente: a América.

ATIVIDADE **1** Navegar para lucrar

De acordo com o texto *Portugal conquista novos mares*, o que motivou Portugal e outros Estados europeus a se lançar em grandes navegações por mares nunca antes navegados?

**A África antes da colonização**

Enquanto a Europa consolidava suas monarquias nacionais e financiava viagens comerciais marítimas, o que acontecia na África?

Desde o século VII, os árabes muçulmanos ocuparam territórios em diferentes regiões da África. A expansão islâmica ocorreu em duas fases. A primeira foi na região norte (Egito e **Magreb**), por meio de conflitos militares, nos séculos VII e VIII. A segunda fase ocorreu a partir do século XI, na região do **Sahel**, na fronteira sul do Deserto do Saara, motivada pelo comércio realizado nas tradicionais rotas de comércio transaarianas, ou seja, que atravessavam o Saara.

O comércio era uma atividade muito praticada entre os povos africanos. Em diferentes regiões havia centros urbanos, que eram também grandes centros comerciais e culturais. Caravanas de camelos transportavam toneladas de mercadorias e cruzavam longas distâncias unindo as cidades dos dois lados do Saara. Nessas cidades funcionavam feiras e mercados, em que circulavam comerciantes de várias culturas, entre eles os muçulmanos. Produtos como sal, ouro, cobre, marfim, utensílios de ferro, **noz de cola**, tecidos e escravos eram vendidos aos comerciantes, que os

**Glossário****Magreb**

Região noroeste da África, que inclui Marrocos, Saara Ocidental, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia.

Sahel

Região que margeia o sul do Deserto do Saara e que se estende da costa atlântica à costa índica; é habitada por diferentes povos, como jalofos, tucolores, sereres, felupes, mandingas, soninquês e bambaras.

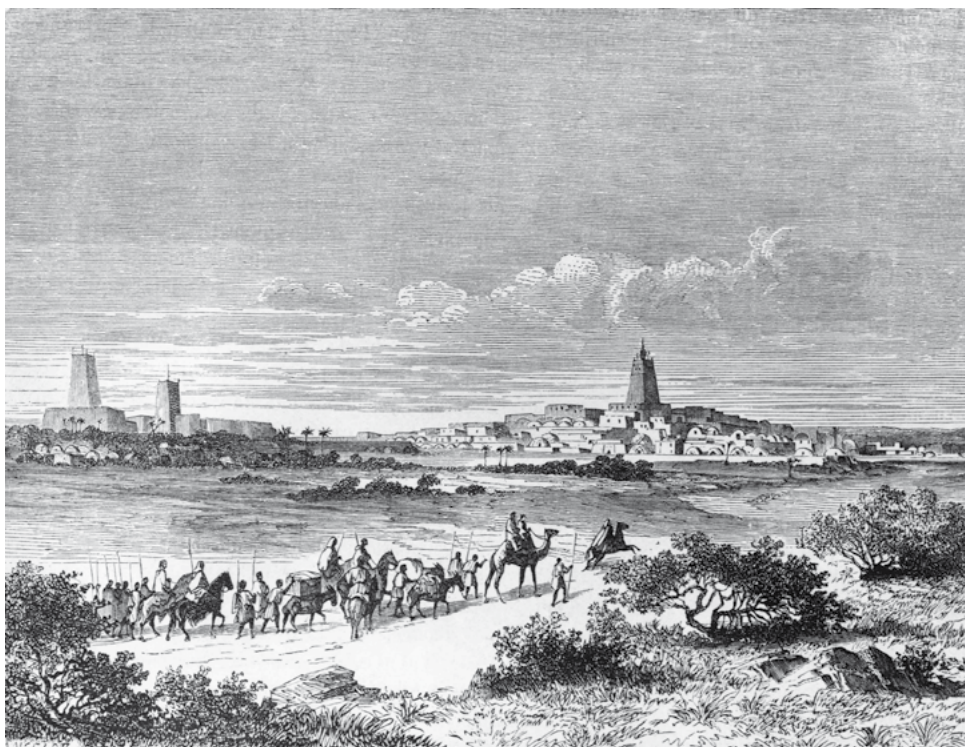
Noz de cola

Semente africana usada para produzir bebida energética.

transportavam para regiões distantes, como Arábia, Pérsia e Índia. Além do comércio, os povos africanos praticavam a agricultura e a pecuária e dominavam a metalurgia e o artesanato em madeira, marfim, couro e tecidos.

Com as trocas mercantis, aconteceram também trocas culturais e, assim, os povos africanos que entraram em

contato com os comerciantes árabes acabaram se convertendo ao islamismo. Dessa forma, vários reinos africanos adotaram-no como religião oficial.



Representação da chegada de uma caravana de comerciantes na cidade de Tombouctou (atualmente dentro do Mali). [Gravura, século XIX.]

Comércio Transaariano



Fonte: African Perspectives on Colonialism by A.Adu Boahen; Map of Africa by Mitchell's, 1858.

Antes do século XV, a África era chamada de “terra incógnita” pelos europeus. Mas quando eles, em especial os portugueses, começaram a aportar no litoral africano, depararam-se com diferentes sociedades e culturas de longa tradição e com reinos e impérios riquíssimos, como o reino de Gana, o Império do Mali, o reino do Congo, os reinos iorubas e o reino do Benim.

A maioria desses reinos era muito próspera e obtinha sua riqueza por meio do comércio de sua produção agropecuária, de artesanato, de tecidos, de suas reservas de ouro e marfim e de escravos capturados no conflito com outros povos africanos. Boa parte desse comércio era desenvolvida por caravanas que circulavam pela região do Sahel, que ligava os povos da África Subsaariana (ao sul do Saara) aos do norte do Deserto do Saara.

Em termos religiosos, muitas dessas populações entraram em contato com os muçulmanos, de forma que alguns desses reinos ou se converteram ao islã ou receberam forte influência da cultura muçulmana, trazida pelos mouros do Magreb ou pelos povos árabes.

Vários desses reinos africanos utilizavam escravos capturados nos conflitos com outros povos do continente com os quais guerreavam. Quando os portugueses estabeleceram contato com alguns desses reinos, durante as viagens de exploração marítima, teve início uma aproximação entre as culturas. As consequências foram a cristianização de alguns desses povos e o início do comércio transatlântico de africanos escravizados, que mais tarde seria a base do sistema colonial e da produção agroexportadora desenvolvida nas Américas, em especial no que viria a ser o Brasil.

A escravidão em terras africanas já ocorria antes. Então, o que mudou com a chegada dos europeus? A grande mudança foi o início do tráfico de africanos escravizados para as Américas. Antes da chegada dos europeus, a escravidão era praticada em menor escala e era fruto de guerras (os escravizados eram prisioneiros de guerra). Com a chegada dos europeus, houve, de acordo com a lógica capitalista, uma “mercantilização” da escravidão. Com isso, surgiu a atividade de “produzir escravos” para a venda. Os reinos africanos passaram a constituir expedições de forma sistemática para capturar seres humanos direcionados à venda como trabalhadores escravizados.



O continente africano possui uma história milenar de reinos e impérios riquíssimos. Ainda hoje, há no continente riquezas culturais (técnicas e saberes tradicionais, religiões e crenças, mitologia, línguas etc.) e riquezas naturais

(fauna e flora em ecossistemas diversos, além de reservas de ouro, diamante, cobre, bauxita, petróleo, gás natural etc.). No entanto, os noticiários costumam tratar apenas dos conflitos étnicos, das guerras, das epidemias e da fome, entre outras tragédias humanas que lá ocorrem. Se a África possui recursos tão abundantes, por que há tanta miséria em seus países?



A mesquita de Djenné, no Mali, faz parte da lista de Patrimônio Histórico da Humanidade, da Unesco, desde 1988. Construída originalmente no século XIII e reconstruída em 1907, é o maior monumento religioso em adobe (mistura de barro) do mundo. A mesquita é restaurada todos os anos pela população muçulmana da região, para garantir sua preservação.

Para onde foram e ainda são levadas todas essas riquezas africanas? Quem ganha com a sua exploração?



FICA A DICA!

O filme *Diamante de sangue* (direção de Edward Zwick, 2006) se passa durante a guerra civil que dominou Serra Leoa (África), na década de 1990, e conta a história do contrabando de diamantes para financiar a compra de armas utilizadas nas guerras no continente. É uma mostra dos conflitos na África atual.

ATIVIDADE

2

Escavidão na África

Tendo como base o que você leu no texto *A África antes da colonização*, escreva sobre a diferença entre a escravidão praticada na África antes e depois do contato com os europeus.

Com a expansão marítima portuguesa e espanhola, a partir do século XV, os europeus conquistaram o que eles chamavam de Novo Mundo. A busca por novas rotas comerciais e centros mercantis acabou não apenas ampliando os negócios, que enriqueciam a burguesia e os Estados nacionais, mas também foi responsável por tornar maior a área geográfica conhecida pelos europeus.

A conquista de outro continente, a América, foi consequência das grandes navegações. Portugueses e espanhóis, seguidos por franceses, ingleses e holandeses, consideraram os territórios americanos como suas propriedades e passaram a colonizá-los, explorando suas riquezas, seus povos e suas possibilidades econômicas. Como resultado, impérios ultramarinos foram criados, fortalecendo o poder das monarquias nacionais europeias e deixando a burguesia a elas associadas mais poderosa.

Você verá que a exploração colonial seguiu a lógica mercantilista na América, onde foi sendo constituída uma sociedade colonial de acordo com a imposição dos padrões culturais europeus e do capitalismo mercantil.

Conhecer os aspectos do passado colonial brasileiro e refletir sobre suas heranças para a formação da sociedade atual será o objetivo deste tema.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Talvez você tenha ouvido falar sobre as riquezas produzidas pelos engenhos de açúcar no Nordeste. Mas você sabia que foram os africanos escravizados que produziram essa riqueza?

Talvez você tenha ouvido falar sobre as aventuras e o heroísmo dos bandeirantes paulistas, mas você sabia que eles mataram e escravizaram milhares de índios no Brasil?

Como os colonos portugueses faziam para gerar riqueza? A quem era direcionada essa riqueza? Como a mão de obra escravizada foi usada para isso? Escreva nas linhas a seguir o que você sabe sobre o período colonial brasileiro.



Portugal conquista novos mares e novas terras

Como já foi estudado no Tema 1 desta Unidade, desde o século XV, Portugal e Espanha disputavam a **hegemonia** na navegação do Oceano Atlântico, em busca de diferentes rotas comerciais e do estabelecimento de novos negócios com outras regiões do mundo, de acordo com as necessidades do capitalismo mercantil. Esse período das grandes navegações culminou com a chegada dos europeus a um continente desconhecido até então para eles – a América.



Hegemonia

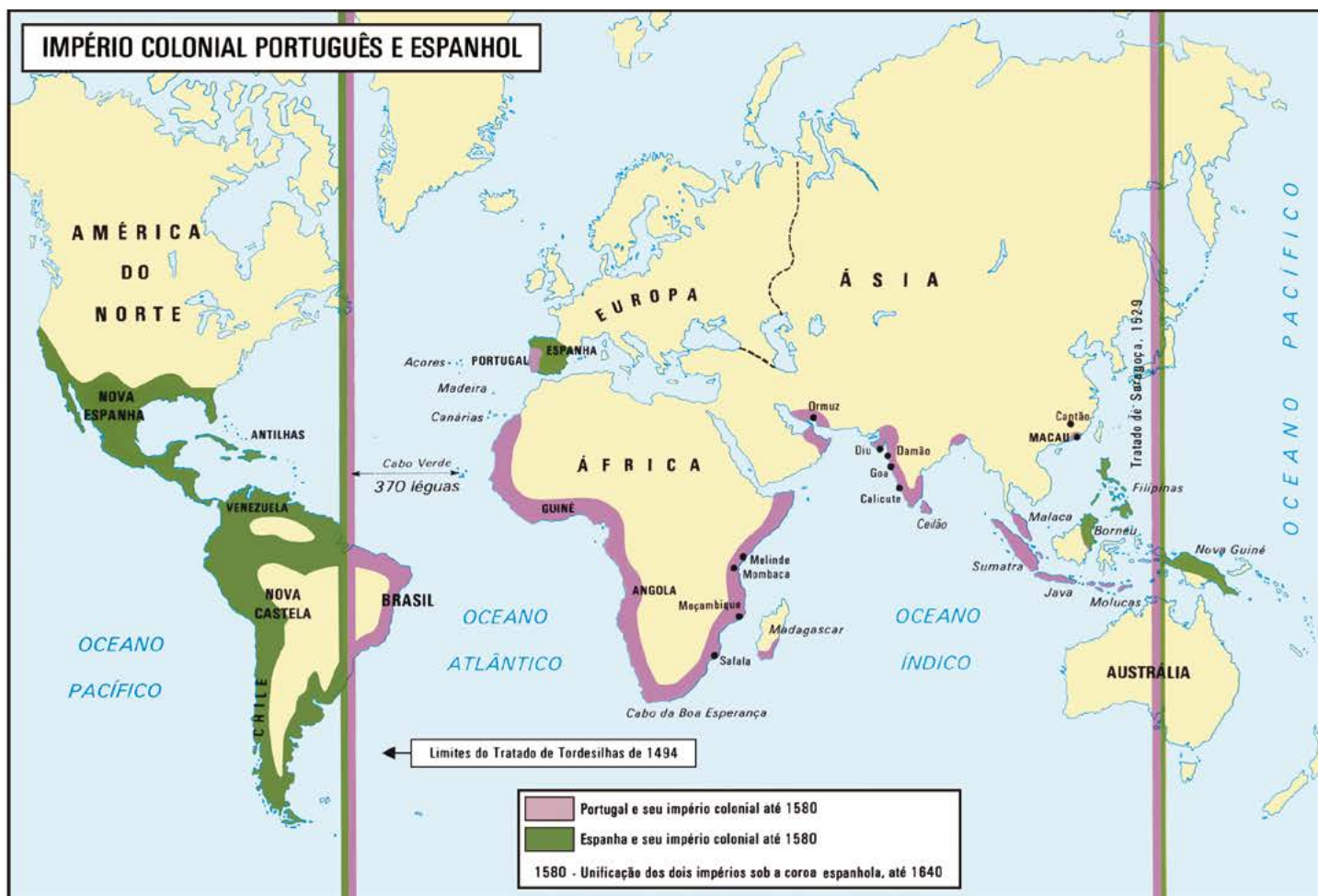
Preponderância, supremacia; dominação política, econômica e cultural de um povo sobre outro.

A fim de encontrar uma rota alternativa para o Oriente, em 1492, o rei espanhol financiou uma expedição marítima comandada por Cristóvão Colombo. A primeira ilha em que Colombo chegou, nas atuais Bahamas, foi batizada de São Salvador. Depois, o navegador passou ainda por Cuba e, por fim, pela Ilha de Espanhola (onde hoje se encontram o Haiti e a República Dominicana).

O navegador pensou ter aportado em algum lugar da Ásia, na região das Índias, como era seu plano inicial. Por isso, os habitantes do continente americano foram chamados pelos europeus de “índios”. Retornou à Espanha comunicando sua descoberta e, nos anos seguintes, voltou para explorar a região em mais três viagens. Colombo morreu em 1506 achando que tais terras eram as “terras das especiarias” do Oriente.

Porém, quando a notícia sobre a chegada de Colombo a essas terras circulou pelas cortes europeias, o rei de Portugal se sentiu no direito de tomar parte dos territórios. Isso porque, segundo o Tratado de Alcáçovas, as embarcações de Colombo tinham passado por territórios de domínio português, já que as terras estavam localizadas ao sul das Ilhas Canárias. Essa disputa entre as Coroas ibéricas acabou gerando um novo tratado.

Em 1494, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas (veja mapa da página seguinte), definindo os limites de suas posses. O acordo determinava a divisão do mundo entre Portugal e Espanha a partir de uma linha imaginária traçada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras para o leste pertenceriam a Portugal e a Espanha ficaria com a parte ocidental.



ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 2008. p. 20. Mapa original.

Após essa definição dos limites de exploração, navegadores passaram a se interessar em conhecer melhor esses territórios e explorar suas possíveis riquezas. Foi nesse contexto que chegaram no litoral que hoje faz parte do Brasil. Em 1500, o rei de Portugal enviou, em caráter oficial, uma frota com aproximadamente 1.500 homens a bordo, visando tomar posse das “terras de além-mar”. Chefiada por Pedro Álvares Cabral, as embarcações chegaram ao litoral brasileiro no dia 22 de abril de 1500.



Cena representando o desembarque de Pedro Álvares Cabral, no litoral de Porto Seguro (BA), em abril de 1500. [Oscar Pereira da Silva. *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*, 1922.]

O principal interesse de Portugal na conquista e colonização dessas novas terras era encontrar ouro, o que não ocorreu logo após a chegada à América.

Por não terem achado metais preciosos de imediato, os portugueses mantiveram seus interesses voltados para o comércio das especiarias orientais. Durante os primeiros 30 anos após a conquista, Portugal não adotou uma política de ocupação e exploração sistemática para o Brasil. Por isso, esse período (1500-1530) é chamado de Pré-colonial, durante o qual os portugueses limitaram-se à prática do extrativismo e do escambo com os indígenas. Ou seja, os nativos retiravam da natureza o que interessava aos portugueses – como a madeira do pau-brasil – e em troca recebiam produtos manufaturados europeus, como facas, machados, espelhos etc.

Essa relação foi satisfatória para ambas as partes por pouco tempo. Logo os portugueses passaram a desejar mais madeira; porém, os indígenas não necessitavam mais dos produtos oferecidos. Conflitos começaram a surgir, já que duas visões de mundo entravam em choque. De um lado, os indígenas, com uma economia baseada na propriedade coletiva e voltada para a subsistência. De outro, a lógica capitalista-mercantil portuguesa, segundo a qual toda a produção era transformada em mercadoria e o principal objetivo era o acúmulo de riquezas. Os portugueses desejavam cada vez mais comercializar na Europa os produtos retirados do Brasil.

Houve significativas mudanças na organização do trabalho e das atividades econômicas desenvolvidas na colônia portuguesa, pois a produção se subordinou aos fins do capitalismo mercantil. Mas como estava organizado o trabalho antes da chegada dos europeus à América?

Antes dos europeus, os povos nativos da América não produziam para nenhum mercado. Tudo que eles produziam destinava-se ao consumo próprio e não tinha valor comercial. Além disso, não existia a lógica de fabricar mais e mais mercadorias para acumular riqueza; portanto, o trabalho e seu produto não eram vendidos. Trabalhava-se apenas o suficiente para a subsistência e tudo o que fosse necessário para a vida era extraído da natureza, que se constituía como um bem comum, de todos. Desse modo, não havia propriedade privada, nem “contas e dívidas a pagar”, já que não era possível comprar nada. A ideia de comprar, vender e ser proprietário, própria das relações capitalistas, foi introduzida pelos europeus no continente americano, mudando para sempre a maneira como os habitantes das Américas se relacionavam com o trabalho e com o consumo.



VOCÊ SABIA?

O pau-brasil é uma árvore da qual se pode extrair uma tinta vermelha, que era muito valorizada nos mercados europeus da época por sua utilização para tingir tecidos. Segundo alguns historiadores, foi essa planta que deu origem ao nome do país.

Durante as primeiras décadas do século XVI, essa árvore foi tão explorada que quase se extinguiu. Hoje, a Mata Atlântica, de onde vem o pau-brasil, está reduzida a aproximadamente 7% de sua área original.



PENSE SOBRE...

Uma história é sempre contada a partir de um determinado ponto de vista. Assim, os relatos são sempre parciais, pois o autor tem a sua opinião sobre os acontecimentos. Os registros escritos sobre os primeiros encontros entre portugueses e indígenas, em 1500, são relatos escritos por portugueses e contados, portanto, do ponto de vista do conquistador. Como seria a história contada pelos indígenas que avistaram Cabral, as caravelas e sua tripulação desembarcando em 1500? O que você acha que os indígenas pensaram sobre aqueles portugueses?

ATIVIDADE

1

Trabalho para viver ou para sobreviver?

Retome o que você estudou sobre a primeira forma de exploração das riquezas brasileiras. Identifique e descreva as atividades realizadas no século XVI, representadas na imagem a seguir. Preste atenção nas pessoas e nas ações por elas praticadas, nos objetos e na paisagem. Descreva também o que mudou no mundo do trabalho e do consumo com a imposição da lógica capitalista pelos europeus.





Brasil e o sistema colonial

Após a conquista da América, Espanha e Portugal passaram a navegar por regiões até então inexploradas pelos europeus, travando contatos com populações locais, estabelecendo trocas comerciais e conquistando territórios – enfim, construindo seus impérios ultramarinos.

Portugal, que já havia estabelecido **feitorias** nos litorais africano e indiano, estabeleceu-as também na costa brasileira, para que as toras de madeira do pau-brasil fossem armazenadas e então embarcadas para a metrópole.



Feitoria

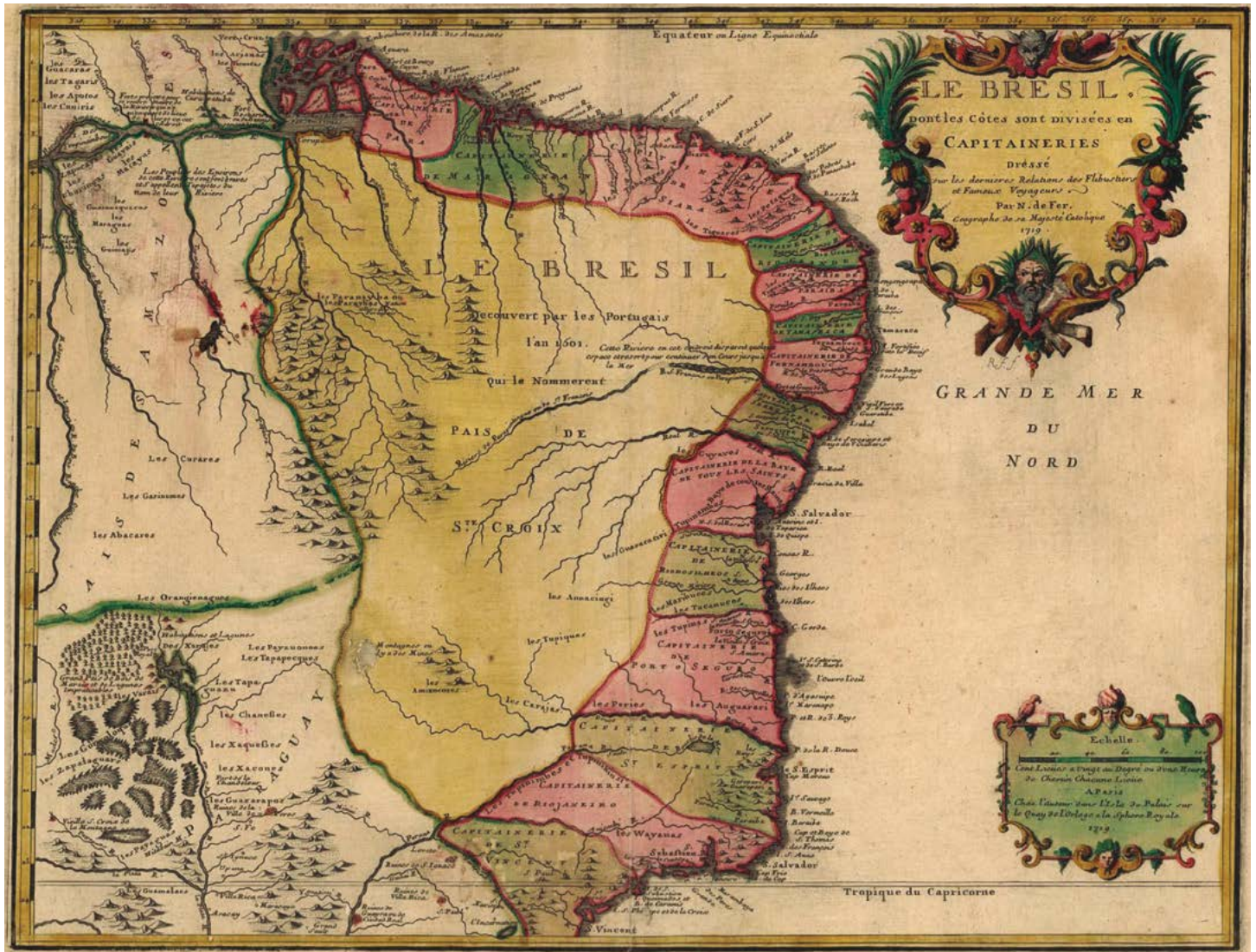
Fortificação destinada ao armazenamento de produtos e que também servia como entreposto comercial.

Como propriedade do rei de Portugal, o Brasil era uma colônia portuguesa. Por isso, não podia haver relações comerciais entre os indígenas e outros mercadores europeus. Portugal, assim, detinha o monopólio comercial com sua colônia.

No entanto, o litoral brasileiro passou a ser frequentado por embarcações de outras regiões da Europa, sobretudo francesas, que, além de retirarem riquezas naturais daqui, ameaçavam invadir essas terras e se apoderar delas. A necessidade de proteger o território, aliada ao interesse em inserir sua colônia americana na lógica mercantilista de produção, fez com que Portugal implantasse um sistema de incentivo à colonização da América. O território colonial foi dividido em grandes faixas de terra que foram doadas a colonos portugueses. Esse foi o sistema das capitânicas hereditárias (veja o mapa da página seguinte), implantado a partir de 1534.

Aqueles que recebiam essas faixas de terra, chamadas de capitânicas, eram os capitães donatários. Esses territórios podiam ser transmitidos por eles de forma hereditária, ou seja, para seus herdeiros. Por isso, o sistema ficou conhecido como **capitânicas hereditárias**. A terra era propriedade do rei, o que significava que o capitão donatário não podia vender sua capitania, apenas explorar suas riquezas. Em troca, o capitão tinha de garantir a defesa do litoral, estabelecer contato com os indígenas, desenvolver uma produção agrícola de interesse da metrópole, organizar uma estrutura política e administrativa na colônia e promover o povoamento, com a fundação de núcleos colonizadores. As capitânicas podiam ser subdivididas em lotes menores, as **sesmarias**, concedidas aos colonizadores após a autorização do rei.

Capitanias hereditárias no Brasil



FER, Nicolas De. *Le Brésil*, 1719. Biblioteca do Congresso Americano, Washington (EUA). Disponível em: <<http://www.loc.gov/item/2003627079/>>. Acesso em: 20 jan. 2015. Mapa original.

O sistema das capitanias hereditárias não teve o resultado esperado. Diversos problemas, como falta de recursos, conflitos com indígenas e desinteresse dos capitães, impediram o sucesso do sistema.

O fracasso do plano de autonomia das capitanias levou Portugal a implantar no Brasil, em 1549, o **governo-geral**, com sede em Salvador, na Bahia. O objetivo era centralizar a administração colonial, facilitando a comunicação com a metrópole e consolidando o projeto colonizador português. As capitanias continuaram a existir, mas a colônia passava a seguir o comando do representante metropolitano.

Um conjunto de regras, chamadas de **sistema colonial**, foi aplicado para regular as relações entre as colônias e a metrópole. Essas regras seguiam as orientações

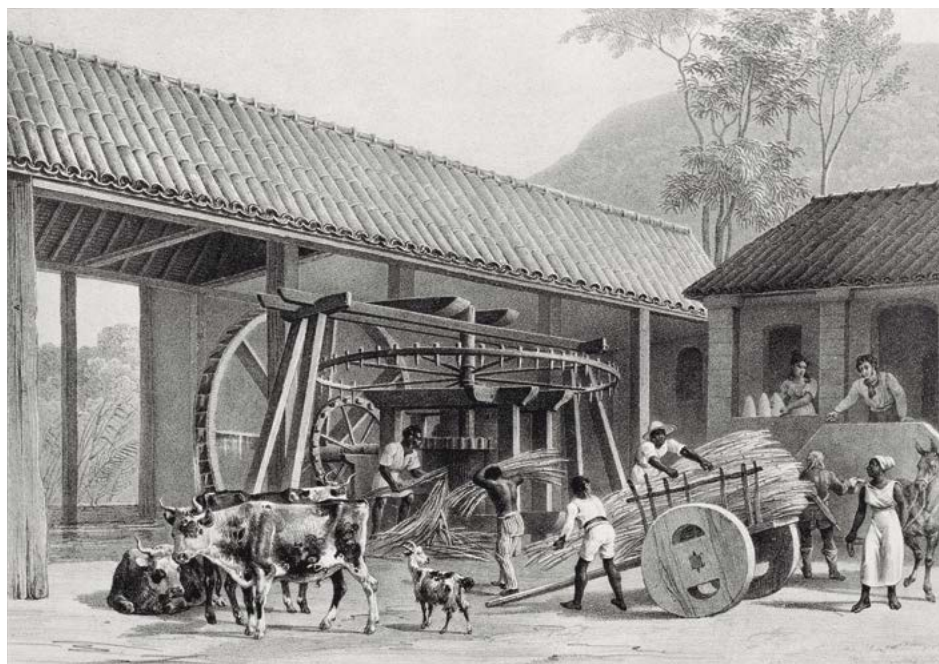
mercantilistas da época. A primeira delas foi estabelecer o **pacto colonial**, por meio do qual ficava estabelecido que as colônias deveriam produzir gêneros de interesse comercial da metrópole, que em troca garantiria a infraestrutura (criação de portos, fortificações, segurança, ordem judiciária etc.) para tal produção. As colônias deveriam também fornecer matérias-primas para a metrópole e comprar somente dela os produtos manufaturados. Assim era o monopólio comercial, que foi estudado na Unidade 1 deste Volume. A produção de riquezas oriundas do comércio das manufaturas proporcionou aos Estados nacionais europeus a acumulação do capital necessário ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, como visto também na Unidade 1.

Esse monopólio comercial garantia a Portugal o **exclusivo metropolitano**. Por meio dele, a metrópole tinha a exclusividade comercial com suas colônias. A presença de comerciantes de outros Estados na América portuguesa era proibida.

Os povos indígenas que habitavam a América portuguesa não desenvolveram um mercado de especiarias, como o do Oriente, tampouco exploravam os metais preciosos cobiçados pelos europeus. Por isso, os portugueses introduziram em terras brasileiras uma cultura rentável nos mercados europeus. Foi assim que se iniciou o cultivo da cana-de-açúcar, já praticada por eles na região nas ilhas do Açores e da Madeira.

O açúcar era um produto raro e caro na Europa, por isso, era conhecido como **ouro branco**. De origem asiática, a cana não se adaptou às condições climáticas e ao solo europeu. Os portugueses decidiram, então, cultivá-la na Ilha da Madeira, onde obtiveram sucesso com o plantio. Aproveitando essa experiência, eles levaram a planta ao Nordeste brasileiro.

Apesar de a imagem representar um engenho do século XIX, a estrutura dos engenhos era semelhante no período colonial. [Johann Moritz Rugendas. *Engenho de açúcar*, 1835.]



Nessa região, a cana-de-açúcar desenvolveu-se bem e tornou-se a principal atividade econômica colonial, já que a procura pelo açúcar nos mercados europeus era grande.

A produção da cana-de-açúcar em larga escala para abastecer o mercado consumidor da Europa dependia de uma extensa área para cultivo e de um grande número de trabalhadores braçais. Desse modo, a produção agrícola na colônia dependia de três pilares: **latifúndio**, monocultura e mão de obra escrava.



Latifúndio

Propriedade de grande extensão, que costuma ser dedicada à plantação de um só produto agrícola para comercialização.

Originalmente, os trabalhadores escravizados eram obtidos pela captura de povos indígenas, mas depois foram substituídos por africanos escravizados. Os colonos viam os nativos como mão de obra barata, prontos para serem capturados e convertidos em escravos. No final do século XVII e meados do século XVIII, os bandeirantes foram os principais organizadores de expedições de apresamento de indígenas. Esses colonos eram originários de terras mais pobres e isoladas em relação a outras regiões da colônia na época (no caso, o atual Estado de São Paulo) e, como não podiam produzir e exportar cana-de-açúcar, capturavam índios, sobretudo para trabalhar em suas lavouras, já que não tinham recursos para comprar africanos escravizados.

Os bandeirantes organizavam incursões para o interior do continente, as chamadas “bandeiras”, com o objetivo de caçar índios e procurar ouro e pedras preciosas. Com isso, avançavam no território espanhol delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, contribuindo para expandir o domínio português e, por decorrência, o território que mais tarde viria a ser o Brasil.

Os jesuítas, desde o século XVI, estavam espalhados em diversos pontos da colônia para catequizar os indígenas, um dos objetivos da Contrarreforma da Igreja Católica, conforme estudado no Tema 2 da Unidade 1 deste Volume. O interesse dos colonos logo se chocou com as pretensões dos jesuítas, que viam o indígena como um possível fiel a ser convertido à fé católica. Com esse intuito, os padres jesuítas fundaram colégios para a catequese – como o de São Paulo (1554), que originou a cidade de São Paulo – e construíram aldeamentos, conhecidos como **missões jesuíticas**, para reunir milhares de indígenas convertidos. Nessas missões, os indígenas deviam aprender o português, abandonar suas antigas crenças e seguir os rituais católicos, vestir roupas como os europeus e trabalhar na lavoura e na pecuária, para prover as necessidades do aldeamento.

O interesse da Igreja em expandir o número de fiéis acabou determinando a proibição da escravidão indígena no Brasil, a partir de 1570. Mas apenas os índios convertidos estavam a salvo; os que se recusassem a aceitar a fé católica ou se revoltassem contra os colonos poderiam ser aprisionados.

Neste período, teve início o tráfico negreiro para suprir a necessidade de trabalhadores na colônia, em especial nas grandes lavouras dedicadas à produção açucareira. Ainda no século XVI, vieram os primeiros africanos escravizados para trabalhar nos engenhos de açúcar.

É possível perguntar: Quais motivos determinaram o insucesso da escravidão indígena e a adoção do trabalho escravo africano? Enquanto na América espanhola, populações indígenas eram massacradas ou obrigadas a trabalhar na extração de minérios (ouro e prata), na América portuguesa, as ações jesuíticas de conversão, aliadas ao interesse de estabelecer um lucrativo comércio internacional de africanos escravizados, limitaram a escravidão indígena e estimularam a de origem africana.

Controlado pelos portugueses, o comércio de africanos escravizados para a América era altamente lucrativo. Esse foi o principal motivo que levou os colonizadores a optar pelo trabalho escravo africano.

Os portugueses desenvolveram relações comerciais com alguns povos da África, com os quais trocavam mercadorias (fumo, miçangas, aguardente, armas e outros produtos manufaturados) por pessoas escravizadas. Assim, a lógica do capitalismo mercantil foi introduzida no tráfico internacional de africanos escravizados, transformando pessoas em mercadorias altamente lucrativas e, portanto, desconsiderando a sua humanidade.

FICA A DICA!

Assista ao filme *A missão* (direção de Roland Joffé, 1986), que aborda a história da colonização da América do Sul por portugueses e espanhóis, e se passa nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Um mercador de escravos acaba se unindo aos jesuítas para proteger os indígenas da escravidão.

ASSISTA!

História – Volume 2

Os bandeirantes

O vídeo analisa imagens e traz falas de especialistas com o objetivo de discutir o mito construído em torno dos bandeirantes, que ficaram conhecidos na historiografia tradicional como heróis desbravadores. A narrativa do vídeo busca relacionar o movimento das bandeiras ao processo de expansão do território colonial, entre os séculos XVII e XVIII. Retrata ainda os conflitos entre os jesuítas – que estavam empenhados na conversão do indígena – e os bandeirantes – que adentravam os sertões da colônia, destruindo aldeamentos para escravizar nações inteiras.

Estima-se que o tráfico negreiro, como ficou conhecido o comércio de africanos escravizados entre a costa da África e a América, tenha envolvido mais de 10 milhões de africanos, entre os séculos XVI e XIX. Para a América portuguesa, especificamente, teriam vindo 4 milhões de pessoas, de diferentes culturas, para trabalhar nas lavouras, sobretudo na açucareira. Por meio dessas cifras, é possível perceber que o africano escravizado foi a base de sustentação de quase toda a produção econômica do continente americano.

Com isso, fica evidente que o comércio colonial estava baseado em um tripé alinhado com a lógica mercantilista: o comércio de produtos manufaturados europeus, o tráfico de africanos escravizados e a produção de açúcar e outros produtos agrícolas nas Américas.

Em relação ao mundo do trabalho, o antigo sistema colonial era uma grande engrenagem do capitalismo em desenvolvimento, baseado na máxima exploração do trabalho humano. Na Europa, a nova lógica de produção manufatureira, que envolvia a especialização do trabalho, permitia uma produção em larga escala e em menor tempo, além da fácil substituição de um trabalhador por outro, desvalorizando seu trabalho e permitindo, com isso, o aumento de sua exploração. Da África, eram trazidos os escravizados que teriam sua força de trabalho explorada ao máximo nas plantações americanas. Da América, provinham os produtos primários, cujo comércio gerava um grande capital, utilizado em boa parte para desenvolver ainda mais o capitalismo manufatureiro europeu. Em síntese, havia uma lucrativa atividade comercial entre os três continentes (Europa, África e América), que era comandada pela burguesia europeia e da qual o sistema colonial fazia parte.



VOCÊ SABIA?

Os navios que transportavam africanos escravizados eram conhecidos como tumbeiros. Eles eram chamados assim em referência à palavra “tumba”, porque muitos negros não sobreviviam às péssimas condições da viagem. Eles vinham amontoados e acorrentados nos porões dos navios, com alimentação ruim e sem as mínimas condições de higiene. Os escravizados eram vistos como uma mercadoria e não como seres humanos.

O açúcar do Nordeste e o ouro de Minas

Na América portuguesa, formava-se uma sociedade baseada no trabalho escravo, pois quase tudo na colônia era realizado por esses trabalhadores. Grandes proprietários de terra, com destaque para os senhores de engenho, compravam africanos escravizados para serem usados nas lavouras, nos serviços domésticos e na produção do açúcar nos engenhos.

Os engenhos de açúcar eram as propriedades nas quais ocorria a produção açucareira. Eram grandes fazendas monocultoras, que produziam em larga escala para a exportação e utilizavam basicamente o trabalho escravo.

Localizados em sua grande maioria no Nordeste brasileiro, os engenhos costumavam ser compostos por construções e equipamentos voltados à manufatura do açúcar, como canavial, casa-grande (habitação do senhor e de sua família), senzala (alojamento dos escravizados), capela, pasto, casa dos colonos, moendas (onde a garapa era retirada), casa das fornalhas (onde o caldo era cozido), casa de purgar (onde o produto era purificado) e galpões para o estoque do açúcar, que seguia para ser comercializado nas cidades litorâneas.



História – Ensino Fundamental Anos Finais – Volume 4

Engenhos da colonização

O vídeo destaca os aspectos econômicos da ocupação do território brasileiro que, até hoje, fundamentam as relações sociais e a formação cultural do nosso povo, ajudando na compreensão dos mecanismos comerciais envolvidos na produção e na comercialização do açúcar produzido na América portuguesa. Apresenta também um engenho de cana-de-açúcar localizado em São Vicente (SP) que é um dos marcos da colonização portuguesa no Brasil. O vídeo pode ajudar você, por meio da visualização das estruturas de um engenho, a entender as etapas da fabricação do açúcar.

Além dos escravizados, também trabalhavam nos engenhos trabalhadores livres assalariados, em atividades especializadas. Eram carpinteiros, ferreiros, sapateiros, oleiros, pedreiros, mestres de açúcar (que controlavam a qualidade do produto), feitores (que fiscalizavam a produção), capitães do mato (que capturavam escravos fugitivos), capelães (responsáveis pelos rituais religiosos), entre outros.

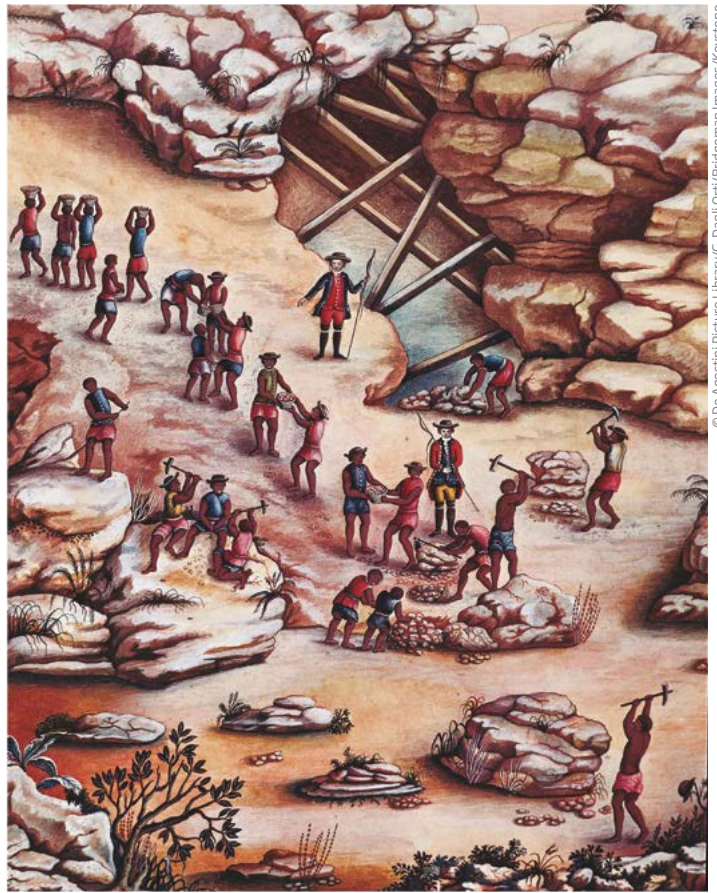
Durante os dois primeiros séculos de colonização, o açúcar foi o principal produto da colônia. A partir do século XVIII, a atividade mineradora passou também a contribuir para o enriquecimento de Portugal.

Quase duzentos anos após a chegada dos portugueses, e devido às constantes incursões dos bandeirantes, foram descobertas, enfim, jazidas de ouro e pedras preciosas no interior do continente, na atual região de Minas Gerais. Era o início do desenvolvimento da mineração. Com o Regimento das Minas, de 1702, foram estabelecidas as regras para a concessão de áreas de exploração de ouro sob a licença da metrópole.

O controle sobre a extração do ouro era rígido e visava impedir que as riquezas minerais escapassem dos impostos portugueses. Para controlar a produção, foram criadas também as casas de fundição, nas quais todo o ouro era fundido, taxado e transformado em barras. Na tentativa de impedir o contrabando era proibida a circulação do ouro em pepitas ou pó.

Enquanto os engenhos desenvolveram uma sociedade basicamente rural, a mineração proporcionou o desenvolvimento de sociedades urbanas. Cidades como Ouro Preto (antiga Vila Rica), Sabará, Itabira, Mariana, Diamantina e Tiradentes, todas em Minas Gerais, desenvolveram-se em torno das atividades mineradoras – extração, comércio, hospedagem – constituindo-se como centros políticos, econômicos, culturais e religiosos da região central da colônia. O desenvolvimento dessas sociedades urbanas alterou também o mundo do trabalho, já que pressupunha outras formas de produção e consumo.

Nas cidades, os trabalhadores escravizados atuavam em diferentes tarefas. Havia os **escravos de ganho**, que eram alugados para a prestação de serviços esporádicos – como fazer mudanças ou transportar mercadorias – ou para vender mercadorias para o lucro de seus proprietários. Os chamados **escravos de ofício** tinham um conhecimento especializado e trabalhavam como sapateiros, alfaiates, pintores, ferreiros, marceneiros, entre outros ofícios, produzindo para o enriquecimento do seu dono.



Representação dos trabalhos de extração de pedras preciosas, o que indica a presença de grande número de trabalhadores escravizados, em diversas etapas da atividade mineradora, que eram vigiados por feitores. [Carlos Julião. *Mina de diamantes*, 1775.]



Apesar de representar uma situação ocorrida já no Brasil independente, era comum durante o período colonial que as mulheres escravizadas praticassem atividades comerciais nas cidades da colônia. [Jean-Baptiste Debret. *Banha de cabelos bem cheirosa*, 1827.]

Nos trabalhos domésticos, havia as mucamas (para as mulheres) e os pajens (para os homens), que cuidavam pessoalmente dos seus senhores. Ainda que esses trabalhadores escravizados não estivessem submetidos às duras condições do trabalho nas lavouras, todos pertenciam a alguém, tinham um dono. Dessa maneira, continuavam sendo uma mercadoria, que podia ser comprada, vendida e até alugada.

Assim, fosse nos campos ou nas cidades, consolidou-se no período colonial uma sociedade escravista, organizada com base nas relações de trabalho escravo. O trabalhador escravizado, além de produzir para as metrópoles, era também uma valiosa mercadoria. Dentro da lógica mercantilista, o comércio de africanos escravizados foi um dos pilares do enriquecimento das monarquias europeias.

Paralelamente à consolidação da sociedade escravista, existiram inúmeras formas de resistência à escravidão. A mais conhecida era a fuga dos cativos para o mato, onde formavam os **quilombos** – comunidades isoladas de negros escravizados, que podiam reunir centenas deles em condição de liberdade. Além da fuga individual ou em grupo, eles também sabotavam a produção, quebravam equipamentos, matavam o senhor ou seu feitor e até suicidavam-se. Todas eram formas legítimas de lutar contra a imposição do cativoiro.



FICA A DICA!

O filme *Quilombo* (direção de Cacá Diegues, 1984) conta a história de um grupo de trabalhadores escravizados que se rebela em um engenho de Pernambuco, por volta de 1650, e rumo ao Quilombo dos Palmares.



PARA SABER MAIS



Colonização na América espanhola

Na América espanhola, a conquista dos territórios foi acompanhada pelo extermínio de centenas de milhares de indígenas. O contato com as populações nativas logo revelou a existência de prata e ouro, o que levou a uma rápida investida do rei espanhol no sentido de retirar a maior quantidade possível de metais preciosos das colônias e levá-los para os cofres metropolitanos. Para isso, os conquistadores espanhóis tiveram de invadir os impérios pré-colombianos (anteriores à chegada de Colombo na América) e lutar contra os exércitos locais. Apesar da inferioridade numérica, os espanhóis tinham armas de fogo e usaram as próprias desavenças e alianças entre os povos indígenas em seu proveito. Isso garantiu o êxito da submissão dos povos locais. Os europeus também trouxeram doenças que não eram comuns na América, e às quais os indígenas não tinham resistência natural, o que resultou em muitas mortes.

OS POVOS PRÉ-COLOMBIANOS



Principais Grupos Étnicos	
[Pink Box]	Grupo Esquimó-Aleutino
[Yellow Box]	Grupo Na-Dene
[Orange Box]	Sioux-Dakota
[Green Box]	Iroqueses
[Olive Box]	Grupo Algonquino-Wakash
[Purple Box]	Grupo Uto-Astecas
[Light Purple Box]	Maias
[Light Orange Box]	Grupo Aruak
[Blue Box]	Grupo Chibcha
[Brown Box]	Grupo Karib
[Dark Purple Box]	Grupo Tupi-Guarani
[Light Blue Box]	Grupo Jê
[Light Green Box]	Grupo Quichua
[Yellow-Orange Box]	Outras populações

Adaptado de: História das Civilizações, v. III, p. 8.

No território que viria a ser a América Central, o Império Asteca (ou mexica) foi conquistado pelas forças militares de Hernán Cortez, em 1521. Na região andina, o Império Inca foi tomado pelos soldados liderados por Francisco Pizarro, em 1533.

A população indígena passou a trabalhar na mineração, na agricultura e na pecuária, bem como nas obras públicas. Os regimes de trabalho forçado típicos da América espanhola foram a *encomienda* e o *repartimiento*. A *encomienda* era a exploração do trabalho das comunidades indígenas e a exigência de pagamentos de impostos em produtos, em conjunto com a catequização dos indígenas. Esse sistema foi substituído pelos *corregimientos*, controlados pela Coroa espanhola. Já o *repartimiento* era um tributo pago com trabalho forçado e equivalia à *antiga mita*, uma maneira de trabalho obrigatório já praticada no Império Inca antes da chegada dos espanhóis. Assim, formas de escravidão foram implantadas ou adaptadas ao sistema colonial, causando a desorganização das populações tradicionais.

Não há como saber exatamente o impacto da colonização nas populações pré-colombianas. Estudiosos estimam que o genocídio chegou a mais de 50 milhões de mortos na América, incluindo as partes espanhola, portuguesa (o Brasil) e inglesa (os Estados Unidos da América, o Canadá e partes da América Central).

Da América espanhola foram retiradas milhares de toneladas de ouro e prata, riquezas que tornaram a Espanha, segundo a lógica mercantilista, a monarquia mais rica daquela época.



Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville, ocorrido em 21 de março de 1960, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul.

A Secretaria tem como finalidades, entre outras, a formulação, coordenação e articulação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

ATIVIDADE

2

Sistema colonial e sociedade escravista

1 Segundo o texto *Brasil e o sistema colonial*, quais eram as principais características do sistema colonial desenvolvido pelos portugueses e qual é sua relação com o desenvolvimento do capitalismo na Europa?

2 Leia o texto a seguir, retirado da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, escrita em 1711, pelo padre Antonil. Nela, o jesuíta registrou suas impressões sobre o funcionamento da sociedade colonial brasileira.

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo como se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelos partidos, roças, serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. [...] No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer [pão] e o vestir [pano] como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais [...].

a) O que o autor quis dizer com a afirmação “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”? Justifique tal frase com base nas relações de trabalho predominantes no contexto colonial.

b) Segundo o padre Antonil, como os escravos eram tratados?



DESAFIO

Os indígenas foram também utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial [da colonização do Brasil]; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor “aptidão” ao trabalho escravo (...). O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na “preferência” pelo africano revela-se, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva de capitais na metrópole; ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole; realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Esse talvez seja o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.

Nesse trecho, o autor afirma que, na América portuguesa,

- a) os escravos indígenas eram de mais fácil obtenção do que os de origem africana, e por isso a metrópole optou pelo uso dos primeiros, já que eram mais produtivos e mais rentáveis.
- b) os escravos africanos aceitavam melhor o trabalho duro dos canaviais do que os indígenas, o que justificava o empenho de comerciantes metropolitanos em gastar mais para a obtenção, na África, daqueles trabalhadores.
- c) o comércio negreiro só pôde prosperar porque alguns mercadores metropolitanos preocupavam-se com as condições de vida dos trabalhadores africanos, enquanto que outros os consideravam uma “mercadoria”.
- d) a rentabilidade propiciada pelo emprego da mão de obra indígena contribuiu decisivamente para que, a partir de certo momento, também escravos africanos fossem empregados na lavoura, o que resultou em um lucrativo comércio de pessoas.
- e) o principal motivo da adoção da mão de obra de origem africana era o fato de que esta precisava ser transportada de outro continente, o que implicava a abertura de um rentável comércio para a metrópole, que se articulava perfeitamente às estruturas do sistema de colonização.

Fuvest 2012. Disponível em: <<http://www.fuvest.br/vest2012/1fase/fuv2012v.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

HORA DA CHEGAGEM

Atividade 1 - Trabalho para viver ou para sobreviver?

Nos estudos sobre a exploração do pau-brasil, você pôde perceber que a gravura registra o corte e a retirada do pau-brasil, no litoral brasileiro, pelos indígenas. Eles também estão transportando a madeira até as embarcações. Assim, é possível que você tenha concluído que as atividades econômicas representadas são o extrativismo e o escambo do pau-brasil. Essas atividades inauguram no Brasil uma nova lógica de produção e consumo: a capitalista. Isso muda a forma de se relacionar com o trabalho e com o consumo, pois antes o trabalho era realizado para a subsistência e a propriedade dos recursos naturais era comum a todos. Após a chegada dos europeus, os produtos e o trabalho passaram a servir às demandas do mercado e os recursos naturais viraram mercadoria: mediante a compra e a venda, eles tornaram-se propriedade privada de alguém.

Atividade 2 - Sistema colonial e sociedade escravista

1 No texto, você estudou que o sistema colonial tinha como característica principal um conjunto de regras para regular as relações entre colônias e metrópoles que seguia as orientações mercantilistas da época. Entre essas regras, estava o **pacto colonial**, segundo o qual as colônias deveriam produzir gêneros de interesse comercial para a metrópole, em troca de investimento em infraestrutura na colônia. Também havia o **exclusivo metropolitano**, no qual as colônias deveriam produzir matérias-primas para a metrópole e comprar somente dela os produtos manufaturados. O sistema colonial também estava baseado em um tripé comercial alinhado com a lógica mercantilista: o comércio de produtos manufaturados europeus, o tráfico de africanos escravizados e a produção de açúcar e outros produtos agrícolas nas Américas.

O sistema colonial estava diretamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, na medida em que dependia da produção manufatureira. Esta ampliava e barateava a produção de mercadorias manufaturadas e inseria os trabalhadores europeus em uma nova lógica de trabalho que permitia aumentar a exploração de sua força de trabalho. Além disso, de acordo

O MUNDO EM REVOLUÇÃO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

TEMAS

1. A Revolução Industrial
2. A independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa
3. Lutas dos trabalhadores no século XIX

Introdução

Na Europa, o século XVIII foi um período de transformações que marcaram o continente e afetaram outras regiões do planeta. Uma delas começou a se expressar já em meados desse século na Inglaterra, momento em que começaram a surgir as primeiras máquinas que transformariam as relações de trabalho e permitiriam a criação das fábricas. Esse grande processo de mudanças, que envolveu uma verdadeira revolução tecnológica, fez com que a organização do trabalho em muitas sociedades se transformasse profundamente nas décadas seguintes, consolidando o sistema capitalista no mundo ocidental.

No mesmo período, começou a se tornar cada vez mais forte nas colônias americanas o desejo de rompimento com seus colonizadores europeus. Em 1776, os Estados Unidos da América se tornaram o primeiro país independente da América. O discurso dos que apoiavam a independência foi influenciado pelos iluministas franceses, que defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade e acreditavam no uso da razão para compreender as questões humanas e o mundo ao seu redor. Esses ideais também influenciaram a Revolução Francesa, movimento que provocou transformações profundas na França, e depois em muitos outros países.

Porém, após as transformações políticas e sociais em toda a Europa, influenciadas pela Revolução Francesa, uma parcela da população – os trabalhadores – verificou que os ideais de igualdade e liberdade não se efetivaram na prática para todos. Em função da exploração que sofriam e das péssimas condições em que viviam, os trabalhadores passaram a lutar por direitos e pela transformação política, econômica e social da sociedade, o que culminou em uma série de revoltas e revoluções em toda a Europa ao longo do século XIX.

Nesta Unidade, você estudará esse período de grandes transformações e descobrirá que tudo isso influenciou, e muito, a história do mundo em que você vive.

Na Idade Média, como você já estudou no Volume 1, a vida econômica se organizava principalmente com base na produção agrícola que ocorria nas zonas rurais.

Com a crise do feudalismo, no século XIV, um novo sistema econômico começou a se organizar: o capitalismo, presente ainda hoje na maior parte dos países do mundo. Neste tema, você vai estudar a estreita relação desse sistema econômico com o desenvolvimento industrial que ocorreu na Europa a partir do século XVIII.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já trabalhou em uma fábrica ou em uma empresa em que as máquinas utilizadas definiam o ritmo ou a organização do seu trabalho? Se sim, registre nas linhas abaixo a sua experiência. Se não, pergunte a alguém que já teve essa experiência e relate-a aqui.



O capitalismo e as primeiras fábricas

Na Unidade 1 deste Volume você viu que a atividade comercial substituiu a agricultura como centro da economia na Europa ao longo do século XV, inaugurando a primeira fase do capitalismo: a comercial. No século XVIII, o capitalismo sofreu mudanças e transformou o mundo ao seu redor. Essas mudanças impulsionaram o início de uma nova fase desse sistema: o capitalismo industrial. A partir desse momento, o controle da economia passou dos comerciantes aos grandes industriais, donos dos meios de produção, como as máquinas e as fábricas.

A Revolução Industrial, como é conhecido esse processo, foi fruto de um longo período de transformação das relações sociais de produção. Iniciada na Inglaterra, ela se espalhou, nos séculos seguintes, para outros países da Europa e do mundo.

Mas o que significou a Revolução Industrial para as sociedades humanas? Por que ela começou na Inglaterra? Quais foram os principais setores econômicos atingidos por essa revolução? Quais foram as modificações no processo de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores?



Uma das primeiras máquinas de fiar, inventada por James Hargreaves, em 1764, que seria utilizada nas fábricas de tecido. Ela era até 18 vezes mais rápida que um tear manual. [Gravura, c. 1880.]

Durante a década de 1780, a Revolução Industrial surgiu na Inglaterra.

Tratou-se de uma gigantesca alteração na capacidade produtiva das sociedades humanas. Tornou-se possível uma multiplicação rápida e contínua na produção de mercadorias. O ponto de partida da Revolução Industrial se deu na indústria têxtil, seguida pela construção das ferrovias e pelo desenvolvimento da indústria pesada.

Esse processo começou na Inglaterra, pois o país reunia certas condições que incentivaram a transformação. A busca pelo lucro havia se tornado o principal motivo das atividades econômicas. Houve também importantes mudanças na agricultura, provocadas pelo cercamento das terras comuns, que teve base em leis que determinaram a expulsão dos camponeses de suas terras. As terras comuns foram incorporadas por grandes proprietários privados e destinadas à pastagem de ovelhas para a produção de lã, material utilizado pela nascente indústria têxtil. Durante muito tempo, enquanto os camponeses ainda podiam utilizar as terras comuns para produzir, a agricultura foi essencialmente uma atividade de subsistência. Com os cercamentos, eles foram forçados a migrar para as cidades, processo que se intensificou nos séculos XVII e XVIII.

Os camponeses, sem recursos nem propriedades para montar seus próprios negócios, tiveram de vender sua força de trabalho em troca de um pagamento, tornando-se, assim, trabalhadores assalariados. Essa crescente oferta de trabalhadores estimulou a expansão da economia industrial. Portanto, esse foi um dos elementos importantes para o início do processo de industrialização da Inglaterra.

Além dessas mudanças, também ocorreram transformações no processo produtivo. Houve um significativo avanço tecnológico que levou ao aperfeiçoamento das máquinas e ao aumento da produção. Com a expansão da atividade industrial, o maquinário passou a ser concentrado na fábrica, espaço no qual os trabalhadores eram reunidos para trabalhar como operadores de máquinas. A concentração do operário na fábrica foi essencial para que o proprietário estabelecesse uma disciplina para o trabalho e passasse a determinar o controle de seu tempo. Esses fatores também contribuíram com a Revolução Industrial.

Outra importante inovação técnica da Revolução Industrial que ocorreu na indústria têxtil foi a máquina a vapor rotativa, de James Watt. Essa máquina elevou significativamente a produtividade na indústria de tecidos utilizando o carvão como combustível. O carvão foi a principal fonte de energia industrial do século XIX e também um importante combustível doméstico.

A necessidade de transportar o carvão das minas para a indústria têxtil influenciou o desenvolvimento das ferrovias, que constituíram um estímulo

importantíssimo para o crescimento de outros setores industriais, como o do ferro. O crescimento da produção industrial na Inglaterra foi gigantesco nesse período. Uma das imagens mais representativas das mudanças que a indústria causou no ambiente urbano daquela época é a que mostra as cidades com indústrias e suas chaminés, que saturavam o ar de fumaça preta, resultado da queima de carvão. Isso causava uma série de doenças respiratórias que afetavam os trabalhadores e os moradores dos centros urbano-industriais. A partir da Revolução Industrial, os problemas ambientais se intensificaram e são hoje uma grande preocupação mundial.

O processo de trabalho no modo de produção capitalista: da manufatura à Revolução Industrial

Nas oficinas de produção da Idade Média não havia proprietários e empregados, mas mestres e aprendizes. Nelas, uma pessoa mais experiente deveria ensinar e cuidar da qualidade do que foi produzido. Entretanto, não existia uma divisão da produção, como viria a ocorrer no capitalismo. Em geral, um artesão que produzia um sapato cuidava de todas as etapas do processo: corte e tratamento do couro,



O pintor representou a cidade francesa dominada pelas chaminés das fábricas soltando sua fumaça negra. No século XIX, a França também desenvolveria a produção industrial. [Claude Monet. *O riacho de Robec em Rouen, 1872.*]

criação do solado, colagem e polimento. Isso significa que o sapato era feito por uma só pessoa que dominava todas as etapas da produção.

Entre os séculos XVI e XVIII, houve um período de transição, da produção artesanal, predominante na Idade Média, para a produção industrial, que se desenvolveu na Inglaterra. Esse período intermediário é baseado na produção manufatureira, na qual vários trabalhadores, sob o controle de um mesmo capitalista, eram reunidos em uma oficina para a produção de um bem. Foi a manufatura que introduziu a divisão do trabalho no sistema de produção.

Os artesãos, que antes faziam o produto por inteiro, passaram a trabalhar com outros artesãos em uma oficina, onde cada um cuidava de uma parte da produção. Assim, produzia-se mais rápido. No exemplo do sapato, o processo produtivo foi fracionado: um cortava o couro, outro juntava o couro com pregos ou cola, um terceiro fazia o polimento e um quarto botava os cadarços. No capitalismo, o trabalhador se tornou responsável apenas pela realização de uma tarefa específica, com operações iguais e repetidas, simplificando o seu trabalho e tornando-o mais rápido.

Com isso, o trabalhador podia ser substituído com mais facilidade. Afinal, não é qualquer pessoa que sabe fazer um sapato inteiro, mas a grande maioria é capaz de enfiar cadarços nele. Como o trabalhador poderia ser facilmente substituído, o valor do seu trabalho era menor do que o de um artesão, o que contribuiu para que cada trabalhador recebesse um salário mais baixo.

Essa crescente divisão do trabalho acentuou-se na Revolução Industrial que, como foi visto, ocorreu a partir da década de 1780. A grande mudança em relação ao período manufatureiro é que ocorreu uma revolução nos meios de produção.

O lucro e o modo de produção capitalista

Mas como essa forma de produzir pode gerar mais lucros para o capitalista? Mesmo tendo produzido algo que possua certo valor no mercado, os trabalhadores só vão receber como salário uma pequena parte do valor produzido. O restante fará parte do lucro do capitalista, que poderá investi-lo em sua fábrica, ampliando seu capital.

Toda riqueza que existe só pode ser gerada por meio do trabalho, pois é ele que transforma uma matéria-prima, um recurso natural ou um conhecimento em um produto ou serviço a ser vendido. Dessa forma, mesmo que o dono da fábrica de sapatos junte o couro, a cola, o fio do cadarço, a tesoura e a máquina de costurar em uma sala, não lucrará nada com isso, até que alguém trabalhe e transforme tudo isso em um sapato para ser comercializado. Assim, para ter lucro, o capitalista precisa comprar todos os materiais necessários para fabricar uma mercadoria, as ferramentas para trabalhá-los e a força do trabalho de alguém.

A fim de obter lucro, o capitalista (o proprietário do negócio) tem de vender sua mercadoria por um determinado valor. Para isso, o primeiro passo é saber quanto vai gastar com os materiais, as ferramentas ou máquinas e os salários dos trabalhadores. No exemplo da fabricação de sapatos, o valor do sapato será igual à soma do valor do couro, da cola, do fio do cadarço, da tesoura, da máquina de costurar e do trabalho do empregado.

Portanto, o trabalho é que dá o valor ao produto fabricado. Esse valor, o do produto final, é sempre maior do que a simples soma dos valores dos materiais e ferramentas, pois nele consta também o valor do trabalho realizado pelo empregado. O nome disso é trabalho incorporado.

E o lucro do capitalista, como se dá? Segundo o exemplo da fabricação de sapatos, imagine que o sapato seja vendido a R\$ 50,00. Se os meios de produção (o couro, a cola, o fio do cadarço, a tesoura, a máquina de costura) custaram juntos R\$ 20,00, então sobraram R\$ 30,00. O trabalhador recebe uma parte disso na forma de salário (por exemplo, R\$ 10,00). A outra parte é o lucro do dono da fábrica (R\$ 20,00). Portanto, quanto mais trabalhadores, mais produção e maior o lucro para o capitalista, mas o trabalhador continuará ganhando R\$ 10,00. Isso gera grandes diferenças entre as duas classes.

Assim, o tempo do trabalhador foi dividido em duas partes: uma para produzir o valor que pagará seu salário e a outra para gerar o lucro do dono da fábrica. E por que o dono da fábrica pode se apropriar assim do trabalho de seu funcionário? Porque ele é o proprietário de tudo: dos meios de produção e também do próprio trabalho do seu empregado, já que é ele quem paga os salários.

O empregado só se submete a isso porque não é dono de nada, a não ser do seu próprio trabalho. Por isso, pode-se dizer que *a propriedade privada dos meios de produção* é a fonte do lucro e da exploração do trabalho no capitalismo. Ou, ainda, é possível afirmar que o lucro é a diferença entre o que o capitalista gasta para produzir (incluindo o valor pago ao trabalhador e os demais custos de produção) e o valor da mercadoria produzida. Esse processo, do qual o capitalista obtém o lucro, chama-se **mais-valia** e é a forma de enriquecimento do capitalista. Para aumentá-la, ele precisa pagar menos aos trabalhadores e, sempre que possível, fazê-los produzir mais.

As condições de trabalho nas fábricas

As condições de trabalho nas primeiras fábricas eram as piores possíveis. As jornadas de trabalho se estendiam por até 18 horas diárias e erros cometidos pelos trabalhadores durante o processo produtivo podiam ser punidos com castigos físicos. Muitas crianças, que chegavam a ter 8 anos de idade, e até mulheres grávidas tinham

a mesma carga horária que os outros trabalhadores. A maioria dos patrões contratava um número maior de mulheres e crianças, pois elas recebiam um salário menor que o dos homens adultos. Não havia uma legislação que regulasse as condições de trabalho. O objetivo de tudo isso era aumentar o lucro dos capitalistas.

No século XIX, a grande exploração a que os trabalhadores eram submetidos resultou na criação de associações operárias, que começariam a contestar a exploração nas fábricas. Ocorreram muitas greves e conflitos, que resultaram na elaboração de leis que estipularam regras para o trabalho assalariado.

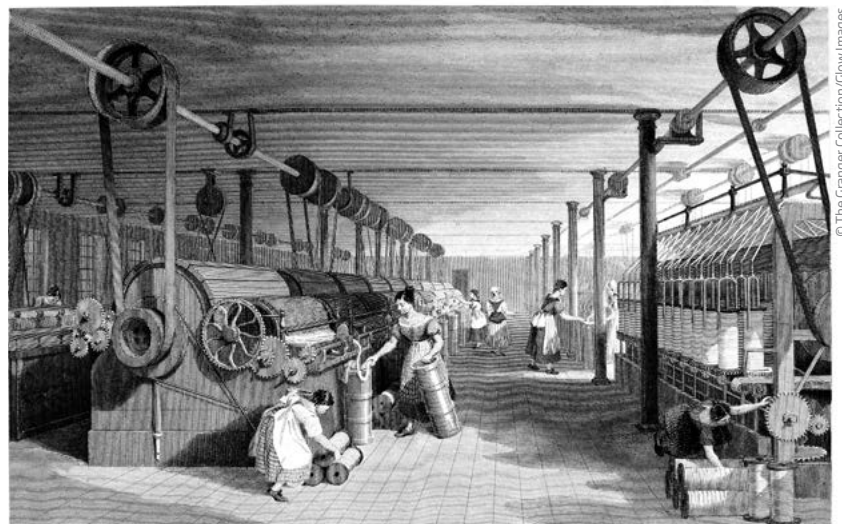
FICA A DICA!

Germinal (direção de Claude Berri, 1993). O filme apresenta o movimento de grevistas que trabalhavam em minas de carvão no norte da França do século XIX. É possível visualizar como os trabalhadores eram explorados e também as condições insalubres de trabalho, em meio à fumaça negra do carvão que fazia parte do cotidiano dessas pessoas.

ATIVIDADE 1 As fábricas e o capitalismo

1 Observe a imagem de uma fábrica de tecidos operada por mulheres, no século XIX, e responda às questões a seguir.

a) Faça uma descrição de tudo que você pode observar na imagem. Indique o que está acontecendo na cena, incluindo a descrição das pessoas.



Fábrica têxtil na Inglaterra, 1834. [Gravura, 1834.]

b) Considerando o que você leu sobre a Revolução Industrial no texto *O capitalismo e as primeiras fábricas*, quais características do trabalho industrial na Europa do século XIX podem ser identificadas nessa cena?

2 Ainda de acordo com o estudado no texto *O capitalismo e as primeiras fábricas*, explique de forma simplificada as características do modo de produção capitalista industrial e como se obtém lucro pela mais-valia.



DESAFIO

Na imagem do início do século XX, identifica-se um modelo produtivo cuja forma de organização fabril baseava-se na

- a) autonomia do produtor direto.
- b) adoção da divisão sexual do trabalho.
- c) exploração do trabalho repetitivo.
- d) utilização de empregados qualificados.
- e) incentivo à criatividade dos funcionários.



Enem 2012. Prova azul. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2012/caderno_enem2012_sab_azul.pdf> . Acesso em: 5 nov. 2014. /Imagem: © Album/akg-images/Latinstock

Disponível em: <http://primeira-serie.blogspot.com.br>. Acesso em: 07 dez. 2011 (adaptado).

A independência dos Estados Unidos da América (EUA), em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, fizeram com que várias nações do mundo passassem a questionar a opressão e a dominação que sofriam, por parte de outras nações ou de seu próprio governo, incentivando súditos a se tornar cidadãos e a lutar por seus direitos. Mais do que isso, esses dois marcos históricos representam a consolidação do projeto político burguês e do próprio capitalismo. Por isso, pode-se dizer que as transformações sociais e políticas que elas acarretaram foram de grande importância naquele contexto e influenciam nosso modo de vida até os dias de hoje.

Mas qual seria a relação entre esses dois fenômenos? Para começar a compreendê-la, você conhecerá o contexto em que eles aconteceram e também algumas ideias políticas e econômicas que passaram a ter grande força no mesmo período em que eclodiu a Revolução Industrial. É o que será estudado neste tema.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

O que você entende por liberalismo? O que significa ser liberal? Escreva o que você pensa sobre isso no espaço a seguir.



O liberalismo e a independência estadunidense

Se a Revolução Industrial representou o triunfo do capitalismo no âmbito econômico, a independência dos EUA e a Revolução Francesa contribuíram para a consolidação do projeto burguês no âmbito político e ideológico. A corrente de ideias econômicas, políticas e filosóficas que embasou esse projeto chama-se **liberalismo**.

O liberalismo é uma ideologia burguesa, quer dizer, constitui um conjunto de ideias formuladas com base nos interesses e valores da burguesia. O liberalismo expressa princípios e teorias políticas que têm como ponto principal a defesa da propriedade privada e das liberdades civis, políticas e econômicas.

Os primeiros pensadores liberais surgiram na Inglaterra do século XVII, em um contexto de transformações políticas (com o fim do absolutismo na Inglaterra e o deslocamento do poder político para o Parlamento) e econômicas (como o desenvolvimento do capitalismo inglês já a caminho da Revolução Industrial). Essas transformações favoreceram o surgimento das ideias liberais.

Entre os principais representantes do pensamento liberal inglês estão **John Locke** e **Adam Smith**. Para Locke, todos os seres humanos nascem iguais e vão se diferenciando conforme suas experiências de vida, diretamente relacionadas à sua condição social. Esse pensamento entrava em choque com as ideias que sustentavam as monarquias absolutistas da Europa, que defendiam a superioridade dos reis e nobres diante das outras pessoas. No pensamento desenvolvido por Locke, se todos nascem iguais, também têm direitos iguais. Nesse sentido, todos os seres humanos teriam direito à propriedade, que deveria ser protegida legalmente inclusive de interferências de autoridades.

Já Smith defendia a maior liberdade individual possível nas relações econômicas, pois considerava que a livre competição e a livre concorrência no mercado representavam o melhor caminho para o desenvolvimento econômico. Segundo ele, os mais competentes para oferecer aos consumidores o que eles queriam e para produzir os melhores produtos e serviços sobreviveriam; os demais seriam extintos. Por isso, ele se opunha ao monopólio, ou seja, ao fato de que somente um país, pessoa ou empresa pudesse explorar uma determinada atividade econômica. Para ele, quanto menor fosse a intervenção do governo, melhor estaria a sociedade.

Outra escola filosófica que, apesar de não ser liberal, contribuiu para a consolidação do pensamento político dos revolucionários estadunidenses e franceses foi o iluminismo francês. Entre seus principais representantes estão **Jean-Jacques Rousseau**, que reforçou a ideia de que todos os seres humanos nascem livres e que para viver em sociedade devem estabelecer um contrato social baseado no interesse comum; e **Montesquieu** e **Voltaire**, que defendiam o uso da razão, do conhecimento e da ciência para a compreensão da realidade. Eles defendiam também princípios de igualdade e de liberdade, condenando a escravidão e a dominação colonial. Afinal, como poderiam existir escravos se todos nascem livres e iguais em direitos?

Na prática, o iluminismo estava diretamente ligado à superação das estruturas feudais. Algumas de suas formulações estavam comprometidas com os interesses da burguesia e poderiam ser sintetizadas nos seguintes princípios:

- *individualismo*: o ser humano existe primeiramente como indivíduo livre, que tem direitos naturais e independentes da posição de cada um na sociedade;

- *liberdade individual, política e econômica*: os seres humanos nascem livres por natureza, tendo cada um o direito de se desenvolver como indivíduo e prosperar economicamente. Nesse sentido, os direitos à livre expressão e à associação dos indivíduos devem estar garantidos. A liberdade política significa poder participar das decisões sobre a pública, comum a todos, seja de forma direta, ingressando na política, seja de maneira indireta, votando para escolher seus representantes. Já a liberdade econômica significa deixar que o mercado regule a economia (livre mercado) por meio da lei da oferta e da procura, diminuindo a participação do Estado;
- *igualdade perante a lei*: para os iluministas (pensadores do iluminismo), os seres humanos nascem livres e iguais, não devendo haver privilégios de uns sobre outros. A igualdade, entretanto, refere-se aos direitos, ou seja, as pessoas nascem livres e iguais em direitos. Isso não significa que todos serão sempre iguais, pois existiriam aqueles que alcançariam maiores conquistas tornando-se mais ricos, assim como os que herdariam essa riqueza. A todos, entretanto, deveriam ser garantidos os mesmos direitos, por lei, para competir na sociedade.

Como o desenvolvimento do pensamento iluminista se relaciona com o processo de independência dos EUA?

O pensamento iluminista estava relacionado à lógica dos interesses da burguesia. Desse modo, a livre competição, bem como a defesa da propriedade e da liberdade, eram importantes aliados da expansão do capitalismo, uma vez que a ampliação do capital e dos lucros dependia também de as empresas terem cada vez mais possibilidades de ampliarem seus negócios sem barreiras.

Além disso, a liberdade dos indivíduos e o desenvolvimento do capitalismo se chocavam com a falta de liberdade das colônias da América inglesa, que eram dominadas pela lógica do monopólio da metrópole sobre a colônia. Os colonos não eram livres para negociarem com quem quisessem e deveriam seguir sem contestar as regras impostas pela metrópole.

Antes da independência, os EUA eram formados por 13 colônias inglesas espalhadas no leste do atual território estadunidense. Nas colônias do sul, predominava a economia agrícola baseada no trabalho escravo e no sistema de monocultura, produzindo principalmente tabaco, algodão, índigo (uma tintura com tonalidade azulada) e arroz. Era um modelo de produção agrícola parecido com aquele das colônias espanholas e da colônia portuguesa na América. Já na chamada região central, prevaleciam as atividades urbanas e comerciais. Nas colônias do norte, região denominada Nova Inglaterra, desenvolviam-se a pesca e a produção de alguns manufaturados, além do comércio.

As várias colônias, apesar das diferenças nas formas de organização econômica e social, uniram-se contra a metrópole britânica nas décadas de 1760 e 1770, época em que a Inglaterra tentou impor às suas colônias novos impostos que contribuíssem para recuperar as finanças do reino. Um exemplo foi a Lei do Chá, criada em 1773, que definia que todo o comércio de chá, uma bebida popular entre os ingleses, deveria ocorrer por meio de comerciantes britânicos. Para tanto, a metrópole criou um monopólio que impedia a livre concorrência, defendida pelos liberais. Essas medidas reforçaram o desejo de muitos colonos, especialmente o de negociantes e comerciantes, de não mais terem de prestar contas à metrópole.

Nesse contexto, ganharam força nas colônias inglesas os escritos iluministas e liberais que defendiam a liberdade, a livre concorrência e o fim do monopólio e da dominação colonial. Em 1776, em 4 de julho, os colonos optaram pela ruptura definitiva ao divulgar a Declaração de Independência. Assim, as colônias britânicas transformaram-se nos Estados Unidos da América.

A decisão de se separar da metrópole deu início à Guerra de Independência, que só terminou em 1783, quando a Inglaterra reconheceu a independência das colônias revoltosas. Entre as lideranças intelectuais do movimento de independência estavam Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, que se tornaram também porta-vozes do pensamento iluminista.



Representação da assinatura da Declaração de Independência, ocorrida em 1776, no Congresso da Pensilvânia.

ATIVIDADE 1 Pensamento liberal

Com base no que você leu no texto *O liberalismo e a independência estadunidense*, responda às questões a seguir. Antes de respondê-las, retome a leitura sublinhando os itens e as frases do texto que podem ajudar a construir as respostas.

1 Defina liberalismo com suas palavras.

2 Retome os conceitos de liberdade e propriedade estudados anteriormente e explique como eles se relacionam na construção do pensamento iluminista.

**A Revolução Francesa**

A Revolução Francesa pôs fim ao chamado Antigo Regime, em que prevaleciam o absolutismo e as relações de servidão. Com isso, ajudou a consolidar na França, e depois em grande parte da Europa, o Estado burguês e os direitos liberais. Essa revolução foi fruto da aliança histórica entre as duas classes antagônicas do capitalismo, o qual ainda encontrava entraves feudais para se desenvolver: a burguesia, que já detinha o poder econômico, mas agora almejava também o poder político, e a classe trabalhadora, que queria usufruir de seus direitos como cidadãos livres e iguais, com o fim da servidão. Essas duas classes uniram-se contra a nobreza e o clero, que resistiram para não perder seus privilégios.

Na primeira metade do século XVIII, a sociedade francesa estava dividida em três partes, chamadas à época de “estados”. O primeiro estado era composto pelo clero e o segundo estado, pela nobreza. A maior parte da população francesa, constituída por camponeses, artesãos e comerciantes, era chamada de terceiro estado.

O terceiro estado era o maior pagador de impostos do reino francês, sendo a nobreza a grande beneficiária dos recursos públicos. Nobres recebiam generosas

pensões do governo e eram também grandes proprietários de terras da França. O terceiro estado também compreendia os grandes comerciantes, conhecidos como burgueses, que, embora tivessem acumulado muita riqueza, não tinham privilégios políticos, pois eram a nobreza e o clero que tinham influência direta sobre o rei.

Com isso, havia uma grande desigualdade social, sendo que grande parte dos camponeses vivia em condições miseráveis. Para agravar a situação, a França havia participado de três guerras na primeira metade do século XVIII, fazendo com que os gastos do Estado aumentassem de maneira desproporcional em relação aos recursos que tinha disponível. Na década de 1780, a crise se ampliou com a ocorrência de más colheitas, que elevaram o preço dos alimentos e espalharam a fome pelo reino. Como resultado, o desemprego chegou a níveis muito altos.

A crise obrigou o rei a buscar uma solução negociada. Para isso, convocou a reunião dos Estados-Gerais, na qual todos os três estados foram chamados a discutir e a apresentar soluções para os problemas franceses. Os representantes do terceiro estado propuseram que a reunião fosse convertida em uma Assembleia Nacional Constituinte, com o propósito de criar uma Constituição para a França e diminuir o poder do rei absolutista Luís XVI.

O conflito com o rei agravou-se no período que se sucedeu, uma vez que não foram feitas concessões para melhorar as condições de vida de milhões de camponeses e dos desempregados nas cidades francesas, e a reforma tributária, exigida pela burguesia, não era admitida pela nobreza, que temia perder seus benefícios. Em julho de 1789, uma grande milícia popular invadiu e derrubou a Bastilha, uma prisão que detinha os inimigos políticos do rei, e os deputados do terceiro estado se fecharam na Assembleia e proclamaram uma Constituinte. Esse foi o marco inicial da Revolução Francesa. Na sequência, prefeituras e castelos foram invadidos pelos revolucionários. Os camponeses reivindicavam a redução dos impostos e a abolição de direitos feudais que ainda existiam.



Representação da queda da Bastilha, 14 de julho de 1789. [Jean-Pierre Houël. *A tomada da Bastilha*, 1789.]

A Assembleia Nacional, em meio ao clima revolucionário, divulgou a **Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão**. Inspirada nos ideais liberais e iluministas, ela definia que todos nascem livres e iguais em direitos.

Em junho de 1791, Luís XVI tentou fugir da França em direção à Áustria, que era uma monarquia absolutista, para buscar apoio na luta contra os revolucionários. Capturado, ganhou fama de traidor entre a população. O líder revolucionário Maximilien de Robespierre pediu a sua deposição.

Em setembro de 1791, o rei foi obrigado a jurar obediência à Constituição. Na Assembleia, os deputados se dividiram: os chamados **jacobinos** defendiam a criação de uma república francesa. Outros defendiam uma monarquia constitucional, em que o rei obedeceria à Constituição. Já os chamados **girondinos**, representantes dos interesses da alta burguesia francesa, formada por banqueiros e por ricos comerciantes, mesmo defendendo a revolução, temiam que a participação popular pudesse interferir no rumo de seus negócios. Ligados aos jacobinos, havia ainda os *sans-culottes*, grupo popular da periferia de Paris, a capital da França, que lutou em defesa da igualdade e da fraternidade, radicalizando a disputa política na sociedade francesa.

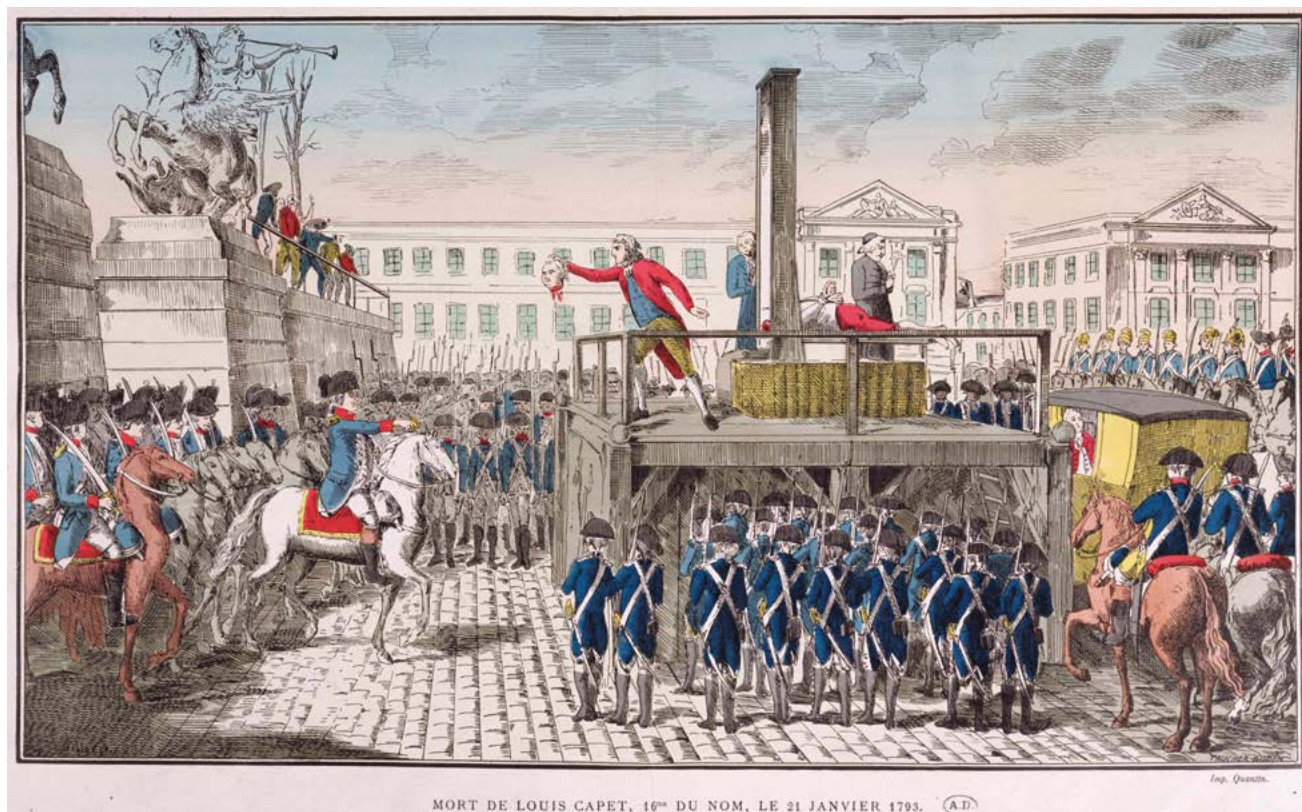
Em agosto de 1792, o rei foi destituído e, com o fim da monarquia na França, foi fundada a República. Uma nova Constituição foi formulada, e a Assembleia passou a se chamar Convenção. Um novo calendário foi instituído. Liberdade, igualdade e fraternidade eram as palavras de ordem da República.

Luís XVI, preso desde a tentativa de fuga, foi julgado e considerado culpado pela Convenção por ter conspirado com nações estrangeiras para restabelecer o absolutismo na França. Sua pena, e de sua esposa, a rainha Maria Antonieta, foi a condenação à morte na guilhotina.

Nessa nova fase da Revolução Francesa, que ficou conhecida como período do Terror, radicalizaram-se os ideais revolucionários. Todos os suspeitos de agir contra a revolução poderiam ser presos, julgados e condenados à morte.

O clima de terror que se instaurou provocou forte reação dos que discordavam dos rumos que a revolução tomava. Robespierre também acabou sendo deposto, preso e guilhotinado em julho de 1794, assim como dezenas de outros líderes jacobinos.

Mais uma vez, foi redigida uma nova Constituição, que foi adotada em 1795. Tratava-se de uma reação conservadora, que limitou o direito de voto àqueles que pagavam impostos e eram alfabetizados. Esse novo governo, com grande presença dos girondinos, passaria a ser chamado de Diretório.



Representação da morte de Luís XVI, em 1793. Observe que um soldado exhibe ao povo a cabeça cortada do rei. [Gravura, século XVIII].

Foi nesse contexto que começou a ter destaque Napoleão Bonaparte, militar com importante papel na luta contra as forças estrangeiras que queriam destruir as forças revolucionárias na França. Entre essas forças estrangeiras, uma das mais importantes era a Áustria, local de nascimento da rainha francesa Maria Antonieta e principal refúgio dos nobres franceses que conseguiram fugir. Quando os jacobinos voltaram à cena política, em 1799, temia-se uma nova radicalização da revolução. Por isso, sob a liderança de Napoleão, foi articulado um golpe militar, que ficou conhecido como Golpe de 18 Brumário, em que ele tomou o poder na França.

Napoleão foi transformado no primeiro-cônsul da França com poderes ditatoriais. Em 1804, ele se autodenominou imperador da França e recebeu forte apoio de parte da burguesia e dos camponeses, que ainda alimentavam esperanças de ver algumas das ideias da Revolução concretizadas.

Napoleão iniciou também um processo de expansão externa, tornando a França, em pouco tempo, a maior potência imperial da Europa, tendo apenas a força do império britânico em seu caminho. Algumas regiões foram ocupadas diretamente pelo governo francês. Em outros lugares, Napoleão estabeleceu um poder indireto, empossando governantes de sua confiança para dirigir o país.

Observe no mapa a seguir as conquistas de Napoleão Bonaparte.

O grande poderio militar de Napoleão, que se opunha à força econômica e industrial da Inglaterra, provocou a união de outras nações contra a França. Áustria, Rússia, Inglaterra e Prússia uniram-se contra o imperador e o derrotaram, depois de muito conflito, em 1814. Com a derrota, a monarquia foi restaurada na França, sob o governo de Luís XVIII, irmão de Luís XVI.



© Fine Art Images/SuperStock/Getty Images

Na representação, Napoleão como imperador aparece com a coroa de louros na cabeça, simbolizando a vitória de um general, como no tempo dos imperadores romanos. [Jean-Auguste-Dominique Ingres. *Napoleão I sobre o trono imperial*, 1806.]



Nesse mesmo ano, foi realizado o Congresso de Viena visando reformular as fronteiras da Europa após a derrota de Napoleão. Porém, em 1815, ele conseguiu organizar um exército e retomar o governo da França, no qual permaneceu por mais 100 dias. Quando tentou destruir o exército formado pela coligação dos países inimigos, na Bélgica, Napoleão foi mais uma vez freado pelas tropas adversárias. Dessa vez, foi exilado na ilha de Santa Helena, na costa africana, onde faleceu em 1821.

A derrota de Napoleão marca o fim da Revolução Francesa, mas não o fim dos ideais revolucionários. O lema “liberdade, igualdade e fraternidade” espalhou-se pelo mundo incentivando revoltas e revoluções em muitos lugares. Na América Latina, os ideais revolucionários influenciaram bastante as lutas por independência, inclusive no Brasil.

A noção de que todo ser humano é um cidadão com direitos, a instituição de governos republicanos em que a vontade do povo deve ser soberana, as liberdades civis e políticas, a igualdade entre os homens perante a lei e a ideia de uma justiça igual para todos são ideais que ajudaram e ajudam a organização política e social dos países até os dias de hoje.



ASSISTA!

História – Volume 2

Legados da Revolução Francesa

O vídeo discute, por meio de imagens, documentos de época e falas de especialistas, o legado da Revolução Francesa. Conclui-se que a Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão, assinada pela Assembleia Nacional, em 1789, foi a principal herança do processo revolucionário iniciado nesse ano e concluído em 1799. As lutas por direitos humanos e as constituições modernas ocidentais, bem como a Declaração dos Direitos Humanos assinada em 1948, também representam importantes legados do processo revolucionário abordado no vídeo.



FICA A DICA!

Existem muitos filmes inspirados na Revolução Francesa. A seguir, você encontra algumas sugestões que podem ajudar a entender esse período.

O documentário *A Revolução Francesa* (direção de Doug Shultz, 2005) mostra todo o processo da Revolução Francesa, desde a queda da Bastilha até a ascensão de Napoleão.

O filme *Danton – O processo da revolução* (direção de Andrzej Wajda, 1983) aborda o período mais radical da Revolução Francesa (o período jacobino), tendo Danton como centro da história, um dos líderes revolucionários que também foi condenado por Robespierre.

Napoleão (direção de Abel Gance, 1927) é um filme mudo que conta a história da ascensão de Napoleão ao poder.



Durante a Revolução Francesa, em 1789, foi elaborada pela Assembleia Nacional a **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão**. Ela condensava o ideário da revolução que se iniciava e tinha como fundamento o pensamento liberal e a afirmação da igualdade. Leia alguns de seus itens:

Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

[...]

Art. 9º Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

[...]

Art. 11º A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão de 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

Em 1948, foi criada a **Declaração Universal de Direitos Humanos**, organizada pela União das Nações Unidas (ONU) e assinada por mais de 140 países.

Veja alguns de seus artigos:

Art. 1º – Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Art. 2º – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. [...]

Art. 3º – Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 4º – Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

Essas declarações são, até hoje, a base de leis que têm como foco os direitos humanos. O conceito de cidadão no mundo atual tem como referência o que foi estabelecido e acordado nesses documentos.



Nas democracias modernas, é na Constituição que se definem os direitos e os deveres de todos os cidadãos, não podendo os governantes ter mais direitos que qualquer um dos cidadãos. Assim, o grupo que governa deve também cumprir as leis. Ele não governa por sua vontade, mas em respeito à Constituição. Por isso, diz-se que a Constituição representa a lei superior de um país, pois ela só pode ser mudada se o conjunto dos cidadãos ou de seus representantes previstos em lei assim o fizerem. Enquanto não houver mudanças, todos os cidadãos, sem exceção, devem cumpri-la.

Na primeira fase da Revolução Francesa, os revolucionários impuseram ao rei uma Constituição. O que isso quer dizer? O que isso poderia mudar? Por que um país democrático na atualidade precisa de uma Constituição?

ATIVIDADE 2 Rupturas a partir da França

1 Baseando-se no texto sobre a Revolução Francesa, responda: Por que esse movimento revolucionário pode ser considerado um grande momento de ruptura da história? Com o que ele rompeu? Que ruptura foi essa?

2 Como a Revolução Francesa contribuiu para a consolidação da democracia e da cidadania em vários países até os dias de hoje?



DESAFIO

1 Na introdução de um panfleto publicado em 1789, quando a Revolução Francesa era iminente, o bispo Sieyès escreveu:

“Devemos formular três perguntas: – O que é o Terceiro Estado? Tudo. – O que ele tem sido até agora na ordem política? Nada. – O que ele pede? Ser alguma coisa.”

SIEYÈS, E. J. Qu'est-ce que le Tiers État? In: *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 19.

Durante a Revolução Francesa, uma das principais reivindicações do Terceiro Estado foi a

- a) instauração da igualdade civil, pondo fim aos privilégios.
- b) limitação da participação popular nos assuntos do Estado.
- c) criação de um novo estamento, formado só pela burguesia.
- d) ascensão política dos nobres, em detrimento do poder real.
- e) ampliação do poder real, em detrimento do clero e da nobreza.

Fatec 2012, 2º semestre. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/vestibular/provas/2012/prova-vestibular-2s-2012.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

2

Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. *Apresentação da coleção*. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

Enem 2007. Prova amarela. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2007/2007_amarela.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2014.

HORA DA CHEGAGEM

Atividade 1 - Pensamento liberal

- 1** Tomando como referência seus estudos, você poderia definir o liberalismo como um pensamento político que tem como base a defesa da liberdade individual e da propriedade privada. Ele considera também que os seres humanos nascem livres em direitos e se colocam contra os privilégios hereditários.
- 2** De acordo com o texto, você poderia ter notado que para os liberais, há uma relação direta entre o conceito de liberdade e a defesa da propriedade privada. Nas ideias liberais, o esforço do trabalhador livre se materializa na possibilidade de conquistar a sua propriedade.

Atividade 2 - Rupturas a partir da França

- 1** Na leitura do texto, você viu que a Revolução Francesa provocou várias rupturas. Inicialmente, ela aboliu com as estruturas medievais de dominação dos camponeses, terminou com os privilégios da nobreza, que recebia ricas pensões e terras do rei, e instituiu a igualdade de direitos entre os homens. Posteriormente, acabou por romper com a monarquia absolutista na França e, depois, com a própria monarquia, levando o rei à guilhotina.
- 2** Nesta atividade, você teve a oportunidade de relacionar os ideais revolucionários com a construção e a confirmação dos regimes democráticos e da cidadania. Da mesma forma que a Revolução Francesa teve como fonte de inspiração e orientação para suas práticas os valores republicanos e democráticos de um Estado de direito, ela inspirou vários combates, em toda a Europa e em vários lugares do mundo. Foram lutas contra os regimes absolutistas (contrários aos ideais republicanos e constitucionais), a servidão e tudo que diferenciava os seres humanos em termos jurídicos. Posteriormente, os revolucionários franceses lutaram, inclusive, contra a própria ordem burguesa, pois isso significava combater noções contrárias aos ideais democráticos de igualdade entre os homens.

Desafio

- 1** Alternativa correta: a. O texto do bispo Sieyès, aliado ao conteúdo estudado por você nesta Unidade, podem ter ajudado a concluir que o terceiro estado, com base na ideia de igualdade, visava o fim dos privilégios.
- 2** Alternativa correta: c. Pela associação entre a Revolução Francesa e a Independência dos EUA, você poderia concluir que ambos os movimentos apoiavam-se nas teses iluministas, que defendiam direitos iguais a todos.

Após o fim da Revolução Francesa, o mundo já não era mais o mesmo, nem poderia voltar a ser. Em muitos Estados da Europa, os monarquistas tentaram restaurar a ordem anterior baseada no absolutismo e nos privilégios da nobreza. No entanto, a burguesia já tinha experimentado o poder, e a classe trabalhadora já sonhava com sua liberdade. Por isso, os conflitos voltaram a ocorrer.

No Tema 1 desta Unidade, você pôde observar que, com a Revolução Industrial, surgiram os operários, que eram os trabalhadores das indústrias e habitavam os centros urbanos. Também viu como eles estavam submetidos a péssimas condições de trabalho, levando vidas miseráveis. Essas condições entravam em choque direto com as promessas da Revolução Francesa, ainda não concretizadas, de igualdade, liberdade e fraternidade.

Nesse contexto, as revoltas e lutas sociais eram inevitáveis. Os operários se organizaram em grandes movimentos políticos e sociais por toda a Europa para lutar por melhores condições de vida e de trabalho e por seus direitos. Novas ideias de uma sociedade mais justa e igualitária surgiram, mas agora ainda mais radicais em termos de transformação social, econômica e política da sociedade.

O estudo desse período de lutas, revoltas e revoluções, que marcaram a história do final do século XIX e ainda a influenciam até os dias de hoje, é o assunto deste tema.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você viu no Tema 1 desta Unidade que a Revolução Industrial consolidou o capitalismo. Houve a simplificação das relações de trabalho com base na constituição de duas classes sociais fundamentais: a burguesia e o proletariado. A burguesia expressou seus interesses e sua visão de mundo por meio do liberalismo, estudado por você no Tema 2 desta Unidade. Em seguida, a partir do século XIX, surgiram novos ideais que expressaram os interesses e as lutas do proletariado por melhores condições de vida e de trabalho: o socialismo, o anarquismo e o comunismo.

Escreva nas linhas a seguir o que você já sabe ou já ouviu falar sobre esses ideais. O que eles defendem?



Trabalhadores lutam por direitos no século XIX

As inovações desencadeadas a partir da Revolução Industrial, com o desenvolvimento científico e tecnológico, trouxeram muitos benefícios para a humanidade, como a fotografia, o telégrafo, o telefone, a ferrovia a vapor, a energia elétrica, entre tantas outras criações. No entanto, o saldo dessas mudanças não foi totalmente positivo. O desenvolvimento do capitalismo e a imposição de seu modo de produção obrigaram os trabalhadores a aceitar novas relações de trabalho e de condições de vida que aumentaram sua exploração e levaram muitos à miséria, conforme foi estudado no Tema 1 desta Unidade.

A classe operária, portanto, passou a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho nas fábricas, surgidas havia algumas décadas nas grandes cidades da Inglaterra, da França e da atual Alemanha. Diante das péssimas condições em que trabalhavam – longas jornadas sem descanso, salários baixíssimos e nenhum direito trabalhista –, os trabalhadores criaram, no século XIX, o movimento operário. Ele buscava organizar a luta por melhores condições de trabalho e por direitos trabalhistas, formando associações, sindicatos e até partidos políticos.

Além disso, no mesmo período, muitos pensadores passaram a criticar o sistema capitalista e a propor formas alternativas de organização da sociedade e das relações de trabalho. Baseando-se nas lutas do movimento operário e nessas críticas ao capitalismo, os operários começaram a vislumbrar a possibilidade de não só lutar por melhorias no mundo do trabalho, mas, mais do que isso, lutar para mudar a própria sociedade. Eles buscavam torná-la mais justa e igualitária, retomando alguns ideais da Revolução Francesa ainda não concretizados.

Socialismo, comunismo e anarquismo: novos ideais em defesa dos trabalhadores

Vários autores elaboraram críticas à sociedade burguesa capitalista. Alguns, sob a influência das ideias iluministas, defendiam o progresso como caminho para a felicidade; outros desenvolveram ideias socialistas e defendiam a luta dos trabalhadores pela conquista da igualdade social e econômica e pela tomada do poder do Estado.

Os ideais socialistas serviram de referência para as lutas dos trabalhadores no século XIX e continuam sendo parâmetro para muitos movimentos sociais nos dias de hoje.

Os chamados **socialistas utópicos** propunham a criação de um novo sistema de ordem social que eles consideravam perfeito, no qual a industrialização seria favorável aos trabalhadores. Entre suas propostas estavam a formação de

comunidades, como fazendas coletivistas agroindustriais, nas quais não haveria classes ociosas (que não trabalhavam) que explorassem os trabalhadores, os empresários seriam socialmente responsáveis, o individualismo daria lugar aos interesses coletivos, os frutos do trabalho seriam compartilhados por todos, as jornadas de trabalho seriam reduzidas e haveria creche para as crianças e moradias para os operários. Seus principais teóricos foram **Claude de Saint-Simon**, **Robert Owen** e **Charles Fourier**.

Com o tempo, outros pensadores socialistas chegaram à conclusão de que não seria possível superar os problemas dos trabalhadores com o apoio dos burgueses, pois o próprio capitalismo seria o problema, não os capitalistas. Assim, seria impossível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária sem a luta de classes (a luta entre burgueses e operários, entre patrões e empregados). Por isso, os socialistas utópicos foram criticados por essa nova corrente do socialismo, denominada **socialismo científico**, que considerava essas ideias inatingíveis e, portanto, condenadas à **utopia**.



Utopia

Situação ideal na qual tudo é perfeito; por isso mesmo, costuma ser considerada impossível de se alcançar.

O socialismo científico foi fundado e desenvolvido por **Karl Marx** e **Friedrich Engels** na segunda metade do século XIX. Eles elaboraram uma crítica científica ao capitalismo e também algumas propostas para sua superação e para a construção da futura sociedade dos trabalhadores, que passaria pelo socialismo até chegar ao seu estágio final, o comunismo.

Entre as críticas ao capitalismo, eles diziam que se tratava de um sistema baseado na exploração do trabalhador e com o único objetivo de aumentar ao máximo o lucro do capitalista. Esse lucro era obtido pela mais-valia, ou seja, o trabalhador recebia apenas uma pequena parte da riqueza produzida, transformada em salário, enquanto o capitalista ficava com o restante, como foi estudado no Tema 1 desta Unidade.

Sendo assim, a lógica da produção capitalista buscava explorar ao máximo o trabalhador, fazendo-o produzir mais pelo menor custo. Como a submissão do trabalhador ocorria pelo fato de o capitalista deter a propriedade privada dos meios de produção, era contra ela que Marx e Engels se colocavam, a favor do seu fim.

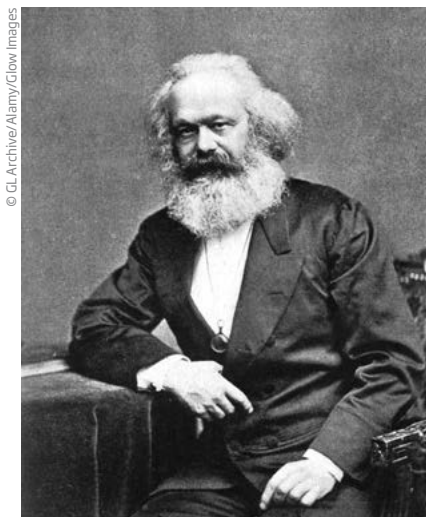
Defendiam, portanto, que as terras, os recursos naturais, as ferramentas, as máquinas, as fábricas etc. fossem desapropriadas dos capitalistas e passassem para a propriedade comum ou coletiva dos trabalhadores. Isso se chamaria socialização dos meios de produção e representaria o fim da desigualdade entre os homens, já que tudo seria de todos. Para isso ocorrer, Marx e Engels defendiam

que os operários realizassem uma revolução e acabassem com o controle que a burguesia tinha sobre a sociedade, provocando, dessa forma, a superação do capitalismo. Essa era a chamada luta entre as classes sociais.

Marx e Engels afirmavam que a classe dominante burguesa, além de controlar a produção econômica, dominava as instituições políticas e ideológicas. Ou seja, era a burguesia que organizava a sociedade e o Estado de acordo com suas necessidades, de maneira que as leis fossem todas favoráveis aos interesses dos capitalistas e os meios de informação fossem usados para justificar sua ideologia liberal.

Para a superação do capitalismo e a construção da sociedade dos trabalhadores, Marx e Engels defendiam o avanço em direção ao **comunismo**. Para chegar ao comunismo, seria necessário passar por uma etapa de transição: o **socialismo**. No socialismo, o Estado seria tomado pelos trabalhadores e administrado por eles, formando a “ditadura do proletariado”. Nessa fase, os trabalhadores usariam o poder do Estado para tomar dos capitalistas a propriedade dos meios de produção (as terras, os recursos naturais, as ferramentas, as máquinas, as fábricas etc.) para que fossem administrados pelo Estado socialista a favor dos interesses dos trabalhadores.

O Estado também seria usado para reorganizar os serviços públicos em favor dos trabalhadores, oferecendo, gratuitamente e com qualidade, saúde, educação, moradia, saneamento, cultura etc. Quando esse ideal fosse atingido, diziam Marx e Engels, o Estado poderia ser extinto para dar lugar à sociedade comunista, em que a propriedade dos meios de produção seria comum a todos (e não privada), não existiriam mais classes sociais em oposição (haveria somente trabalhadores), e o governo não seria mais feito por políticos e funcionários públicos. A sociedade seria governada pelos trabalhadores, por meio da participação de todos em associações e cooperativas.



Karl Marx (1818-1883).



Friedrich Engels (1820-1895).

Já para os **anarquistas**, o Estado era nocivo e desnecessário. Afirmavam, como Marx e Engels, que ele era utilizado pela burguesia para manter a dominação sobre o restante da sociedade. A diferença é que os anarquistas achavam que na revolução não seria necessário tomar o poder do Estado para uma transição, mas sim destruí-lo de uma vez. Assim, defendiam a ideia de uma sociedade sem Estado, baseada na ação espontânea dos indivíduos, na autodisciplina e na autogestão, de forma que não haveria a necessidade de governantes impondo leis ao resto da população, uma vez que cada um governaria a si mesmo em comum acordo com os outros.

Entre as propostas dos anarquistas estavam o fim da propriedade privada – que seria substituída pela propriedade coletiva dos trabalhadores –, a ampliação da liberdade individual e a abolição imediata do Estado, que para eles era apenas uma instituição de repressão, não importava quem o estivesse governando. Entre seus principais representantes na época estavam **Pierre-Joseph Proudhon** e **Mikhail Bakunin**.

Esses pensadores, socialistas e anarquistas, que viveram na mesma época, criticavam o modelo capitalista, mas discordavam quanto à forma de superá-lo. No entanto, suas ideias concordavam com a necessidade de se construir uma sociedade mais igualitária, na qual os trabalhadores não fossem mais explorados pela burguesia dominante.



ASSISTA!

História – Ensino Fundamental Anos Finais – Volume 2

O encontro do século

O vídeo reproduz um encontro imaginário entre os pensadores Adam Smith e Karl Marx, que viveram momentos distintos e formularam correntes de pensamento – o liberalismo e o socialismo – que ajudaram a entender as complexidades do capitalismo do século XIX.

Revoltas que sacudiram a Europa

Com o fim do Império Napoleônico, a França havia se tornado novamente uma monarquia, com o rei Luís XVIII assumindo o trono em 1814, contra a vontade dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e da maior parte da burguesia. Após a morte do rei, em 1824, subiu ao poder Carlos X, representante do absolutismo, que desejava restabelecer o poder e os privilégios da monarquia e da Igreja, perdidos com a Revolução Francesa. Ele buscou centralizar o poder em suas mãos, indo contra os interesses dos liberais franceses.

Em 1830, essa situação levou à eclosão de revoluções liberais, nas quais a burguesia, os trabalhadores e os estudantes se rebelaram e ergueram barricadas nas ruas. O rei foi deposto, mas o governo foi entregue a um novo rei, que governava de acordo com os interesses da alta burguesia. Esse acontecimento estimulou outros movimentos revolucionários no continente europeu nas décadas seguintes.



FICA A DICA!

Os miseráveis (direção de Tom Hooper, 2012). Musical adaptado do romance do escritor francês Victor Hugo, conta a história de Jean Valjean, um condenado posto em liberdade, no contexto das revoltas francesas da primeira metade do século XIX.

Em meados do século XIX, a Europa foi palco de levantes em favor da liberdade das nações. Esses levantes tinham como pano de fundo a situação de exclusão política, econômica e social dos trabalhadores, que achavam que sua situação de miséria e opressão se dava por causa da dominação que sofriam de governos estrangeiros. Por isso, esses movimentos eram chamados de nacionalistas. Eles se espalharam por diversos países, como a Áustria, a Hungria e a França, e pelos territórios que mais tarde se tornariam a Itália e a Alemanha. Esses levantes defendiam a participação política dos excluídos e lutavam pela consolidação de parlamentos e Constituições e por nações livres.

Em 1848, os movimentos nacionalistas atingiram seu ápice, com uma série de manifestações que ficou conhecida como **Primavera dos Povos**. Iniciada na França, espalhou-se também por regiões das atuais Suíça, Alemanha, Itália e Áustria, entre outras. Os principais estímulos a essas manifestações foram: expansão do liberalismo e do nacionalismo, reivindicações do movimento operário, crise econômica (que provocou o fechamento de fábricas e o aumento do desemprego) e crise na produção agrícola (que provocou a alta no preço dos alimentos).

Somando-se às reivindicações populares, a burguesia almejava o fim definitivo das monarquias e a instalação de governos constitucionais de caráter liberal. Os trabalhadores, por sua vez, queriam o fim da exploração que sofriam e a instauração de uma sociedade mais igualitária.

As manifestações se radicalizaram no momento em que trabalhadores e socialistas começaram a protestar contra o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida e a reivindicar o direito à greve, a redução da jornada de trabalho e melhores condições de vida. O movimento operário na época, já mostrando capacidade de luta e influenciado pelos pensadores **socialistas** e **anarquistas**, radicalizou os protestos. Barricadas tomaram as ruas de Paris, com os revoltosos exigindo melhores condições de vida e igualdade social e política.

Com essa radicalização, a burguesia, antes aliada dos trabalhadores contra a nobreza, ficou temerosa de que os movimentos sociais populares acabassem com o capitalismo e, por decorrência, com seu poder. Assim, os capitalistas voltaram-se contra os trabalhadores, apoiando a repressão do governo às manifestações.

Em todos os países pelos quais as revoltas se espalharam, houve forte repressão. Na França, formou-se um governo republicano conservador, com a eleição, por meio do **sufrágio universal masculino**, de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Em 1851, Luís Bonaparte deu um golpe de Estado, dissolveu a Assembleia e declarou-se imperador, com o nome de Napoleão III. Governou até 1870, quando a França foi derrotada em uma guerra contra a Prússia (reino ao leste da França, que daria origem à atual Alemanha), pondo fim ao Segundo Império e dando início à Terceira República francesa.

Apesar de os movimentos revolucionários terem sido derrotados, eles abalaram a Europa para sempre. As elites dominantes sabiam que as mudanças viriam, se não pela negociação com os trabalhadores, por meio da revolução. Com isso, muitos governos cederam a algumas reivindicações dos trabalhadores, entre elas o sufrágio universal masculino.

A Comuna de Paris

Novamente, a França foi palco de revoltas. Em 1870, o governo provisório que havia se formado não foi aceito pela população. Era um governo burocrático e corrupto, detestado pelos trabalhadores, e que tinha iniciado e perdido uma guerra contra a Prússia, deixando os franceses humilhados. Como resposta a essa situação, entre março e maio de 1871, trabalhadores formaram a **Comuna de Paris**, um auto-governo eleito por voto popular e que incluía anarquistas, republicanos extremistas, comunistas e socialistas.

A Comuna foi a primeira experiência mundial de um governo socialista. Seus participantes – os **comunardos** – defendiam a igualdade, a justiça e a liberdade, valores que seriam conquistados pela mobilização e pela luta popular. Nos quase dois meses que durou essa experiência, os trabalhadores realizaram mudanças sociais radicais, nunca vistas na história.

O termo “comuna” está associado àquilo que é “comum a todos” e também a “comunidade” e “comunismo”. Foi com esse espírito coletivo que os comunardos governaram e instituíram inúmeras mudanças na cidade de Paris,

como: controle operário da produção, com instalação de cooperativas; redução da jornada de trabalho e legalização dos sindicatos; reorganização do sistema de transportes, que se tornou gratuito para todos; distribuição das residências vazias para moradia popular e proibição da especulação imobiliária; instituição de um plano de previdência social destinado a todos os cidadãos; fim da construção de ruas que agredissem os espaços verdes e as áreas de convivência na cidade; estabelecimento de uma educação pública, laica, gratuita, obrigatória e universal (para homens e mulheres); e proclamação da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A organização do Estado e da política também foi radicalmente alterada. Acabou-se com a burocracia, todos os membros da administração pública e os que estivessem governando podiam perder seu mandato a qualquer momento, o salário dos funcionários públicos e governantes não poderia ser maior que o de um operário, foram extintos o exército e a polícia e o povo passou a formar suas próprias milícias para fazer a segurança.

Em maio de 1871, após quase dois meses da Comuna no poder, as tropas republicanas que governavam o restante da França conseguiram retomar o controle de Paris. Nos dias de batalha, que ficaram conhecidos como “semana sangrenta”, as barricadas dos revoltosos foram fortemente atacadas e milhares de mortes foram registradas. Dezenas de milhares de pessoas foram presas e deportadas. A violência do exército contra os trabalhadores da Comuna foi brutal e tinha um propósito: as classes dominantes – monarquistas e burgueses –, queriam deixar claro para todos os trabalhadores do mundo que o povo seria massacrado caso se rebelasse.

No entanto, se a Comuna tinha acabado, suas ideias continuavam vivas. As experiências de mobilização dos trabalhadores ocorridas no século XIX continuaram ecoando e encontraram contextos favoráveis para que novas revoluções socialistas acontecessem, em outros continentes, ao longo do século XX.



Barricada erguida pelos comunardos, em 1871, na rua Voltaire, em Paris (França).

**MOMENTO
CIDADANIA**

O **sufrágio universal** é a ampliação do direito de voto a todos os cidadãos e foi uma conquista dos trabalhadores, pois nem sempre eles puderam participar da política de seus países. Inicialmente, o sufrágio era restrito apenas à elite econômica e intelectual, e também era exclusivamente masculino – apenas os homens participavam dos processos eleitorais. O sufrágio universal masculino foi adotado nos Estados Unidos em 1828 e na França em 1848. No entanto, as mulheres permaneceram por mais tempo sem direitos políticos. As demandas das sufragistas, como ficaram conhecidas as mulheres que lutaram pelo direito ao voto, só foram atendidas a partir do final do século XIX. No Brasil, o voto feminino só foi oficializado com a Constituição de 1934 e o sufrágio universal – estendido aos analfabetos e jovens a partir de 16 anos – só foi adotado na Constituição de 1988.

ATIVIDADE 1 Movimentos revolucionários

No texto que você acabou de ler, foram abordados vários movimentos revolucionários que abalaram a ordem vigente na Europa ao longo do século XIX. As manifestações de contestação da ordem social e política tinham objetivos específicos, mas também características semelhantes.

1 Escreva sobre o que tinham em comum todos esses movimentos revolucionários. O que reivindicavam? O que conseguiram?

2 Descreva as características do pensamento socialista, apresentando suas principais críticas ao capitalismo e as formas de superá-lo.

TEMAS

1. As Américas independentes
2. Independência ou morte!

Introdução

Em 1822, o Brasil se tornou um país independente. Depois da independência dos Estados Unidos da América (EUA), em 1776, ocorreram as da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Paraguai, entre 1810 e 1811, a do Chile, em 1818, e as do México e do Peru, em 1821. A independência da Bolívia e do Uruguai ocorreriam logo após a do Brasil, em 1825 e 1828, respectivamente.

Esse grande número de independências revela um contexto de transformações na América. De modo geral, as elites coloniais rebelaram-se contra a política metropolitana, lutando pelo livre comércio. Mas houve casos de revoltas populares, como no Haiti em 1791, em que a população escrava rebelou-se contra seus senhores.

Você sabe se o Brasil e outros países da América seguiram o ideário da Revolução Francesa? Eles se tornaram repúblicas liberais? O que havia de particular nesses países? Você vai descobrir as respostas dessas questões estudando nesta Unidade as independências na América e a história do Brasil imperial durante o Primeiro Reinado.

As Américas independentes **TEMA 1**

O processo de libertação das colônias no continente americano se deu a partir do final do século XVIII e, principalmente, na primeira metade do século XIX. Estudar este processo será o objetivo deste tema.



O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já deve ter ouvido falar sobre a Independência do Brasil, proclamada por d. Pedro I, e de como ele passou a governar depois como imperador. Mas e quanto aos nossos países vizinhos? Você sabe que eles também foram colônias, tal como o Brasil, só que de outros países europeus, como Espanha, Inglaterra e França? Você sabe de que maneira ocorreu o processo de independência dessas outras colônias? Quem o realizou? Você acha que houve semelhanças ou diferenças em relação ao processo de independência do Brasil?

Escreva nas linhas a seguir o que você sabe sobre o assunto.



Independências na América

Como você já estudou, a América foi conquistada pelos europeus a partir de fins do século XV. Espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses e franceses se aventuraram a buscar riquezas nessas terras, dominando e eliminando grande parte dos povos indígenas que aqui viviam antes de sua chegada.

Os europeus instalaram na América sistemas de produção que geravam muitos lucros para a metrópole. Para alguns lugares, como no Brasil, foram trazidos africanos escravizados, que trabalhariam na produção de açúcar, na mineração e em muitas outras atividades.

Para explorar suas colônias, de acordo com os princípios do capitalismo comercial, os Estados europeus estimularam o desenvolvimento de atividades econômicas nas terras conquistadas. Com isso, uma elite latifundiária e comercial prosperou em terras americanas e, tal como a burguesia europeia, essa elite começou a vislumbrar a possibilidade de assumir o poder político dos territórios que já controlavam economicamente.

No século XVIII, as revoluções Industrial e Francesa trouxeram uma série de transformações radicais na economia, na política e na sociedade do continente europeu, como estudado na Unidade 3 deste Volume. As ideias liberais e iluministas ganhavam cada vez mais fôlego no mundo ocidental. Essas transformações logo influenciariam o destino das Américas.

Do ponto de vista econômico, o capitalismo industrial exigia, para o seu desenvolvimento, a expansão dos mercados consumidores de produtos industrializados, o que pressupunha um livre comércio entre todos os Estados e uma mão de obra assalariada com poder de consumo. Nesse sentido, algumas práticas mercantilistas do antigo sistema colonial começaram a ser questionadas, como a exclusividade comercial entre colônia e metrópole, que era um entrave ao livre comércio, e a própria escravidão, que impedia o desenvolvimento de um mercado consumidor de produtos industriais, uma vez que os escravos não eram assalariados e, por isso, não podiam comprar mercadorias. Já no campo político e ideológico, as ideias liberais condenavam a escravidão e propunham sistemas de governo constitucionais.

Esses processos históricos foram intensificados com as Guerras Napoleônicas, que impulsionaram os movimentos de libertação das colônias americanas.

Quando Napoleão invadiu a Espanha e depôs o rei Carlos IV, em 1808, parte das elites agrárias da América espanhola, chamadas de *criollos*, passou a questionar o domínio colonial e a exigir mudanças nas relações entre a colônia e a metrópole. Com a derrota de Napoleão, em 1814, o rei espanhol voltou ao trono e tentou reprimir os movimentos que questionavam a ordem nas colônias americanas. Diante disso, essa elite *criolla*, inspirada nas ideias liberais e objetivando o controle político de suas terras e sua autonomia comercial, iniciou uma série de revoltas em favor da independência desses territórios.

Contudo, os movimentos de contestação na América Latina eram anteriores às Guerras Napoleônicas. Na colônia francesa do Haiti, já em 1791, em plena Revolução Francesa, houve uma rebelião de escravos contra a população local de origem europeia. Eles tomaram o governo e decretaram o fim da escravidão na colônia e a independência do Haiti em 1804.

Na América espanhola, o *criollo* Francisco Miranda liderou uma revolta contra o domínio espanhol na Capitania Geral da Venezuela. E, a partir de 1810, guerras civis irromperam em outras colônias espanholas. Esse período, portanto, é caracterizado pela crescente tensão entre os *criollos* e as autoridades coloniais espanholas.

Já no México, a mais rica entre as colônias espanholas, os *criollos* protestavam contra a Coroa por causa da limitação que sofriam em sua autonomia política. Desde 1810, liderados por sacerdotes católicos influenciados pelas ideias iluministas, como Miguel Hidalgo, o povo mexicano tentava sua independência, associada à realização de reformas sociais que melhorassem as condições de vida dos mestiços e indígenas. Os *criollos*, contudo, recuaram em seu apoio a esses grupos, temendo o crescimento de suas reivindicações.



Ao centro da imagem a representação do padre Miguel Hidalgo conduzindo o povo para a revolução. [Diego Rivera. *Da conquista a 1930* (detalhe), 1929-1930.]

Foi somente em 1821 que a independência ocorreu de fato, quando Agustín de Iturbide, um oficial *criollo* do exército espanhol no México, que deveria lutar contra os rebeldes, juntou-se a um grupo de colonos e proclamou a independência do México, concedendo direitos iguais a espanhóis e *criollos*.

Na região das atuais Colômbia e Venezuela, havia um grande contraste social nos primeiros anos do século XIX. A população de origem africana, indígena ou mestiça vivia nas piores condições possíveis, enquanto as pessoas de origem europeia tinham privilégios e condições de vida muito melhores. Até mesmo o casamento era proibido entre a população considerada branca e os indígenas, mestiços e afrodescendentes.

Em 1809, a junta governativa da Capitania Geral da Venezuela, da qual fazia parte Simon Bolívar, decidiu por conceder os mesmos direitos a espanhóis e à elite *criolla*. Foram abolidos os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade e foi proibido o tráfico negreiro. Em meio às ocorrências de fuga de escravos, começou a ganhar força também a rebelião de escravos e indígenas contra a população branca proprietária de terras.

Todo esse movimento propiciou o início do processo de independência do que viriam a ser depois a Venezuela, a Colômbia e o Equador. Em 1813, sob a liderança de Simon Bolívar, Caracas (na Venezuela) foi tomada e, em 1819, Bogotá (na Colômbia). Assim, constituiu-se uma nação que unia a Venezuela e a Colômbia e que se denominaria Grã-Colômbia, da qual passaram a fazer parte Guayaquil (atual Equador) e o Panamá. Bolívar, que ficou conhecido como “o Libertador”, assumiu a presidência da nova república que se fundava naquele momento e persistiu até 1830, quando foi dividida em três novos países: Colômbia, Equador e Venezuela.

Simon Bolívar também participou do processo de independência da Bolívia, que fazia parte do Vice-Reinado do Rio da Prata, juntamente com territórios que hoje são da Argentina e do Paraguai. Em 1824, liderou a campanha militar que derrotou os apoiadores do domínio espanhol, ajudando aqueles que combatiam pela independência do Alto Peru, nome pelo qual era conhecida a região da atual Bolívia. Com a vitória do movimento, foi proclamada a República da Bolívia, da qual Bolívar foi o primeiro presidente, em 1825.



VOCÊ SABIA?

Para organizar seu domínio sobre as colônias na América, o governo espanhol criou quatro grandes vice-reinados: o do Rio da Prata, o do Peru, o de Nova Granada e o de Nova Espanha. Em cada um desses vice-reinados havia um vice-rei e um capitão indicados pela Coroa espanhola.



Representação de Simon Bolívar conduzindo seu exército na guerra de independência do Peru, 1824.

Em Buenos Aires, sede do Vice-Reinado do Rio da Prata, viviam negociantes que realizavam o tráfico negreiro, o comércio da prata, a produção de couro e carne bovina. Assim como ocorreu nas outras regiões da América espanhola, a elite *criolla* local queria ampliar sua participação política para poder tomar decisões econômicas que lhe fossem mais favoráveis. Contudo, temendo a participação popular, a elite de Buenos Aires, assim como ocorreu no México, não apoiou de imediato um processo de independência. Isso só ocorreu quando José Artigas, militar uruguaio, liderou um levante popular para derrubar o governador espanhol do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Com isso, mobilizaram-se forças para realizar a independência de Buenos Aires, com a presença de San Martín, militar aliado de Bolívar que participou também dos processos de independência do Peru e do Chile. A independência de Buenos Aires efetivou-se em 1816, após a derrota definitiva dos espanhóis.

Observe, a seguir, o mapa da América Latina com as datas de independência de cada país em relação a suas antigas metrópoles.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LUSO-ESPAHOLA





DESAFIO

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América.

(Simón Bolívar. Carta da Jamaica [06.09.1815]. *Simón Bolívar: política*, 1983.)

O texto foi escrito durante as lutas de independência na América Hispânica. Podemos dizer que,

- a) ao contrário do que afirma na carta, Bolívar não aceitou a diversidade americana e, em sua ação política e militar, reagiu à iniciativa autonomista do Brasil.
- b) ao contrário do que afirma na carta, Bolívar combateu as propostas de independência e unidade da América e se empenhou na manutenção de sua condição de colônia espanhola.
- c) conforme afirma na carta, Bolívar defendeu a unidade americana e se esforçou para que a América Hispânica se associasse ao Brasil na luta contra a hegemonia norte-americana no continente.
- d) conforme afirma na carta, Bolívar aceitou a diversidade geográfica e política do continente, mas tentou submeter o Brasil à força militar hispano-americana.
- e) conforme afirma na carta, Bolívar declarou diversas vezes seu sonho de unidade americana, mas, em sua ação política e militar, reconheceu que as diferenças internas eram insuperáveis.

Unesp 2013. Disponível em: <http://vestibular.unesp.br/pdf/2013/001_ConhGeraiis_V1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2014.

HORA DA CHECAGEM

Atividade 1 - América espanhola

1 Ao retomar o texto você viu que, em quase todos os casos, havia a presença de uma elite local, os *criollos*, que se opunham aos governantes e negociantes espanhóis defensores do monopólio sobre o comércio da colônia. Além disso, escravos, povos indígenas e populações pobres de algumas regiões participaram com maior ou menor intensidade dos movimentos. Talvez você tenha identificado que o principal conflito de interesse era a oposição entre *criollos* e as autoridades coloniais, na medida em que os primeiros lutavam por liberdade econômica e política, enquanto os segundos defendiam a continuidade da exploração colonial.

2 Sua resposta poderia apontar que os ideais liberais oriundos das revoluções Industrial e Francesa, como o livre comércio, a autonomia dos povos, as liberdades civis e políticas etc., entraram em choque com o antigo sistema colonial e acabaram por influenciar o processo de independência das Américas. Portanto, estava posto o conflito entre as elites locais e os governantes e negociantes metropolitanos. Nesse contexto, as Guerras Napoleônicas na Europa tornaram mais frágil o controle das metrópoles sobre as colônias, criando novas condições para que os grupos rebeldes se manifestassem.

Desafio

Alternativa correta: e. Os movimentos coordenados por Bolívar visavam unificar os territórios americanos, constatação que você poderia ter percebido pelo conteúdo do texto citado na atividade.

Por aproximadamente 300 anos, o Brasil foi colônia de Portugal. Diferentemente do que ocorreu nas outras colônias latino-americanas, o Brasil, por meio de um acordo, emancipou-se politicamente de sua metrópole. Esse acordo foi estabelecido entre o rei de Portugal e seu filho, o futuro imperador do Brasil d. Pedro I, e atendia aos interesses da elite latifundiária da colônia.

Neste tema, você estudará como ocorreu esse processo.

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Você já ouviu algo sobre o grito de “independência ou morte”, pronunciado por aquele que se tornaria o primeiro imperador do Brasil independente? Você acha que com essa atitude o país se tornou independente?

Escreva, a seguir, sua reflexão sobre o assunto.

A independência do Brasil e o Primeiro Reinado

Na segunda metade do século XVIII, a insatisfação de muitos colonos com a metrópole portuguesa se manifestou em movimentos como a Inconfidência Mineira (1788-1789) e também na chamada Conjuração Baiana, ocorrida em 1798, que propunham as independências das capitanias de Minas Gerais e da Bahia, respectivamente. As elites da região de Minas Gerais, por estarem envolvidas com as atividades mineradoras, encontravam-se insatisfeitas com a crescente cobrança de impostos por parte da metrópole. Já na Bahia, além da insatisfação da elite local, houve uma mobilização popular maior, propondo mudanças políticas e sociais. No entanto, nenhum dos dois movimentos teve sucesso e foram duramente reprimidos.

O processo que culminaria de forma definitiva na independência do Brasil teve início com a chegada da família real, que, ameaçada pelas Guerras Napoleônicas, refugiou-se na colônia em 1808.

Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, que proibiu as nações europeias de manter relações comerciais com os portos ingleses. O objetivo de Napoleão era sufocar a economia da Inglaterra. Os países que não cumprissem a regra sofreriam represália militar francesa.

Portugal, que mantinha forte relação econômica e comercial com a Inglaterra, não acatou a imposição de Napoleão. Em resposta, as tropas francesas invadiram Portugal, tal qual ocorrera com a Espanha. Como as forças portuguesas não tinham condições de derrotar o exército de Napoleão, o príncipe regente português – e futuro rei d. João VI – e seu conselho de Estado decidiram deixar o reino antes que os invasores chegassem, transferindo a sede do governo para o Brasil, pois assim o reino seria mantido.

Assim, em fins de novembro de 1807, a família real e muitos funcionários reais levantaram âncora em direção ao Rio de Janeiro, que seria a nova sede do império português. Com a chegada da família real, no começo de 1808, muitas casas foram desocupadas na capital da colônia para abrigar os nobres lusitanos. A cidade ganhou uma grande importância a partir daquele momento, uma vez que deixou de ser uma cidade colonial para se tornar a capital do império.

D. João VI declarou a abertura dos portos às nações amigas em troca do apoio militar da Inglaterra. Isso quis dizer que, dali em diante, o Brasil não estava mais obrigado a realizar o comércio apenas com Portugal, pois seus mercados estavam abertos às outras nações amigas mediante o pagamento de impostos definidos pela Coroa.

Em 1810, com a publicação dos Tratados de Comércio e Livre Navegação, a Inglaterra teve livre acesso aos portos brasileiros e passou a pagar tarifas mais baixas que outros países. Como resultado, a Inglaterra passou a ter grande influência sobre a economia brasileira. Os produtos industrializados ingleses eram vendidos com preços baixos no mercado brasileiro, o que enfraquecia o desenvolvimento das manufaturas nacionais e dificultava o investimento em atividades produtivas de valor mais elevado ou rentável. Isso fez com que o Brasil passasse a ser cada vez mais dependente da Inglaterra. Mesmo após a independência, essa relação se manteve, e os britânicos passaram a exercer uma espécie de pressão econômica que impunha limites à autonomia do governo brasileiro.



Jean-Baptiste Debret. *Retrato de Dom João VI*, 1816.

Assim, pode-se dizer que a submissão econômica a países estrangeiros – primeiro a Portugal e depois à Inglaterra – e a superexploração do trabalho de muitos, por meio da escravidão, para sustentar a riqueza de poucos, foram características que marcaram a história brasileira desde o período colonial e pouco mudaram com a independência do Brasil. Ainda que independente em termos políticos, o Brasil continuava economicamente dependente e socialmente desigual.

Apesar da submissão e da dependência econômica houve avanços. Pois, com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, também foram ampliados os serviços públicos da nova capital, melhorando os sistemas de abastecimento de água e de fornecimento e produção de alimentos. Criaram-se a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico, a Biblioteca Real, o Banco do Brasil entre outras instituições e edificações destinadas a satisfazer a Corte portuguesa.

Em 1815, o Brasil deixou de ser uma colônia portuguesa e foi considerado um reino, criando-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro



Representação de parte da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. [Nicolas-Antoine Taunay. *Entrada da baía e da cidade do Rio de Janeiro a partir do terraço do convento de Santo Antônio em 1816.*]

Desde 1810, Napoleão já não mais ocupava Portugal. Entretanto, d. João VI decidiu permanecer no Brasil, para manter a união territorial do reino com a antiga colônia. No entanto, a situação social e econômica em Portugal não estava boa. Além disso, os negociantes do reino começaram a questionar as medidas adotadas pela Coroa portuguesa, que, embora beneficiassem a burocracia do reino instalada no Rio de Janeiro, afetavam seus interesses econômicos em relação ao território colonial.

Tais divergências tornaram-se insustentáveis em 1820, resultando na Revolução Liberal do Porto, em Portugal. O movimento defendia a instalação de uma monarquia constitucional, em que o rei deveria governar sob uma Constituição, como havia ocorrido na Revolução Francesa. Defendia também a volta do rei a Portugal para fazer o juramento a Constituição que seria elaborada. Por fim, os rebeldes exigiam a recriação do pacto colonial, para que o Brasil voltasse a ser uma colônia, como fora até 1808.

Diante de tal situação, a família real se viu na necessidade de retornar para Portugal, sob o risco de perder o trono caso não tomasse o controle da situação em Lisboa. D. João VI e sua família partiram em abril de 1821, deixando Pedro, seu filho, como príncipe regente do Brasil.

A metrópole tomou medidas restritivas à autonomia comercial e administrativa brasileira, restaurando os antigos privilégios portugueses. O retorno das instituições administrativas do reino a Portugal era visto como uma ameaça pelas elites latifundiária e comercial brasileiras, cujos negócios haviam se tornado lucrativos com a suspensão das restrições metropolitanas e o exercício do livre comércio.

Nesse contexto é que começaram a ocorrer as articulações pela independência do Brasil, com o apoio daqueles que defendiam a manutenção do livre comércio sem a interferência da metrópole: comerciantes, proprietários de terras e traficantes de escravos. Para impor suas ideias, buscaram no príncipe regente Pedro um aliado, uma vez que ele mantinha grande proximidade com o trono português – uma tentativa de não perder os vínculos políticos e dinásticos que o Brasil ainda tinha com Portugal.

Em setembro de 1821, as Cortes portuguesas ordenaram a volta de Pedro a Portugal. Mas o príncipe regente adiou sua viagem até que, em janeiro de 1822, declarou que ficaria no Brasil, desrespeitando as ordens das Cortes. Esse episódio ficou conhecido como o Dia do Fico. No que parecia ser um ato heroico, o príncipe selava um acordo com as elites brasileiras contra o domínio colonial português.

A ruptura definitiva com Portugal veio quando a metrópole anunciou que enviaria tropas portuguesas ao Brasil para obrigar Pedro a retornar a Lisboa. José Bonifácio, conselheiro próximo ao príncipe regente, defendeu uma ruptura imediata com Portugal, fortalecendo o projeto em favor da declaração de independência.

Assim, em 7 de setembro de 1822, quando o príncipe estava em São Paulo, nas margens do Rio Ipiranga, ele anunciou a independência. Esse ato desencadeou a chamada Guerra de Independência, em que províncias contrárias à separação do Brasil de Portugal resistiram à proclamação da independência, lutando contra as tropas imperiais. O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foram os EUA, em 1824. Portugal a reconheceu apenas em 1825.

Essa forma de fazer a independência, com o filho do rei de Portugal assumindo o trono brasileiro, foi articulada pela elite proprietária brasileira. Assim como as elites *criollas* da América espanhola, ela queria evitar a participação popular. Por isso, preferiu um processo que evitasse movimentos de reivindicação das classes populares.

Realizada a independência, d. Pedro I foi coroado imperador do Brasil, evento que dá início ao Primeiro Reinado. Para grande parte da população trabalhadora, não ocorreram mudanças significativas, uma vez que a independência não trouxe transformações sociais efetivas para o país, apenas a ruptura política com Portugal. Ainda assim, era uma ruptura vista com desconfiança pela elite brasileira, uma vez que o novo imperador era filho do rei de Portugal.

A permanência da escravidão e também do tráfico negreiro era o sinal mais claro de que as mudanças sociais não tinham ocorrido. O Brasil continuava a ser um país exportador de produtos agrícolas, que poderiam ter bom preço no mercado internacional, por causa do uso do trabalho escravo.



Henry Chamberlain. *O mercado de escravos*, 1822.

Em maio de 1823, foi organizada a Assembleia Constituinte, que seria responsável pela criação da primeira Constituição do Brasil. Logo após a sua instalação, começaram a surgir as primeiras dificuldades. Colocou-se em discussão um projeto de inspiração liberal, que limitava o poder do imperador, o qual deveria respeitar as decisões do Parlamento. D. Pedro I reagiu e dissolveu a Assembleia. Alguns deputados foram presos e outros expulsos do Brasil. No ano seguinte, em 1824, o imperador outorgou uma Constituição que centralizava o poder em suas mãos.

Essa Constituição estabeleceu a divisão dos poderes entre **Executivo, Judiciário e Legislativo**, como então ocorria em várias nações europeias consideradas modernas. No entanto, instituiu no Brasil um quarto poder, denominado Moderador, que permitia ao imperador vetar projetos e decisões dos outros poderes. Na prática, portanto, o imperador tinha maior poder, causando um desequilíbrio político na nova nação.



Executivo, Judiciário e Legislativo

Divisão dos poderes, que varia de acordo com a Constituição de cada país. Ainda assim, pode-se dizer que cada poder tem as seguintes características gerais: o **Poder Executivo** é responsável pela execução das leis e pela administração do Estado, o **Poder Legislativo** pela criação das leis e o **Poder Judiciário** por julgar os conflitos com base nas leis existentes.

Para as lideranças políticas liberais, isso significou que o imperador governava em bases absolutistas. Para outros setores da sociedade, a grande presença de portugueses na burocracia de Estado mantinha vivo o medo da recolonização.

A situação de d. Pedro I se agravou com a Guerra Cisplatina, que teve início em 1825 e persistiu até 1828, levando à independência da Província Cisplatina. Apesar de ter sido anexada ao Brasil por d. João VI em 1821, essa antiga província espanhola não se identificava com o império português. Por isso, organizou um movimento que resultou na sua independência, com a criação do Uruguai.

Em 1830, houve eleições legislativas, das quais apenas uma pequena parte da população participou, uma vez que somente homens com maior renda e propriedades eram votantes. Nessas eleições, os resultados foram desfavoráveis a d. Pedro I, já que na Câmara foram eleitos mais deputados críticos a sua postura autoritária.

Vários jornalistas redigiram uma carta ao imperador exigindo reformas para solucionar a crise econômica que atingia o Império e propondo mudanças na estrutura política. Bastante pressionado, d. Pedro I mudou o seu ministério, nomeando vários brasileiros. A medida não surtiu efeito, e os deputados liberais

pediram a abdicação do imperador. Sem saber como reagir à crise e sem força política para reprimir a população que se organizava, d. Pedro I renunciou em 7 de abril de 1831. Seu filho, que depois seria coroado como d. Pedro II, foi o seu sucessor natural.



Seria a história feita por heróis? No caso da independência brasileira, durante muito tempo as pessoas aprenderam na escola ou lhes foi contado que a separação de Portugal só ocorreu devido à genialidade de d. Pedro I, que teria se arriscado como um herói para salvar o Brasil do domínio dos portugueses. Nos dias atuais, considera-se que são o conflito e a luta entre os grupos sociais com projetos políticos distintos que causam as transformações, e não o heroísmo de um único indivíduo. A proclamação da independência foi feita por d. Pedro I, mas com o apoio dos grupos sociais aos quais interessava a ruptura política com Portugal.

Com essas questões em mente, você acha que a história é feita apenas por ações individuais de heróis? Quem seriam, em sua opinião, os verdadeiros responsáveis pelas transformações históricas?

MOMENTO
CIDADANIA



O pensamento iluminista e liberal que se propagava no século XVIII pela Europa definia que todos os seres nascem livres e iguais em direitos. Esse pressuposto coloca em questão a existência da escravidão, pois, se todos nascem livres e iguais em direitos, como alguém pode ser propriedade de outra pessoa? Na Assembleia Constituinte de 1823, José Bonifácio apresentou um projeto para acabar com a escravidão no Brasil, pois considerava que não poderia haver uma Constituição liberal em um país habitado por tantos escravos. Essa contradição se tornou cada vez mais evidente ao longo do século XIX no Brasil, pois os escravos representavam aproximadamente metade da população, mas não tinham nenhum direito como cidadãos. Somente a partir de 13 de maio de 1888, 66 anos depois da proclamação da independência, o Brasil aboliria a escravatura, tornando-a ilegal no país. No presente, ainda persistem algumas formas de escravidão, na qual pessoas são enganadas com promessas de trabalho que se transformam em dívidas por adiantamentos pagos. Daí em diante, esses trabalhadores são impedidos de sair do local de trabalho e retidos por meio da violência. Essa prática é considerada crime pela lei brasileira.

ATIVIDADE 1 Sobre a independência do Brasil

1 Lembrando o que você leu no texto *A independência do Brasil e o Primeiro Reinado*, explique por que a vinda da família real para o Brasil contribuiu para a independência do país.

2 Após a proclamação da independência do Brasil, o que mudou e o que permaneceu igual do ponto de vista econômico e social? Para responder a essa pergunta, tenha em mente a relação entre d. Pedro I e as elites latifundiárias brasileiras e os ideais liberais relacionados ao avanço do capitalismo.

**DESAFIO**

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais militares que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

Enem 2011. Prova azul. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2011/01_AZUL_GAB.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2014.

